

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE TOLEDO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ECONOMIA-PGE
NÍVEL DE MESTRADO

ANA CAROLINA FERNANDES ALVES

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA E JUVENTUDES: ANÁLISE DO BEM-ESTAR E
DOS COMPORTAMENTOS FINANCEIROS DOS JOVENS CATÓLICOS DA
DIOCESE DE TOLEDO-PR.**

TOLEDO

2021

ANA CAROLINA FERNANDES ALVES

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA E JUVENTUDES: ANÁLISE DO BEM-ESTAR E
DOS COMPORTAMENTOS FINANCEIROS DOS JOVENS CATÓLICOS DA
DIOCESE DE TOLEDO-PR.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Economia, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* de Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia – Área de Concentração: Teoria Econômica. Linha de Pesquisa: Desenvolvimento Econômico Regional

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Rosangela Maria Pontili.
Coorientadora: Prof^ª Dr^ª Mariângela Alice Pieruccini Souza.

TOLEDO

2021

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Fernandes Alves, Ana Carolina
EDUCAÇÃO FINANCEIRA E JUVENTUDES: ANÁLISE DO BEM-ESTAR E
DOS COMPORTAMENTOS FINANCEIROS DOS JOVENS CATÓLICOS DA
DIOCESE DE TOLEDO-PR. / Ana Carolina Fernandes Alves;
orientadora Rosangela Maria Pontili; coorientadora Mariângela
Alice Pieruccini Souza. -- Toledo, 2021.
173 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Toledo) --
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências
Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Economia, 2021.

1. Educação Financeira. 2. Juventudes católicas. 3. Bem-
estar financeiro. 4. Heurísticas e vieses comportamentais. I.
Pontili, Rosangela Maria, orient. II. Pieruccini Souza,
Mariângela Alice, coorient. III. Título.

Dissertação, intitulada “EDUCAÇÃO FINANCEIRA E JUVENTUDES: ANÁLISE DO BEM-ESTAR E DOS COMPORTAMENTOS FINANCEIROS DOS JOVENS CATÓLICOS DA DIOCESE DE TOLEDO-PR” apresentada por Ana Carolina Fernandes Alves, como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em Economia à Banca Examinadora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Rosângela Maria Pontili (orientadora)
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

Prof.^a Dr.^a Mariângela Alice Pieruccini Souza
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

Prof.^a Dr.^a Rosalina Lima Izepão
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Prof. Dr. Paulo Roberto Azevedo
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

Toledo, 04 de agosto de 2021

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu primo amado Ricardo Francisco Paes (in memoriam) que sempre foi a minha referência de dedicação e amor aos estudos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida.

Agradeço também a Santo Antônio, grande intelectual, irmão menor e sobretudo meu intercessor para todas as causas.

Ao amor da minha vida Augusto Luis Pinheiro Martins por ser meu companheiro de todas as horas, por todo carinho, dedicação e pelo incentivo para que eu siga todos os meus sonhos. Obrigada por dividir a sua existência comigo.

Gratidão aos meus pais, Pedro e Eliane por toda a formação e condições que me proporcionaram chegar até aqui e ao meu irmão Pedro Otávio, pelos bolos deliciosos que adoçaram os dias difíceis.

Aos meus amigos de turma, com quais dividi muitas horas de estudo e alegria. Tudo foi muito mais leve porque Mateus, Cássia, Leandra e João estiveram sempre comigo. Entretanto gostaria de agradecer especialmente ao meu amigo Mateus Moreno, pela nossa parceria e amizade de todas as horas, obrigada de todo o coração.

A todo o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Economia (PGE), pelos ensinamentos compartilhados durante este curso, em especial ao coordenador Flávio Braga de Almeida Gabriel, que nunca mediu esforços para que todos os alunos estivessem aproveitando esse período ao máximo. Agradeço também a todos os profissionais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná que de alguma maneira contribuíram para o desenvolvimento da minha pesquisa.

A minha coorientadora Dra. Mariângela Alice Pieruccini por me acompanhar e me auxiliar o desenvolvimento deste trabalho. A minha professora de graduação e amiga, Andréia Polizeli Sambatti por todo apoio e carinho durante esta jornada.

A Dra. Rosangela Maria Pontili, minha professora e orientadora, agradeço de coração. Obrigada por cada ensinamento, seja em sala de aula, seja nas orientações ou nas nossas conversas sobre a vida. Sem as suas contribuições, eu não teria conseguido alcançar mais esse sonho.

Aos professores Dr. Paulo Roberto Azevedo e Dr.^a Rosalina Lima Izepão que aceitaram participar da avaliação da banca de defesa, por todos os apontamentos e sugestões realizadas.

Ao Padre Luiz Carlos Franzener, que acompanhou e me concedeu autorização para que a pesquisa fosse realizada junto aos jovens da Diocese de Toledo.

A todos os coordenadores de grupos, movimentos e pastorais juvenis católicos pelo empenho para que eu conseguisse coletar os meus dados. E a todos os jovens que contribuíram com a minha pesquisa, eu agradeço de maneira especial.

À Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela bolsa concedida para que o desenvolvimento desta pesquisa fosse possível.

Investir em conhecimento rende sempre os melhores juros.

(Benjamin Franklin)

ALVES, Ana Carolina Fernandes. **Educação Financeira e Juventudes: análise do bem-estar e dos comportamentos financeiros dos jovens católicos da diocese de Toledo-pr.** 173f. Dissertação (Mestrado em Economia) – UNIOESTE, Toledo, 2021.

RESUMO

Este estudo objetivou analisar a percepção do tema Educação Financeira por parte de Jovens Católicos, participantes de grupos de jovens da Diocese de Toledo-PR. Especificamente buscou-se i) descrever as características socioeconômicas dos jovens católicos da Diocese de Toledo; ii) verificar o nível de bem-estar financeiro dos sujeitos da pesquisa; iii) identificar a presença de heurísticas e vieses comportamentais nas escolhas referentes às finanças dos jovens pesquisados; iv) investigar se os jovens pesquisados têm realizado atividades relacionadas às finanças em seus encontros semanais. Para tanto, utilizou-se dados primários que foram coletados através da aplicação de questionários e da realização de entrevistas semiestruturadas. As análises utilizaram ferramentas da estatística descritiva e o cálculo do nível de bem-estar financeiro dos jovens pesquisados de acordo com a metodologia desenvolvida pelo *Consumer Financial Protection Bureau* (CFPB). Com isso, verificou-se que o nível médio de bem-estar financeiro dos jovens pesquisados era de 55 pontos, sendo superior à média nacional de 47 pontos identificada por pesquisa do SPC (2019). No que diz respeito às *heurísticas* e *vieses* comportamentais constatou-se sua influência nas escolhas das juventudes e o fato de que jovens com maiores graus de bem-estar financeiro tendem a tomar decisões menos *enviesadas*. Por fim, a partir das entrevistas, observou-se que os grupos de jovens católicos configuram-se como espaços favoráveis para a realização de discussões sobre finanças. Concluiu-se, assim, que se fazem necessárias ações educacionais voltadas às juventudes para o uso responsável de seus recursos financeiros.

Palavras-chave: Educação Financeira. Juventudes católicas. Bem-estar financeiro. *Heurísticas* e *vieses* comportamentais. Toledo-PR.

ALVES, Ana Carolina Fernandes. **Educação Financeira e Juventudes: análise do bem-estar e dos comportamentos financeiros dos jovens católicos da diocese de Toledo-pr.** 173f. Dissertação (Mestrado em Economia) – UNIOESTE, Toledo, 2021.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the perception of the Financial Education theme by young Catholics, participants in youth groups in the Diocese of Toledo-PR. Specifically, we sought to i) describe the socioeconomic characteristics of young Catholics in the Diocese of Toledo; ii) verify the level of financial well-being of the group of individuals analyzed in the research; iii) to identify the presence of heuristics and behavioral biases in the choices regarding the finances of the young people surveyed iv) investigate whether the young people surveyed have performed activities related to finance in their weekly meetings. For this purpose, primary data were used, which were collected through the application of questionnaires and semi-structured interviews. The analyzes were performed using descriptive statistics tools and the calculation of the level of financial well-being of the young people surveyed according to the methodology developed by the Consumer Financial Protection Bureau (CFPB). As a result, it was found that the average level of financial well-being of the young people surveyed was 55 points, higher than the national average of 47 points identified by the SPC survey (2019). With regard to heuristics and behavioral biases, their influence on the choices of youths and the fact that young people with higher degrees of financial well-being tend to make less biased decisions were observed. Finally, from the interviews, it was observed that the groups of young Catholics are configured as favorable spaces for holding discussions on finance. It was concluded, therefore, that an educational work aimed at young people is necessary for the responsible use of their financial resources.

Keywords: Financial planning. Catholic youth groups. Financial well-being. Heuristics and behavioral biases. Toledo-PR.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Representação gráfica da Teoria do Prospecto/Teoria da Perspectiva	49
Figura 2 - As forças propulsoras da Educação Financeira no Brasil.....	57
Figura 3 - A Igreja Católica e as questões sociais	90
Figura 4 - A Igreja, a economia e as juventudes após a eleição do Papa Francisco.....	91
Figura 5 - Interpretação da escala de BEF.....	100
Figura 6 - Os municípios da Diocese de Toledo	102
Figura 7 - Espiritualidade a qual pertenciam os jovens que responderam à pesquisa..	108
Figura 8 - Tempo de participação dos respondentes nos grupos de jovens.....	109
Figura 9 - Sexo dos jovens pesquisados	110
Figura 10 - Estado civil dos jovens pesquisados	111
Figura 11 - Cor ou raça dos jovens pesquisados	111
Figura 12 - Grau de escolaridade dos jovens pesquisados	113
Figura 13 - Condição dos jovens pesquisados em relação à família	114
Figura 14 - Fonte de renda dos jovens Pesquisados	114
Figura 15 - Renda mensal dos jovens pesquisados.....	115
Figura 16 - Renda familiar dos jovens pesquisados	117
Figura 17 - Em um investimento arrisco (ou arriscaria) perder se existe uma chance maior de ganhar	127
Figura 18 - Quanto maior o risco, maior é o retorno esperado de um investimento	128
Figura 19 - Prefiro (preferiria) investimentos que já comprovaram ter rendimentos altos	130
Figura 20 - O problema “Linda”	131
Figura 21 - Se eu não tiver uma prestação (se não for a prazo) não consigo comprar o que desejo	132
Figura 22 - Se for para errar que seja com os outros.....	133
Figura 23 - Demoro (ou demoraria) a cancelar serviços que não utilizo	135
Figura 24 – O que você prefere?	136
Figura 25 – O que você prefere?	137
Figura 26 – Palavras mais citadas pelos jovens nas entrevistas	149

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Autores precursores no estudo da Economia Comportamental	39
Quadro 2 - Desempenho da Educação Financeira para os países participantes do PISA62	
Quadro 3 - Elementos do bem-estar financeiro	68
Quadro 4 - Questões do Bloco 3 e seus respectivos referenciais teóricos.....	101
Quadro 5 - Nível médio de bem-estar financeiro dos jovens pesquisados	119
Quadro 6 - Em um investimento arrisco (ou arriscaria) perder se existe uma chance maior de ganhar	128
Quadro 7 - Quanto maior o risco, maior é o retorno esperado de um investimento.....	129
Quadro 8 - Prefiro (preferiria) investimentos que já comprovaram ter rendimentos altos	130
Quadro 9 - O problema “Linda”	131
Quadro 10 - Se eu não tiver uma prestação (se não for a prazo) não consigo comprar o que desejo	133
Quadro 11 - Se for para errar que seja com os outros	134
Quadro 12 - Demoro (ou demoraria) a cancelar serviços que não utilizo.....	135

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - As questões que compõem a escala de BEF e suas respectivas pontuações .	98
Tabela 2 - Pontuação da escala de bem-estar financeiro	99
Tabela 3 - Grupos de Jovens da Diocese de Toledo.....	103
Tabela 4 - Idade dos jovens pesquisados	110
Tabela 5 - Cidade de residência dos jovens pesquisados	112
Tabela 6 - Nível de bem-estar financeiro dos jovens pesquisados.....	118
Tabela 7 - Nível médio de bem-estar financeiro dos jovens, de acordo com a espiritualidade do grupo de jovens em que participavam	120
Tabela 8 - Nível médio de bem-estar financeiro dos jovens, de acordo com o tempo de participação no grupo	120
Tabela 9 - Nível médio de bem-estar financeiro dos jovens, de acordo com o tempo de participação no grupo	121
Tabela 10 - Nível médio de bem-estar financeiro dos jovens, de acordo com o sexo .	122
Tabela 11 - Nível médio de bem-estar financeiro dos jovens, de acordo com o estado civil.....	122
Tabela 12 - Nível de bem-estar financeiro dos jovens, de acordo com a cor ou raça ..	122
Tabela 13 - Nível médio de bem-estar financeiro dos jovens, de acordo com a cidade de residência.....	123
Tabela 14 - Nível de bem-estar financeiro dos jovens, de acordo com sua escolaridade	124
Tabela 15 - Nível de bem-estar financeiro dos jovens, de acordo com a sua condição em relação a família.....	125
Tabela 16 - Nível de bem-estar financeiro dos jovens, de acordo com a sua renda.....	125
Tabela 17 - Nível de bem-estar financeiro dos jovens, de acordo com a renda familiar	126
Tabela 18 – Nível médio de bem-estar financeiro dos jovens e a <i>aversão à perda</i> identificada na questão 23	138
Tabela 19 - Nível médio de bem-estar financeiro dos jovens e a <i>aversão à perda</i> identificada na questão 26	138
Tabela 20 - Nível médio de bem-estar financeiro dos jovens e a <i>heurística da representatividade</i> identificada na questão 24	139

Tabela 21 - Nível médio de bem-estar financeiro dos jovens e a <i>heurística da representatividade</i> identificada na questão 31	139
Tabela 22 - Nível médio de bem-estar financeiro dos jovens e o <i>viés do autocontrole</i> identificado na questão 27	140
Tabela 23 - Nível médio de bem-estar financeiro dos jovens e o <i>efeito manada</i> identificado na questão 25	140
Tabela 24 - Nível médio de bem-estar financeiro dos jovens e o <i>status quo</i> identificado na questão 28.....	141
Tabela 25 - Nível médio de bem-estar financeiro dos jovens e o <i>efeito framing</i> identificado na questão 29	141
Tabela 26 - Nível médio de bem-estar financeiro dos jovens e o <i>efeito framing</i> identificado na questão 30	142

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACB	Ação Católica Brasileira
AEF	Associação de Educação Financeira
AI-5	Ato Institucional Nº 5
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros
BACEN	Banco Central do Brasil
BEF	Bem-estar financeiro
B3	Brasil, Bolsa, Balcão
CEBS	Comunidades Eclesiais de Base
CFPB	<i>Consumer Financial Protection Bureau</i>
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNSEG	Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais
CONEF	Comitê Nacional de Educação Financeira
CONSED	Conselho Nacional de Secretários de Educação
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
FBEF	Fórum Brasileiro de Educação Financeira
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
JAC	Juventude Agrária Católica
JEC	Juventude Estudantil Católica
JIC	Juventude Independente Católica
JMV	Juventude Mariana Vicentina
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LEC	Liga Eleitoral Católica
MJ	Ministério Jovem
MUR	Movimento Universidades Renovadas
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PISA	<i>Programme for International Student Assessment</i>
PJ	Pastoral da Juventude

PUC	Pontifícia Universidade Católica
RCC	Renovação Carismática Católica
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
TRI	Teoria da Resposta ao Item
TLCS	Treinamentos de Lideranças Cristãs
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	25
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	30
2.1 AS DECISÕES E A TEORIA DA UTILIDADE: DAS IDEIAS NEOCLÁSSICAS À ECONOMIA COMPORTAMENTAL.....	30
2.1.1 A racionalidade em questão: críticas à Teoria da Utilidade para a tomada de decisão.....	34
2.1.2 Premissas da Economia Comportamental	36
2.2 ECONOMIA COMPORTAMENTAL.....	38
2.2.1 Principais contribuições da Economia Comportamental	39
2.2.2 Finanças Comportamentais	41
2.3 HEURÍSTICAS E VIESES COMPORTAMENTAIS	42
2.3.1 Heurística da Ancoragem	43
2.3.2 Heurística da Disponibilidade	44
2.3.3 Heurística da Representatividade	45
2.3.4 Efeito Manada.....	46
2.3.5 Viés do <i>Status Quo</i>	47
2.3.6 Viés de Autocontrole	47
2.3.7 Teoria do Prospecto.....	49
2.3.8 Aversão à perda	50
2.3.9 Efeito <i>Framing</i> ou Efeito Enquadramento.....	51
2.4 EDUCAÇÃO FINANCEIRA: DEFINIÇÕES E IMPORTÂNCIA	51
2.4.1 Histórico da Educação Financeira no Brasil.....	56
2.4.2 Educação Financeira e Juventudes.....	64
2.5 BEM-ESTAR FINANCEIRO	67
2.5.1 Definição.....	67
2.5.2 A escala de bem-estar financeiro.....	69

	23
2.6 CONSIDERAÇÕES AO CAPÍTULO	70
3 ECONOMIA BRASILEIRA E JUVENTUDES CATÓLICAS	71
3.1 JUVENTUDES EM MOVIMENTO: A AÇÃO CATÓLICA	71
3.1.1 JAC: Juventude Agrária Católica	73
3.1.2 JEC: Juventude Estudantil Católica	76
3.1.3 JIC: Juventude Independente Católica	78
3.1.4 JOC: Juventude Operária Católica	79
3.1.5 JUC: Juventude Universitária Católica	82
3.2 PASTORAL DA JUVENTUDE	85
3.3 DEMAIS MOVIMENTOS JUVENIS	88
3.4 IGREJA, ECONOMIA E JUVENTUDES	89
3.4.1 Economia de Francisco	92
3.5 CONSIDERAÇÕES AO CAPÍTULO	93
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	94
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	94
4.2 METODOLOGIA DE ANÁLISE DE DADOS	95
4.2.1 Elaboração do questionário	95
4.2.2 Submissão ao comitê de ética.....	101
4.2.3 Caracterização da amostra e aplicação do questionário.....	101
4.2.4 Análise estatística descritiva	104
4.2.5 Entrevistas.....	105
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	108
5.1 CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DOS JOVENS PESQUISADOS	108
5.2 NÍVEL DE BEM-ESTAR FINANCEIRO DOS JOVENS PESQUISADOS	117
5.3.1 Análise das <i>heurísticas e vieses</i>	127
5.3.2 A média de bem-estar financeiro dos jovens pesquisados de acordo com as <i>heurísticas e vieses</i> comportamentais	137

5.4 ASPECTOS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NOS GRUPOS DE JOVENS	142
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	151
REFERÊNCIAS	155
ANEXOS	169
ANEXO I – QUESTIONÁRIO.....	169
ANEXO II – ROTEIRO DA ENTREVISTA.....	176
ANEXO III – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	177

1 INTRODUÇÃO

A partir dos anos de 1990, com a ascensão do neoliberalismo, mudanças sociais e econômicas como as reformas nos sistemas previdenciários atingiram muitos países, incluindo o Brasil. Tais fatores, conjuntamente com o aumento da expectativa de vida, têm reforçado a transferência de responsabilidades, do Estado para o cidadão, dentre elas a aposentadoria. Além disso, novas tecnologias têm possibilitado o acesso de cada vez mais pessoas à diferentes produtos e serviços, dentre os quais estão os financeiros, tais como: empréstimos, financiamentos, seguros e investimentos. Por isso, seja para uma vida de mais qualidade no presente ou para a realização de um planejamento financeiro futuro, faz-se necessária uma educação voltada às finanças pessoais.

Soma-se a isso, o cenário de crise sanitária mundial provocado pela pandemia do novo coronavírus¹, que ocasionou instabilidade nas economias e atingiu diretamente a vida financeira das famílias, deixando muitas delas em situação de vulnerabilidade econômica. Tais fatores reforçam a importância de um planejamento financeiro que possa contribuir para a efetivação de escolhas dos indivíduos que permitam o equilíbrio das finanças ao longo do tempo e proteção para situações inesperadas. A realização de um planejamento das finanças, isto é, da organização e controle dos seus recursos financeiros, exige conhecimentos específicos sobre essa temática, os quais devem ser decorrentes de uma Educação Financeira.

Uma educação voltada às finanças pessoais, dentre outros aspectos, também envolve a capacidade de eleger prioridades de acordo com a etapa de vida em que se encontra um indivíduo. Quando se observam as juventudes², as dificuldades para se controlar as finanças podem acentuar-se, tendo em vista que os jovens em sua maioria estão iniciando a sua vida financeira e, durante esse período, a renda tende a ser mais restrita. Por isso, a educação voltada às finanças é relevante nessa fase, uma vez que possibilita ao jovem a compreensão da possibilidade de viver o presente e realizar planejamento financeiro considerando o futuro, contemplando as escolhas de consumo,

¹ A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, cujo quadro clínico varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves. Esse novo agente do coronavírus foi descoberto em 31/12/2019 após casos registrados na China (BRASIL/MS, 2020).

² Este trabalho utiliza o termo *juventudes* no plural; o referido termo corresponde de maneira mais adequada à diversidade de ideias e sentidos dentro desta categoria social (DAYRREL, 2003). Além disso, ao tratar-se de jovens católicos, existem múltiplos grupos, com diferentes especificidades relacionadas com sua organização, características, ação pastoral e espiritualidade.

poupança, investimento, carreira, profissão, dentre outras, que são característica dessa fase da vida.

Nesse sentido, é importante que as ações de Educação e Planejamento Financeiro amparem não só questões inerentes ao uso dos recursos financeiros de modo objetivo, mas também aspectos voltados ao autoconhecimento e ao entendimento do papel subjetivo que o dinheiro assume no cotidiano de cada um. Isso acontece porque a mudança de hábitos financeiros decorre da soma entre novos conhecimentos e ações práticas, o que requer um entendimento da questão comportamental dos indivíduos. Tais reflexões podem contribuir para mudanças de práticas das juventudes em suas decisões intertemporais, além de permitir o alcance do equilíbrio no uso do dinheiro tanto na juventude, quanto em outras etapas da vida (GIROTTI, *et al.*, 2016).

Os dados do último censo demográfico do IBGE (2010), apresentam a configuração da juventude³ na microrregião de Toledo. O conjunto de 21 municípios possuía, naquele período, 149.780 habitantes jovens (entre 15 e 29 anos) e 77.854 indivíduos na faixa etária entre 18 e 29 anos. Segundo Oliveira e Colognese (2014), o nível de escolaridade predominante entre os indivíduos pertencentes à segunda faixa etária dizia respeito ao ensino médio completo (46,98%), sendo que apenas 12,84% destes possuíam ensino superior completo. Em relação à inserção no mercado de trabalho, 21,53% do total destes jovens (entre 15 e 29 anos) encontravam-se desempregados; 74,73% disseram ter um emprego e 3,74% possuíam dois ou mais empregos. Por fim, sobre a renda, grande parcela dos jovens trabalhadores declarou receber entre 1 e 2 salários-mínimos (42,39%), os que não possuíam renda somavam 22,45%, os que ganhavam até um salário-mínimo contabilizaram 18,07% e os que recebiam mais que 2 até 4 salários-mínimos, apenas 13,34%. Portanto, a quantidade de jovens que se encontrava empregada e possuía renda na referida microrregião era expressiva, o que já enfatizava a necessidade de uma formação técnica mais elaborada para gerir as finanças.

Dentre as Juventudes da referida microrregião, nesta pesquisa destacaram-se 48 grupos de jovens católicos com uma população estimada de 1.100 jovens. Este destaque ocorreu devido a necessidade de uma pesquisa que levasse em consideração a importância da Educação Financeira na formação de uma parcela das juventudes que têm forte

³ É válido enfatizar que a faixa etária que caracteriza a juventude no Brasil compreende os indivíduos que têm entre 15 e 29 anos. Tal definição segue padrões internacionais e considera: os “adolescentes jovens” que possuem idade entre 15 e 17 anos; os “jovens-jovens” que podem ter entre 18 e 24 anos; e por fim, os “jovens-adultos” que se encontram no intervalo de idade que vai dos 25 aos 29 anos (NOVAES *et al.* 2006

influência na sociedade, pois a Diocese de Toledo esta integrada e atuante nesta região há 62 anos, tendo uma atuação que abrange, além de questões espirituais, a preocupação com o bem viver em sociedade. Sendo assim, a relevância notória na formação humana das juventudes por parte da Igreja Católica motivou esta pesquisa a investigar o bem-estar financeiro e as heurísticas e vieses comportamentais de tais jovens. A escolha destes grupos de jovens se deu, também, pelo fato destes espaços juvenis serem favoráveis para a formação, desenvolvimento pessoal e influência nas decisões sociais.

Os 48 grupos entrevistados podem ser organizados em seis espiritualidades⁴ diferentes que se reúnem cotidianamente em diversas paróquias sediadas na Diocese de Toledo. A saber: Cursilho Jovem, Juventude Marian Vicentina (JMV), Ministério Jovem da RCC, Ministérios Universidades Renovadas da RCC, Pastoral da Juventude Marista (PJM) e Pastoral da Juventude (PJ).

Entretanto, sabe-se que assuntos referentes às finanças, embora sejam parte das conversas observadas no cotidiano, ainda são categorizados como *tabu* por grande parte da sociedade. Tal fato, pode potencializar a resistência das pessoas em falar sobre dinheiro e aceitar aprendizados provenientes da Educação Financeira (MANFREDINI, 2007). Isto também revela a necessidade de tratar do assunto de uma forma gradual a fim de colaborar para a formação das juventudes.

Diante do exposto, questiona-se: entre as Juventudes Católicas da Diocese de Toledo-PR como a Educação Financeira tem sido percebida? Este problema de pesquisa é complementado com as seguintes questões norteadoras:

- ✓ Qual o perfil socioeconômico dos participantes da pesquisa?
- ✓ Qual o nível de bem-estar financeiro das juventudes católicas?
- ✓ As heurísticas e vieses característicos da Economia Comportamental aparecem nas decisões financeiras dos jovens pesquisados?
- ✓ Os grupos de jovens católicos realizam atividades de planejamento financeiro, a partir de temas sobre uma maior qualidade de vida no presente e no futuro?

Buscando responder a tais questões, objetivou-se analisar a percepção dos Jovens Católicos, participantes de grupos de jovens da Diocese de Toledo-PR, com relação ao tema Educação Financeira. Especificamente pretendeu-se:

⁴ Maneiras de expressarem sua vivência cristã.

- i) descrever as características socioeconômicas dos jovens católicos da Diocese de Toledo-PR;
- ii) verificar o nível de bem-estar financeiro dos sujeitos da pesquisa;
- iii) identificar a presença de heurísticas e vieses comportamentais nas escolhas referentes às finanças dos jovens pesquisados;
- iv) investigar se jovens pesquisados têm realizado atividades relacionadas às finanças em seus encontros semanais.

Tais objetivos partiram da hipótese que a atuação dos grupos de jovens pode vir a contribuir para a reflexão sobre o planejamento das finanças, no presente e no futuro destas pessoas, tornando o tema mais familiar em sua vivência. Isto porque os grupos de jovens constroem espaços capazes de fomentar discussões que englobem tais aspectos de forma mais saudável e construtiva.

Para a consecução dos objetivos ora propostos, esta dissertação apresenta, além desta introdução, uma estruturação teórica que contempla, no capítulo dois, as temáticas pautadas na teoria econômica no que tange às decisões e a teoria da utilidade, à economia comportamental e suas heurísticas e vieses cognitivos. Apresenta ainda, a definição e a importância da Educação Financeira e o conceito de bem-estar financeiro.

O terceiro capítulo trata da relação entre a história econômica do Brasil e as atividades das juventudes católicas brasileiras neste contexto. Além disso, este capítulo trata da trajetória e ramificações das referidas juventudes até a realização do evento *The Economy of Francesco*, convocado em 2019 pelo Papa Francisco.

O quarto capítulo, traz a construção metodológica utilizada para alcançar os objetivos propostos. Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram: questionário e entrevista semiestruturadas. Quanto à análise dos dados, utilizou-se, além da estatística descritiva, a estimação de nível de bem-estar financeiro dos jovens pesquisados de acordo com a metodologia desenvolvida pelo *Consumer Financial Protection Bureau*.

Na sequência, a discussão acerca do tema proposto, considera, além das características socioeconômicas dos pesquisados, as decisões econômicas tomadas pelos jovens católicos da Diocese de Toledo, expressas pela apuração do seu nível de bem-estar financeiro. Também identifica os principais vieses e heurísticas comportamentais que caracterizam as suas escolhas.

Por fim, são apresentadas as considerações finais acerca da temática ora proposta. A elaboração do trabalho pretende contribuir para o aprofundamento das reflexões que

envolvem a temática da Educação Financeira, tão essencial para a formação das juventudes capazes de compreender os esforços relacionados à renda e ao trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo objetiva fundamentar as definições acerca das decisões econômicas abordando os conceitos de utilidade e sua trajetória até o surgimento da economia comportamental e a fundamentação das *heurísticas* e *vieses*. Além disso, serão apresentadas as definições de Educação Financeira e sua importância para os indivíduos, bem como discorre-se sobre a trajetória deste campo de pesquisa no Brasil, buscando compreender os impactos da sua aplicação na fase da juventude.

2.1 AS DECISÕES E A TEORIA DA UTILIDADE: DAS IDEIAS NEOCLÁSSICAS À ECONOMIA COMPORTAMENTAL

O ato de decidir é consequência da percepção e avaliação de condições apresentadas, e, portanto, compõe a essência das ações humanas. Uma decisão tem o poder de transformação e criação, porque reúne a capacidade de “captar informações, analisá-las e ponderar sobre elas, abrindo caminho, assim, para a função especial do pensar” (FERREIRA, 2008, p. 145).

O processo de decisão refere-se a um comportamento de escolha e pode ser estudado em diferentes esferas, nas quais coexistem diferentes graus de importância. Uma vez que as escolhas humanas implicam no uso de recursos escassos para a satisfação de necessidades ilimitadas, elas têm consequências econômicas (BARRACHO, 2001).

Portanto, quaisquer atividades que envolvem a administração de recursos finitos, seguidas da realização de escolhas entre eles, contêm mesmo que indiretamente um aspecto econômico. Com isso, todas as decisões são de alguma maneira econômicas (FERREIRA, 2011).

A administração de fatores produtivos limitados e a necessária realização de escolhas diante deles abrange uma dimensão econômica no processo. Assim, o fato de as decisões serem ou não consideradas econômicas não é o mais relevante, havendo aspectos mais importantes a serem compreendidos. Aqui destaca-se o impacto dos comportamentos financeiros na construção da economia de um país, tendo em vista que “nossas decisões econômicas influenciam a economia como um todo, do mesmo modo como são influenciadas por ela – é uma via de mão dupla” (FERREIRA, 2011, p. 49).

A partir disso é importante salientar que grande parte das decisões econômicas são realizadas em ambientes caracterizados por incertezas a respeito dos resultados a

serem alcançados. Com isso, ao escolher diante de muitas opções, os indivíduos podem se deparar com questionamentos como: tendo em vista os meus objetivos, quais as alternativas disponíveis? Observando as escolhas que posso realizar, quais as chances de sucesso e os riscos associados a cada uma delas? Qual a minha predisposição em assumir tais riscos? Por isso, é fundamental que um indivíduo identifique os riscos e benefícios presentes em suas escolhas (LAZZAROTTO; COSTA; SANTOS, 2009).

Entretanto, existem informações relacionadas às decisões financeiras que não estão acessíveis aos agentes econômicos, mas que são importantes para a compreensão de suas possíveis consequências e o modo como afetam os comportamentos. A partir daí, a microeconomia desenvolveu teorias para explicar tais comportamentos econômicos dos indivíduos (CASTRO; FIGUEIREDO; SANTOS, 2009).

A “teoria do comportamento do consumidor” contempla a teoria neoclássica econômica e baseia-se no conceito de utilidade, a qual expressa a satisfação de um indivíduo ao adquirir determinado bem ou serviço. Sendo assim, os consumidores realizam escolhas a partir da observação sobre suas preferências pessoais, o preço dos bens e a sua restrição de renda. Optam, assim, por combinações de mercadorias que maximizem a sua satisfação, ou em termos microeconômicos, a sua utilidade (PINDYCK; RUBINFELD, 2010).

Em relação ao surgimento do conceito de utilidade aplicado à economia, ele foi originado pelo desenvolvimento de trabalhos de Jeremy Bentham, no final do século XVIII, o qual baseava-se no hedonismo dos gregos antigos. Para Bentham (1781), a natureza da humanidade divide-se entre dois estados: o prazer e a dor, sendo eles os fatores determinantes das decisões dos indivíduos. Seguindo esse raciocínio, o conceito de utilidade segue uma tendência de procura pela busca do aumento da felicidade (prazer) e diminuição da infelicidade (dor).

Dentre as influências que Bentham recebeu para definir a utilidade, destaca-se o filósofo escocês David Hume, percussor da Escola Clássica. O autor denominou a utilidade como o resultado de um processo de “domesticação do ser humano, em que construímos virtudes artificiais capazes de tornar tolerável a vida social” (THIRY-CHERQUES, 2002, p. 295).

A partir dos estudos de Bentham e da maneira com que ele compreendia a natureza humana, a teoria econômica da segunda metade do século XIX foi fortemente influenciada e surgiram os chamados economistas marginalistas. Para eles, a utilidade seria utilizada como uma espécie de “termômetro” para medir a intensidade dos desejos

e da felicidade. Assim, o bem-estar das pessoas seria mensurado através de uma função utilidade (CUSINATO, 2003).

Dentre os economistas marginalistas, destacam-se: Stanley Jevons e Carl Menger que publicaram “A teoria da Economia Política” e “Princípios de Economia Política” no ano de 1871, além de Léon Walras que publicou “Princípios de Economia Pura” em 1874.

Para Jevons (1996), as ações humanas pautam-se sempre na busca pelo prazer e na diminuição do sofrimento. Portanto, o ser humano procura felicidade em todas as suas ações através da maximização do prazer e da minimização da dor, enxergando-as como duas grandezas opostas, como observa-se em operações próprias da matemática.

Menger (1983) entende a utilidade sob uma ótica mais abrangente, compreendendo que um indivíduo a alcança através da procura pela satisfação de uma necessidade sob a forma de bens. O autor compreende que os bens divergem entre si, e podem ou não ser classificados como econômicos, isto é, bens que possuem valor. Portanto, é a classificação entre os bens que influencia os comportamentos financeiros das pessoas, uma vez que os bens econômicos são os que detém maior relevância em suas vidas. Em resumo, o pensamento de Menger (1983) é de que a subjetividade dos indivíduos determina a importância de suas necessidades, a utilidade dos bens e o seu valor.

Por fim, de acordo com Walras (1996) além da quantidade, a utilidade relaciona-se com a raridade de um bem. Para o autor, a subjetividade também é determinante nessa relação, indicando o quão raro um bem pode ser. Considerando a raridade dos bens, os agentes econômicos organizam-se através de mercados, a fim de maximizar as suas necessidades (BARROS, 2014).

O pensamento dos autores acima mencionados iniciou uma revolução marginalista, a qual firmou uma compreensão mecânica do sistema econômico, baseada principalmente nas teorias da física das primeiras décadas do século XIX. A partir dessas premissas é que se fundamentaram as ideias de permutas entre os indivíduos, que ao buscar maximizar a sua utilidade conduziram a economia a um equilíbrio (CECHIN, 2010).

Com a ascensão dos marginalistas, os economistas matemáticos defenderam que as decisões econômicas se pautavam principalmente nas preferências dos indivíduos e na utilidade, as quais seriam características de uma racionalidade axiomática. Com isso, os

processos decisórios eram determinísticos e baseados na utilidade marginal⁵, “uma vez que os indivíduos poderiam manifestar a sua satisfação fazendo escolhas, e tendo como reflexo a possibilidade de medir-se o ato por axiomas determinadores da manifestação de um ato racional” (WAGNER, 2009, p. 36).

De acordo com o autor acima, à medida em que as pesquisas se desenvolviam, necessitava-se de teorias que interpretassem as definições de risco e de incerteza, aspectos que estão presentes no processo decisório e que não eram abarcados de maneira satisfatória pelos modelos de utilidade marginal. Para tal, diferentemente dos economistas marginalistas, os estudiosos que lançaram as bases da teoria neoclássica e auxiliaram com os princípios da Utilidade Esperada não se pautaram na filosofia, mas passaram a observar situações e problemas que ocorreriam em seus cotidianos tendo-se como exemplo os seguros marítimos, jogos de azar e catástrofes.

Por intermédio do desenvolvimento dos estudos já citados, John Von Neumann e Oskar Morgenstern⁶, conseguiram demonstrar em trabalho publicado na década de 1940, que a Utilidade Esperada equivale ao comportamento decisório de um indivíduo, que satisfaz algumas restrições por intermédio de axiomas. Sendo assim, ao serem satisfeitos, tais axiomas possibilitam a construção de uma função de utilidade esperada a qual exemplifica as preferências de uma pessoa. A partir daí, pode-se então construir equações de tomada de decisão.

Como consequência desse estudo, observaram-se muitos progressos no que tange à interpretação do risco nas decisões econômicas. Assim, da Teoria da Utilidade Marginal passou-se à Teoria da Utilidade Esperada, a qual permaneceu por um longo período fornecendo novas concepções de escolha e preferência para a Teoria Econômica (WAGNER, 2009).

Entretanto, a eficácia de alguns axiomas da Teoria da Utilidade configura-se como matéria de discussões acadêmicas e em decorrência disso novos estudos foram posteriormente desenvolvidos. Assim, essas teorias que tratam de decisões, ao longo da cronologia do pensamento econômico, sofreram influências advindas de debates metodológicos e da psicologia. Através desses novos conhecimentos, a Economia tem

⁵ Utilidade marginal é a satisfação proporcionada pela compra de uma unidade adicional de determinado bem. Todos os bens econômicos são regidos pelo princípio fundamental da utilidade marginal decrescente. De acordo com esse princípio, cada unidade sucessiva de um determinado bem adiciona menos satisfação do que aquela proporcionada pela unidade anterior (ARAÚJO, 1987).

⁶ MORGENSTERN, Oskar; VON NEUMANN, John. **Theory of games and economic behavior**. Princeton university press, 1945

bases para construir teorias que possam compreender de maneira mais abrangente o modo como as pessoas determinam as suas escolhas.

2.1.1 A racionalidade em questão: críticas à Teoria da Utilidade para a tomada de decisão

Por muitas décadas a eficiência de mercado tem sido o pressuposto principal na área das finanças. Tal hipótese baseia-se na teoria da utilidade esperada e na ideia de que as expectativas são racionais. Decorrente de tais pressupostos existe a premissa de que os agentes econômicos são considerados racionais e, por isso, conseguem ordenar logicamente as suas preferências, na busca da maximização da utilidade de suas escolhas. Além disso, os indivíduos detêm toda a informação necessária para definir precisamente as suas ações financeiras mesmo quando são submetidos a situações que envolvam a incerteza e diferentes horizontes de tempo (ROGERS; FAVATO; SECURATO, 2008).

A utilidade é expressa sob a forma de uma função matemática, na qual as preferências individuais de cada ser humano são ordenadas e expostas em uma linguagem algébrica, propondo assim “uma teoria lógica do comportamento humano, prescrevendo normativamente como os indivíduos devem agir, caso os pressupostos de racionalidade sejam observados” (ROGERS; FAVATO; SECURATO, 2008, p. 2).

Conforme Mosca (2009), a premissa básica dos agentes econômicos que ampara a teoria econômico-financeira moderna é a racionalidade, da qual decorrem decisões ótimas. A partir daí, todas as pessoas ao realizarem escolhas individuais para obter benefícios particulares, contribuem para que os mercados (que é formado por elas) ajam com eficiência, isto é, para que eles empreguem e distribuam os fatores de produção de maneira ótima.

Contudo ao se observar a economia em seu cotidiano, percebe-se que os agentes têm comportamentos e tomam decisões, geralmente, a partir de uma racionalidade limitada. A sua limitação é advinda de tendências comportamentais “inconsistentes e inatas, muitas delas relacionadas ao próprio processo evolutivo do homem como espécie” (MOSCA, 2009, p. 4).

Para Possas (1995) um dos aspectos centrais do paradigma neoclássico é a definição de que a racionalidade dos indivíduos é essencialmente pautada na otimização. Esta é justamente a questão que vem sendo criticada por novas pesquisas no campo da economia. O alvo principal de tais questionamentos por parte dos críticos da racionalidade

otimizadora relaciona-se ao fato de que ela só poderia ser eficiente nos casos em que as informações fossem distribuídas de maneira perfeita. Para isso, deveria existir um grau de confiabilidade com relação à acontecimentos futuros, caso contrário, não seria possível determinar a existência de ganhos.

Dentre as críticas à racionalidade aplicada aos modelos decisórios, observa-se a realizada sobre a natureza dos seus axiomas. Tal desaprovação associa-se às ideias de que eles presumem a existência de um conjunto de possibilidades dispostas aos indivíduos após as suas escolhas, que são pautadas na razão e na otimização de sua satisfação (BARRACHO, 2001).

Assim, nesses modelos econômicos em que as pessoas procuram maximizar a utilidade em suas escolhas enfatiza-se a figura do *homo economicus*, um indivíduo que fundamenta suas escolhas baseado em sua razão econômica. Tal conceituação tem sido refutada por estudiosos de diversas áreas, os quais evidenciam existir uma desproporção entre os resultados decorrentes de análises microeconômicas e as ações humanas, as quais sofrem influências de variáveis que fogem aos modelos tradicionais (CHAVAGLIA; FILIPE, 2018).

Barracho (2001, p. 109) afirma existirem duas ideias opostas nas discussões que permeiam a tomada de decisão: racionalidade *versus* irracionalidade, e, funcionalidade *versus* inadaptação. Isto é expresso nos primeiros estudos decisórios, os quais pautavam-se na importância de modelos matemáticos. Tais estudos seguiram até a década de 1950 quando foi desenvolvida a teoria dos jogos, a partir da qual acontece uma inversão na “teoria clássica da decisão”.

Após a teoria dos jogos, os modelos em voga são os chamados de normativos, os quais foram construídos sob abstrações matemáticas mais simples, no sentido de incluir e captar aspectos cognitivos e afetivos. Dessas mudanças de perspectiva é que surgem os estudos “divisores de águas” de Herbert Simon (1978), os quais romperam com o modelo econômico clássico, transformando os conceitos de racionalidade e otimização em satisfação e racionalidade limitada. Simon (1978) apresentou uma alternativa à racionalidade total e enfatizou a necessidade de uma análise completa com relação aos riscos e benefícios para cada uma das possibilidades que envolvem um ato decisório.

2.1.2 Premissas da Economia Comportamental

Para a microeconomia, o *trade-off* entre consumo e poupança, assim como outros tantos, pressupõe uma abordagem racional e informada com eficiência. A partir desse pressuposto, um agente econômico sabe que deverá acumular recursos nos períodos em que dispõe de rendimentos mais altos para gastar nos momentos em que sua renda cai. Estas decisões considerando períodos diferentes do ciclo de vida implicam que as pessoas consigam fazer previsão perfeitas (NANZIRI; LEIBBRANDT, 2018).

Ainda para estes autores, se forem adicionados ao “modelo” em questão outros fatores como as restrições de crédito, o risco de morte dos indivíduos, a preferência por ativos de risco e a existência ou falta de habilidades financeiras, o cenário torna-se ainda mais exigente. Somando-se, ainda, fatores externos como a configuração do ambiente socioeconômico e a disponibilidade de políticas públicas de assistência social e previdência, a existência de um comportamento totalmente racional é posta em xeque. A partir da observação e de questionamentos sobre tais situações originaram-se estudos como os que definem a racionalidade limitada.

A racionalidade limitada é uma terminologia desenvolvida por Herbert Simon (1978), segundo a qual as decisões econômicas não são majoritariamente ótimas devido à existência de restrições por parte dos seres humanos ao processar e compreender informações. Esses condicionantes acarretam compreensões parciais dos acontecimentos, uma vez que os indivíduos focam majoritariamente em informações segmentadas, selecionando o que lhes é relevante e minimizando o seu número. Tais dificuldades acontecem devido às limitações de conhecimentos e habilidades para discernir e agir que são próprias do ser humano.

Ferreira (2008), salienta que Herbert Simon contesta as premissas da teoria econômica neoclássica de que a racionalidade é perfeita e que se combinada às características do ambiente em que o agente está inserido contribui com a previsão de comportamentos humanos. Além disso, “os pressupostos da teoria da racionalidade perfeita são opostos aos fatos, já que nem sequer remotamente descrevem os processos que os seres humanos usam para tomar decisões em situações complexas” (SIMON, 1978, p. 366, tradução nossa).

O comportamento dos seres humanos, mesmo quando pode ser considerado “racional” não deverá ser compreendido por intermédio de variáveis que se adaptam perfeitamente ao ambiente, uma vez que ele interage com realidades complexas. Assim,

uma decisão, além de considerar o ambiente em que um indivíduo está inserido, deve abarcar as suas memórias e sua capacidade de aprender e desenvolver conhecimentos, assim como habilidades individuais e coletivas (SIMON, 1978).

O conceito de racionalidade limitada desenvolvido por Simon (1978) tem como aspecto mais importante o entendimento do processo da tomada de decisão, como fundamento para a compreensão do comportamento dos agentes. Isso se justifica pelo fato de que os indivíduos, ao realizarem escolhas, não procuram entender o contexto em sua integralidade, mas desenvolvem modelos parciais baseados em padrões que ocorrem recorrentemente.

Sbicca (2014) salienta que a partir de tal raciocínio, o desenvolvimento de uma teoria da racionalidade limitada deve ser composto por um princípio de procura por alternativas. Um indivíduo, ao realizar uma escolha, aspira por um resultado e ao acreditar que este resultado será alcançado, encerra a sua pesquisa e toma a decisão. A esta sequência de ações Simon (1978) chama de *satisficing* e o processo decisório, também é denominado *racionalidade processual*. Portanto, Simon (1978) foi um precursor de uma teoria da decisão cujo conceito de racionalidade é inovador, uma vez que inutiliza a premissa de maximização e traz um conceito de caráter subjetivo.

Diante do exposto, compreende-se que os problemas com as finanças possuem uma relação muito maior com o comportamento humano do que com a quantidade de dinheiro que as pessoas detêm ou não (MACEDO; IGLESIAS; HILLS, 2014). Por isso, as questões relacionadas ao estudo da racionalidade nas decisões econômicas e outras abordagens inerentes ao comportamento humano são fundamentais ao estudo da ciência econômica.

Segundo Ferreira (2011) é fundamental que os indivíduos compreendam o máximo possível os seus comportamentos, os quais em muitas situações são tratados pela economia clássica como *anomalias*. Três pontos importantes devem ser considerados: 1) os seres humanos vivenciam diferentes tipos de realidades, sendo elas, a realidade externa (vivenciada por todos e captada pelos sentidos), a realidade interna (contempla as particularidades individuais, familiares e culturais de cada ser humano) e a realidade psíquica (surge da interação entre as duas primeiras realidades); 2) as emoções humanas além de terem surgido muito antes da razão, tem como base os instintos destinados à sobrevivência; 3) o ser humano não possui consciência plena dos fatores que o influencia. Assim, um melhor conhecimento sobre esses níveis de realidade auxilia no entendimento sobre os processos psíquicos e, conseqüentemente, na tomada de decisão. Esta é a

proposta de áreas como as que envolvem a Psicologia Econômica e a Economia Comportamental.

2.2 ECONOMIA COMPORTAMENTAL

A Economia Comportamental pode ser entendida como uma área que estuda “as influências cognitivas, sociais e emocionais observadas sobre o comportamento econômico das pessoas” (SAMSON, 2015, p. 26). Foi desenvolvida a partir da união entre os conhecimentos da economia e da psicologia. Utilizam, principalmente, a experimentação para desenvolver teorias que melhor compreendam os aspectos relacionados ao processo decisório dos indivíduos (MOSCA, 2009).

A partir de pesquisas da área da psicanálise e da psicologia social, compreende-se que os comportamentos das pessoas vão se desenvolvendo com o passar do tempo. As contribuições de tais estudos à educação financeira apontam que os fatores históricos, sociais e culturais influenciam os comportamentos e hábitos econômicos de uma pessoa (NANZIRI, 2016).

Para Barracho (2001), a economia e a psicologia tornaram-se disciplinas “inseparáveis” tendo em vista que as atividades produtivas, o consumo, a poupança e o investimento nada mais são do que ações de natureza humana, as quais caracterizam-se por riscos e são expressas por meio de decisões. Dessa forma, a economia comportamental tem seu surgimento quando se desenvolve a ideia de que o homem é um agente econômico, contemplando-se a relação entre os aspectos humanos e a economia social.

Os modelos de decisão comportamental consideram as múltiplas características psicológicas dos indivíduos, bem como as motivações de suas escolhas. Com isso, estabelecem algumas premissas necessárias, a saber: as informações estão dispostas de maneira imperfeita no mercado; alguns agentes econômicos podem comunicar-se e manipular as informações, bem como as expectativas de outros através de comportamentos negociais (BARRACHO, 2001).

Considerando assim a complexidade do cenário econômico, o conhecimento de ferramentas mentais, através da observação do funcionamento do cérebro, pode auxiliar na tomada de decisões mais conscientes. Ao mesmo tempo, proporciona maior discernimento aos indivíduos na identificação de “pontos cegos” da mente como alguns hábitos, cacoetes mentais e pensamentos defasados (FERREIRA, 2011).

Portanto, para os estudiosos da Economia Comportamental o conhecimento é fundamental na tomada de boas decisões. Por isso, é preciso ultrapassar as barreiras das informações técnicas provenientes das finanças e da ciência econômica, para que as pessoas fiquem conscientes das escolhas a serem realizadas. Assim, a chance de tomar decisões acertadas aumenta na mesma “proporção do quanto conhecemos e de como administramos esse conhecimento” (FERREIRA, 2011, p. 107).

Conforme Castro (2014) não se pode afirmar que a economia comportamental forma uma escola de pensamento econômico, com premissas específicas e comuns a todos os seus estudos. Assim, ela não apresenta um modelo de racionalidade único como uma possibilidade contrária aos modelos clássico e neoclássico, mas é composta por várias teorias com diversas premissas, as quais divergem entre si em alguns aspectos. Isto posto, a subseção a seguir trará os principais autores e as suas respectivas contribuições para a área da economia comportamental.

2.2.1 Principais contribuições da Economia Comportamental

A construção teórica da Economia Comportamental apresenta variação entre perspectivas que diferem totalmente dos conceitos e determinações da economia neoclássica e análises que procuram modificar algumas de suas premissas básicas (CASTRO, 2014). Assim, os estudos desta área dividem-se em duas abordagens: 1) os economistas chamados “radicais” pois compreendem que o modelo neoclássico da tomada de decisões não expressa a realidade dos agentes econômicos; 2) os economistas denominados “reformistas”, que aceitam as “normas” da racionalidade, mas compreendem que elas nem sempre são válidas. O Quadro 1 apresenta tais abordagens e seus principais autores.

Quadro 1 - Autores precursores no estudo da Economia Comportamental

ABORDAGEM	AUTOR	PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES
RADICAL	Simon (1955,1959,1979,1984)	Proposição da racionalidade limitada;
	Katona (1951,1953,1963)	Hábito, motivação e expectativas influenciando a tomada de decisão;

	Scitovsky (1992)	Exemplos, sugestões, padrões e experiências individuais modificam as preferências;
REFORMISTA	Kahneman e Tversky (1979)	Teoria do Prospecto, considerando as perdas e ganhos do consumidor;
	Thaler (1980)	Efeito Dotação, propriedade do bem gera valor;
	Camerer e Loewenstein (2004)	Estudos sobre a metodologia da Economia Comportamental.

Fonte: Elaboração própria a partir de Bandeira e Roncato (2018).

Observando a abordagem radical, pode-se enfatizar as pesquisas desenvolvidas por Simon⁷ que desenvolveu o conceito da racionalidade limitada, conforme já exposto, e, por Katona⁸ o qual realizou comparações entre a realização de escolhas e solução de problemas. O último também abrangeu em suas análises “a questão do hábito, da motivação e das expectativas como influenciadores na tomada de decisão” (BANDEIRA, RONCATO, 2018, p. 4).

Sob a ótica reformista ressaltam-se os estudos de Kahneman e Tversky⁹ que desenvolveram a Teoria do Prospecto, a qual surgiu por intermédio de experimentos nos quais foram identificadas influências habituais sobre as decisões. Nesta abordagem, o que a teoria econômica convencional entende por *anomalia* é compreendido como um *viés*, o qual constrói um arcabouço teórico que se utiliza de heurísticas (SBICCA, 2014). Tais estudos demonstram que as decisões não serão sempre ótimas porque elas envolvem a propensão dos indivíduos a arriscar-se. Tal disposição associa-se a maneira como as escolhas se apresentam. Isso ocorre porque os agentes econômicos possuem uma aversão à perda superior ao ganho de um prêmio equivalente (ÁVILA; BIANCHI, 2015).

Outro trabalho de destaque é o de Richard Thaler¹⁰ que desenvolveu seus estudos com enfoque no efeito *dotação*. Esse termo relaciona-se ao comportamento dos

⁷ A behavioral model of rational choice (1955); Theories of decision-making in economics and behavioral Science (1959); Rational decision making in business organizations (1979); On the behavioral and rational foundations of economic dynamics (1984).

⁸ Expectations and decisions in economic behavior (1951); Rational behavior and economic behavior (1953); The relationship between psychology and economics (1963).

⁹ Prospect theory: An analysis of decision under risk (1979).

¹⁰ Toward a positive theory of consumer choice (1980).

indivíduos que “atribuem um valor mais alto aos bens que lhes são aleatoriamente atribuídos e passam a ser de sua propriedade do que os mesmos bens, mas que não lhes pertencem” (MOREIRA, 2012, p. 67). Em resumo, ele demonstra um viés de que as pessoas atribuem valor superior aos bens que são de sua posse, especialmente aos bens que podem ser vendidos e que detém alguma importância simbólica (ÁVILA; BIANCHI, 2015).

O interesse dos pesquisadores das ciências sociais aplicadas pela Economia Comportamental vem aumentando, tanto que no ano de 2017, Richard Thaler recebeu o prêmio Nobel de Economia por estudos sobre a contabilidade mental¹¹. Por fim, conforme Ávila e Bianchi (2015) além das pesquisas acadêmicas, a economia do comportamento e a ciência da tomada de decisão também estão sendo incorporadas em setores econômicos de vários países do mundo. Isto devido à compreensão de que todos os indivíduos são em parte irracionais, mas cada qual a sua maneira. Assim, a compreensão da existência de influências culturais e ambientais sobre as escolhas econômicas é fundamental para descrever a tomada de decisão dos indivíduos.

É nesse sentido que uma educação voltada para as finanças e o conhecimento sobre como os aspectos comportamentais afetam as nossas decisões econômicas, podem contribuir para a realização de escolhas financeiras mais eficientes e que proporcionem mais qualidade de vida aos indivíduos.

2.2.2 Finanças Comportamentais

A origem das Finanças Comportamentais, do mesmo modo que a Economia Comportamental, advém de críticas de algumas das premissas da Economia Neoclássica, tais como: a de que a racionalidade pauta todas as decisões; que todas as informações são acessíveis e compreendidas pelos agentes econômicos; que os mercados são eficientes; e que as escolhas financeiras são realizadas no sentido de maximizar a utilidade (YOSHINAGA; RAMALHO, 2014).

Ainda de acordo com esses autores, a principal premissa desta nova teoria das finanças é que os indivíduos, por não agirem de forma totalmente racional, realizam julgamentos baseados em aspectos emocionais. Ao realizar este movimento, as pessoas

¹¹ De acordo com a literatura financeira, a contabilidade mental é um processo de codificação, categorização e avaliação de resultados financeiros (NOBRE, *et al.*, 2016).

utilizam heurísticas, isto é, determinam regras e atalhos mentais para facilitar as decisões, as quais podem acarretar erros sistemáticos, denominados vieses.

Os estudos de destaque nesta área foram desenvolvidos principalmente por Tversky e Kahneman. Dois trabalhos importantes foram: *Judgement under Uncertainty: Heuristic and Biases*¹², publicado em 1974 e *Prospect Theory: Na Analysis of Decision under Risk*¹³ de 1979. No primeiro estudo, os autores verificaram que as pessoas realizam estimações envolvendo números e probabilidades através de diferentes heurísticas, enquanto no segundo descreveram a Teoria do Prospecto, demonstrando as decisões dos agentes econômicos diante de situações que envolvem riscos (KLING, 2019). Tanto as heurísticas relevantes a este trabalho, quanto a Teoria do Prospecto serão descritas na próxima seção deste trabalho.

2.3 HEURÍSTICAS E VIESES COMPORTAMENTAIS

O termo *heurística* vem do grego *heuriskein* que significa “encontrar, descobrir”. Um método é considerado heurístico quando induz o indivíduo a descobrir algo pretendido (JAPIASSÚ, 2008). Dessa forma, a heurística também é entendida como um “processo, como o da tentativa e erro, para resolver um problema para o qual não há algoritmo. A heurística de um problema é um método ou regra para tentar chegar a uma conclusão” (BLACKBURN, 1997).¹⁴

No campo da Economia Comportamental, uma heurística é compreendida como um atalho mental a partir do qual o cérebro opera para tomar decisões. Enquanto as heurísticas são vistas como um desvio de pensamentos que forma uma espécie de “regra de bolso” recorrentemente utilizada nas escolhas dos indivíduos, os vieses representam as distorções que aparecem sistematicamente na realização de avaliações (MORAES; TABAK, 2018).

Com relação aos vieses comportamentais também são conhecidos como *erros sistemáticos*, eles podem ser classificados em duas categorias: emocionais e cognitivas (SAUER, 2016). A primeira categoria relaciona-se aos sentimentos, isto é, às decisões tomadas a partir da emoção e da negligência dos fatos, enquanto a segunda categoria diz

¹² Julgamento sob Incerteza: Heurística e Vieses (tradução livre).

¹³ Teoria do prospecto: uma análise da decisão sob risco (tradução livre).

¹⁴ Definição extraída do Dicionário Oxford de Filosofia *online* disponível em: <<https://sites.google.com/view/sbgdicionariodefilosofia/heur%C3%ADstico>>

respeito às escolhas que têm por base tendências de comportamentos pré-estabelecidos, os quais podem levar a julgamentos errôneos e ações equivocadas (RAMALHO, 2013).

No cotidiano, as pessoas costumam recorrer a heurísticas para facilitar a tomada de decisão tendo em vista o fator “tempo”. Muitas das escolhas do nosso cotidiano precisam ser acertadas e realizadas em curto espaço de tempo, por isso, as pessoas analisam probabilidades da ocorrência de fatos recorrendo a heurísticas. Sob esta ótica, as heurísticas são importantes porque “diminuem a complexidade das tarefas simplificando os processos de decisão e sustentam os seus pressupostos em crenças e na experiência dos componentes envolvidos” (MORAES; TABAK, 2018, p. 630).

As heurísticas e vieses comportamentais podem influenciar as pessoas, enquanto cidadãos e consumidores, a tomar atitudes precipitadas e/ou equivocadas com relação às finanças, o que pode acarretar o aumento do risco em determinadas ações, assim como prejuízos financeiros e diminuição do patrimônio pessoal e familiar (SAUER, 2016).

Os estudos referentes às heurísticas e aos vieses delas decorrentes foram desenvolvidas por Tversky e Kahneman (1974). Entretanto, é válido salientar que as heurísticas se categorizam sob três abordagens: ancoragem, disponibilidade e representatividade, as quais serão descritas em sequência.

2.3.1 Heurística da Ancoragem

O conceito de ancoragem nas finanças comportamentais expressa o fato de que os indivíduos utilizam elementos ou situações como referência na tomada de decisões. Assim, quando a referida escolha se baseia em um parâmetro, ela representa uma heurística de ancoramento (AGUIAR; SALES; SOUSA, 2008).

Kahneman e Tversky (1974), salientam que a ancoragem acontece quando um agente faz o uso de uma “âncora”, isto é, de um valor referencial para decidir. A partir daí, ao realizar uma compra, uma pessoa pode utilizar a sua ancoragem para discernir entre os preços e descontos por exemplo, ajustando os valores que está disposta a dispende a partir de sua âncora. Por isso, as análises realizadas a partir desta heurística podem levar a vieses de super ou subestimativas de preços e valores.

A ancoragem é consequência de um contato inicial com um número referencial, o qual acaba exercendo influências sobre escolhas posteriores (ÁVILA; BIANCHI, 2015). Assim, esse número “é tomado como ponto de partida para que estimativas sejam feitas, de modo que a resposta final ajusta-se a esta referência inicial – mesmo quando ela não é

necessariamente importante à situação” (FERREIRA, 2008, p. 164). Por isso, diferentes pontos de início, conduzem a resultados enviesados divergentes.

Kahneman (2012) salienta que quando a ancoragem acontece, “as pessoas consideram um valor particular para uma quantidade desconhecida antes de estimar essa quantidade” (p.152). O que acontece em sequência é um resultado da psicologia experimental, uma estimativa aproximada do valor considerado inicialmente.

Ainda de acordo com o autor, a ancoragem pode acontecer sob duas perspectivas: como um processo de ajuste e como um efeito automático *priming*. Na primeira, ocorre uma estratégia no intuito de estimar valores incertos, a qual se inicia a partir de um “número âncora” e a partir dele ocorre uma avaliação e uma movimentação. Esse ajustamento tende a cessar quando um indivíduo não tem mais certeza se deve continuar. Outro fator que também afeta esse processo é o esgotamento mental que faz com que as pessoas “ajustem menos” ou fiquem cada vez mais próximas da âncora pré-estabelecida.

Já sob a segunda perspectiva, a ancoragem é um efeito *priming* realizado conscientemente através de uma sugestão, isto é, ela seleciona uma evidência compatível com determinada situação. Sendo assim, “a moral principal da pesquisa de *priming* é que nossos pensamentos e nossos comportamentos são influenciados, muito mais do que sabemos ou queremos, pelo ambiente do momento” (KAHNEMAN, 2012, p. 163).

2.3.2 Heurística da Disponibilidade

Tversky e Kahneman (1973) definiram a heurística da disponibilidade como um julgamento da frequência de um fato de acordo com a facilidade com que ele vem à mente de um indivíduo. A disponibilidade é, portanto, uma heurística de julgamento.

Corroboram com a definição inicial, Macedo, Dantas e Oliveira (2014) os quais afirmam que a disponibilidade enquanto heurística, define-se a partir da probabilidade da ocorrência de evento, considerando a frequência com que eles são acessados na memória. É mais provável que os agentes relembrem de acontecimentos de alta carga emocional do que de outros mais subjetivos e de caráter mais corriqueiro, fato que justifica a ocorrência desta heurística.

De acordo com Ferreira (2008), a disponibilidade reflete a agilidade com que situações, ideias e lembranças são acessadas no cérebro e atuam como motivadores de uma situação a ser avaliada. A autora enfatiza ainda:

Aprendemos, ao longo da vida, que, em geral: 1. grandes grupos de eventos são mais rápida e facilmente lembrados do que classes de eventos menos frequentes; 2. eventos com maior probabilidade de ocorrer são mais fáceis de imaginar do que os menos prováveis; 3. as conexões associativas entre eventos são fortalecidas quando eventos ocorrem juntos. Essas observações dão origem a uma regra de bolso que nos permite estimar o tamanho de uma classe de eventos, a probabilidade da ocorrência de outros ou a frequência de co-ocorrência mediante a facilidade que possa estar presente nas operações mentais relevantes (FERREIRA, 2008, p. 161).

Através da heurística da disponibilidade, as pessoas compreendem que a tendência de um acontecimento futuro se associa com a facilidade da recordação passada de um fato semelhante. Assim, eventos marcantes e mais recentes podem distorcer as análises realizadas no momento da tomada de decisão, tendo em vista que são acessados primeiro na memória (CABECINHAS, 1995).

2.3.3 Heurística da Representatividade

Kahneman e Tversky (1974) afirmam que a heurística da representatividade é visualizada quando um indivíduo avalia a probabilidade da ocorrência de um evento incerto (ou amostra), averiguando a sua similaridade com a população original e o nível em que ele identifica as características do processo de sua geração.

Os mesmos autores identificaram que em geral, ao tomar decisões, os indivíduos relacionam probabilidades entre a sua escolha e os possíveis resultados, levantando questionamentos como “qual a probabilidade de um acontecimento “X” culminar em um evento “Y”? E, qual a probabilidade de um objeto “X” pertencer a um grupo “Y”? Portanto, ao ficar atento a tais questionamentos, o tomador de decisão é influenciado pela heurística da representatividade e acaba não levando em consideração outras informações relevantes.

A referida heurística é utilizada “para avaliar a probabilidade de um item pertencer a uma população baseado no grau em que este item é similar a outros elementos ou propriedades desta população” (LUPPE, 2006, p. 16). Assim, a partir dela advém alguns vieses na tomada de decisão, a saber: 1) insensibilidade aos níveis de base; 2) insensibilidade da dimensão da amostra; 3) subavaliação do caso; 4) regressão à média e 5) correlação ilusória.

O primeiro viés ilustra a tendência dos indivíduos de ignorar os valores (níveis) de base como uma fonte de dados. Já a insensibilidade da dimensão da amostra é também conhecida como a “lei dos pequenos números” e indica que os agentes ao avaliar uma

informação podem não considerar a totalidade da amostra, utilizando um número comprimido de exemplos. O viés de subavaliação do caso, significa que os indivíduos consideram amostras ou sequências aleatórias de dados para confirmar as suas expectativas. A regressão à média expressa a desconsideração de que normalmente, os eventos extremos tendem a regressar para a sua média posteriormente. Por fim, a correlação ilusória refere-se à preferência dos indivíduos em correlacionar pequenos acontecimentos desconsiderando o conjunto de ocorrências no qual eles estão inseridos (CABECINHAS, 1995).

Em suma, o uso da heurística da representatividade na tomada de decisão considera que a avaliação de um provável resultado da mesma advém do grau em que um evento “X” representa uma escolha “Y”, isto é, pela observação de uma semelhança e/ou uma relação entre eles (LUPPE, 2006).

Já para Peters (2003), esta heurística se associa aos elementos similares pesquisados, nas situações em que as decisões são induzidas por informações descritivas. Sendo assim, mesmo que as probabilidades de cada resultado possível sejam conhecidas, os agentes optam por utilizar as informações das quais dispõem para realizar as suas escolhas. Em resumo, a Heurística da Representatividade relaciona-se com a desconsideração de probabilidades básicas na criação de estereótipos (SAUER, 2016).

2.3.4 Efeito Manada

O Efeito Manada ou *Herding Effect* caracteriza-se pela tomada de decisão baseada nos comportamentos dos demais indivíduos, ao invés da utilização de dados e informações pessoais. Este comportamento é mais frequente quando os agentes estão diante de cenários de incerteza, quando há falta ou excesso de dados e, portanto, incerteza diante dos resultados. Assim, “na ausência de parâmetros mais sólidos para sustentar suas escolhas, os agentes financeiros imitariam as escolhas dos demais” (ÁVILA; BIACHI, 2015, p. 181).

Thaler e Sunstein (2019) demonstram que o Efeito Manada acontece porque os agentes econômicos são influenciados socialmente. Tais influências dividem-se em duas categorias: uma relaciona-se às informações e a outra às pressões sociais. Na primeira, o *Herding Effect* é decorrente de informações transmitidas quando existe um número considerável de pessoas tomando determinada atitude. Na segunda, a manada ocorre

porque um indivíduo importa-se e é impactado pelo que os demais pensam sobre ele, conduzindo-o a agir como o grupo para ser aceito.

O Efeito Manada ajuda a compreender muitos dos comportamentos econômico-financeiros dos indivíduos. Em geral, na literatura das finanças comportamentais, este viés é utilizado para configurar relações de compra e venda de ativos no mercado de capitais, sendo empregado principalmente para pesquisas sobre investimentos (CANER, 2019).

2.3.5 Viés do *Status Quo*

O Viés do *Status Quo* é uma tendência que demonstra que os indivíduos em geral, preferem não realizar mudanças e não modificar seus comportamentos, isto é, os agentes tendem a permanecer na inércia, a não ser que tenham um incentivo significativo (SAMUELSON; ZECKHAUSER, 1988).

Ávila e Bianchi (2105) salientam que o *Status Quo* acontece quando os custos da mudança em questão são pequenos se comparados à dimensão da decisão a ser tomada. Ele pode ser facilmente visualizado em exemplos do nosso cotidiano, como o caso de um consumidor que tende a não trocar de operadora de telefonia móvel, de plano de televisão por assinatura ou de banco, mesmo quando essas mudanças significam economizar.

Sendo assim, nas escolhas corriqueiras, os agentes econômicos preferem seguir decisões padrões, mesmo diante de uma série de possíveis produtos e/ou serviços substitutos que estão à sua disposição. Esse movimento está relacionado com a *aversão à perda*, uma vez que mudanças apresentam probabilidades de erros e prejuízos, incentivando, portanto, a permanência dos indivíduos no *status quo* (KAHNEMAN; KNETSCH; THALER, 1991).

2.3.6 Viés de Autocontrole

Na área da Economia e das Finanças Comportamentais o viés do autocontrole expressa o comportamento impulsivo com relação às finanças. É o comportamento decorrente da falta de organização, planejamento e análise, o qual pode prejudicar decisões no curto e no longo prazo e gerar problemas como o endividamento e a inadimplência (SAUER; NARDY; JUNQUEIRA, 2016).

Para Kocher et al. (2016), o autocontrole é fundamental para proteger os agentes contra um excesso de otimismo e de confiança, assim como, de respostas decorrentes de aspectos emocionais, os quais podem levar a ações precipitadas e errôneas. Para além disto, este viés pode auxiliar os indivíduos na permanência de um planejamento realizado no passado, para a criação e manutenção de hábitos positivos com relação às finanças.

Para Thaler e Shefrin (1981), as pessoas estão recorrentemente vivenciando conflitos duais, em que o longo e o curto prazo divergem. Tais divergências temporais são expressas por dois “personagens”: o planejador e o realizador. Enquanto o primeiro dá enfoque ao tempo futuro, o segundo é o responsável pelas demandas correntes, de curto prazo. Assim, os problemas decorrentes da falta de autocontrole advêm do conflito entre *planejador* e *realizador* (também chamado pelos autores de *impulsivo*). Enquanto o planejador é configurado através do sistema reflexivo, o realizador é sugestionado pelo sistema automático da mente dos indivíduos:

O planejador tenta promover nosso bem-estara longo prazo, mas precisa lidar com os sentimentos, os truques e a teimosia do *impulsivo*, que é exposto às tentações que surgem com a excitação. Pesquisas recentes no campo da neuroeconomia têm encontrado evidências que reforçam essa concepção de autocontrole dividido em dois sistemas (THALER; SUSTEIN, 2019, p. 53).

Para além desta análise, outros pesquisadores desenvolveram novos estudos buscando compreender a importância e as dificuldades do autocontrole para um comportamento financeiro positivo. Dentre eles está o chamado *viés do presente*, que ocorre porque, ao ter que ponderar entre duas decisões futuras, uma pessoa tende a preferir a que ocorrerá primeiro, gerando um viés em sua escolha (DELANEY; LADES, 2015; O'DONOGHUE; RABIN, 2015).

Delaney e Lades (2015), criaram um modelo que considera os *insights* psicológicos, sugerindo que a falta de autocontrole deriva de conflitos subjetivos entre as *tentações* e a *capacidade de autocontrole*. Assim, quando as tentações superam o autocontrole, acontece o referido viés.

Para Nunes, Rogers e Cunha (2015) as análises e teorias relacionadas ao viés de autocontrole indicam que o mesmo pode ser expresso pela habilidade de resistir às tentações como também pela competência em evitá-las. Por isso, os autores salientam a importância dos estudos sobre esta temática, tendo em vista a influência do autocontrole nos processos decisórios financeiros, como a poupança, o consumo e os investimentos.

2.3.7 Teoria do Prospecto

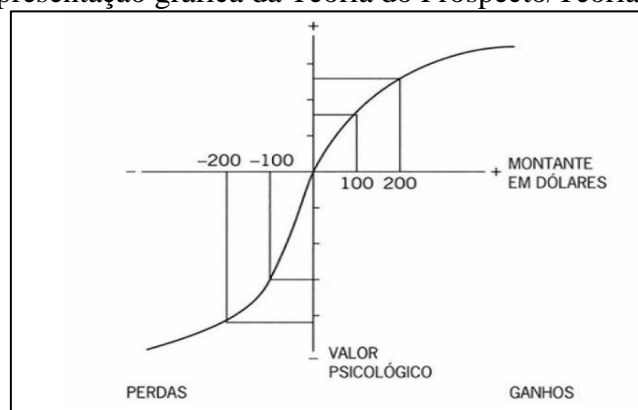
A Teoria do Prospecto ou Teoria da Perspectiva foi desenvolvida por Kahneman e Tversky (1979) como uma contraposição à Teoria da Utilidade Esperada. A novidade desta teoria é a consideração da existência de cenários de riscos e incertezas nas tomadas de decisões. Além disso, ela considera como premissas a racionalidade dos agentes econômicos e decorrente disto, o uso de heurísticas na realização de escolhas.

Ainda de acordo com os autores, a Teoria do Prospecto identifica duas etapas distintas na tomada de decisão: prévia de edição e avaliação. Na prévia de edição ocorre uma análise introdutória das opções a serem decididas. Já na avaliação, as perspectivas anteriores são revisitadas, avaliadas e a partir daí, a opção para qual maior valor é atribuído é a selecionada.

Além disso, conforme Ramalho (2013) a referida teoria verifica as divergências em situações de perdas e de ganhos e, posteriormente, concede valores diferentes a cada uma delas. Esses pesos atribuídos a esses eventos não seguem as probabilidades das suas ocorrências, mas seguem uma referência neutra pré-estabelecida, também conhecida como *status quo*.

A representação da Figura 1 demonstra o valor psicológico de ganhos e perdas em duas partes diferentes: uma à direita e outra à esquerda de um ponto referencial neutro. O seu formato em “S” indica uma sensibilidade decrescente para as duas situações (ganhos e perdas). Outra característica importante deste gráfico é a assimetria das curvas, uma vez que a inclinação da função se modifica no ponto de referência. Esse movimento, indica que um indivíduo tem uma reação mais expressiva às perdas se comparado a um ganho da mesma magnitude, e por isso, recebe o nome de “aversão à perda” (KAHNEMAN, 2012).

Figura 1 - Representação gráfica da Teoria do Prospecto/Teoria da Perspectiva



Fonte: Kahneman (2012, p. 352).

Sendo assim, diferentemente do conceito tradicional de utilidade que indica uma “aversão ao risco” de maneira mais genérica, na Teoria do Prospecto a adoção de pesos divergentes em ocasião de perdas e de ganhos indica a presença de uma “aversão ao risco”, variando conforme a situação (YOSHINAGA; RAMALHO, 2014).

2.3.8 Aversão à perda

A identificação da “aversão à perda” é decorrente do desenvolvimento da Teoria do Prospecto e evidencia que os agentes econômicos atribuem diferentes valores psicológicos a perdas e a ganhos correspondentes. De acordo com Kahneman e Tversky (1979) a definição do conceito de “aversão à perda” refere-se ao fato de que, os indivíduos sentem um impacto maior ao perder algo, se comparado a ganhar algo da mesma magnitude. Isto é, a dor da perda é mais impactante do que o prazer de um ganho equivalente.

De acordo com Halfeld e Torres (2001), é importante distinguir a diferença entre a “aversão ao risco” e a “aversão à perda”, os quais são frequentemente confundidos. A aversão à perda é um sentimento que se sobrepõe ao risco. Isso fica evidente com os resultados dos estudos de Kahneman e Tversky (1979) os quais utilizaram uma problemática para dois grupos.

Para o primeiro grupo o problema apresentado foi: supondo que um indivíduo tem a possibilidade de ganhar até R\$ 1.000,00 e deve escolher entre: a) certeza de ganhar R\$ 500,00; e, b) 50% de chance de ganhar R\$ 1.000,00, contra 50% de chance de ganhar R\$ 0,00. Quanto ao segundo grupo, a questão apresentada foi: supondo que um indivíduo tem a possibilidade de ganhar até R\$ 2.000,00 e deve escolher entre: a) certeza de perder R\$ 500,00 e b) 50% de chance de perder R\$ 1.000,00, contra 50% de chance de perder R\$ 0,00. Os resultados obtidos foram: no primeiro grupo 84% dos pesquisados escolheram a opção *a* e no segundo grupo 69% dos respondentes optaram por *b*. Apesar de as duas questões apresentarem a percentagem na variação de riqueza, a que foi apresentada para o primeiro grupo obteve mais respostas pois não enfatiza o termo *perda*.

Os dois problemas são idênticos no que diz respeito à variação total do nível de riqueza, porém a maneira como eles são formulados gera a discrepância entre os dois resultados. Diante da perda, as pessoas assumem riscos somente pela chance de não realizar a perda, ou seja, com relação aos ganhos, as pessoas são avessas ao risco, mas diante da possibilidade de perder, as pessoas são avessas à perda (HALFELD; TORRES, 2001, p. 67).

Lobo et *al.*, (2011), salientam que os agentes preferem não sentir a dor de uma perda em detrimento do prazer proporcionado por um ganho da mesma magnitude. Outro ponto a ser elencando a partir deste viés, é o fato de que os indivíduos estão mais dispostos a assumir risco quando já estão em uma situação de prejuízos, e quando estão lucrando mostram-se avessos ao risco.

2.3.9 Efeito *Framing* ou Efeito Enquadramento

O efeito *framing* ou efeito enquadramento é mais um desdobramento observado da Teoria do Prospecto de Kahneman e Tversky (1979), de acordo com o qual um tomador de decisão altera as suas preferências levando em conta a maneira com que um problema lhe é apresentado.

Neste caso, os indivíduos preferem alternativas seguras quando estão em situações de ganhos e se tornam mais adeptos ao risco em situação de perda. Este é o aspecto pelo qual o efeito *framing* aparece. A realização de escolhas que contêm riscos ou ganhos, influencia-se pelo modo como as alternativas são formuladas e apresentadas (DO SACRAMENTO, et *al.*, 2014).

Mayer e Avila (2010), enfatizam que o efeito *framing* ocorre quando são realizadas apenas alterações imperceptíveis e pequenas para a apresentação de uma problemática, o que não torna as informações demonstradas inverídicas. Assim, o efeito enquadramento decorre principalmente do ato de avaliação dos resultados no processo decisório. Isto porque, existe uma tendência de que os agentes analisem as alternativas a serem escolhidas a partir de um ponto de referência, o qual pode ser induzido de maneira implícita pela exposição do problema.

Após a observação destas heurísticas e vieses, é válido salientar a sua importância para a construção de projetos e programas de Educação Financeira, pois, ainda que ela se sustente relativamente bem, muitas são as contribuições ao ser observarem os elementos comportamentais na tomada de decisões.

2.4 EDUCAÇÃO FINANCEIRA: DEFINIÇÕES E IMPORTÂNCIA

A Educação Financeira é pauta de muitas discussões tamanha a sua relevância para o desenvolvimento financeiro das pessoas. Ela consiste na capacidade de um

indivíduo em tomar decisões financeiras que proporcionem melhoria em sua qualidade de vida. Também resulta da compreensão e utilização de conceitos associados ao planejamento das finanças (MIRANDA; LEAL; ARAUJO, 2017).

De acordo com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (2005), a Educação Financeira é conceituada como:

(...) o processo pelo qual consumidores e investidores melhoram seu entendimento sobre os conceitos e os produtos financeiros e, através da informação, instrução e/ou conselhos objetivos, desenvolvem as habilidades e a confiança para conhecer melhor os riscos e as oportunidades financeiras, e assim tomarem decisões fundamentadas que contribuem para melhorar seu bem-estar financeiro (OCDE, 2005, p. 4).

O mesmo documento salienta que a educação voltada para as finanças deve ser compreendida como um movimento contínuo e de caráter permanente, considerando as mudanças que ocorrem nas sociedades e nos mercados. É preciso levar em conta, também, a maneira com que as informações circulam e principalmente as necessidades dos indivíduos em cada etapa do seu ciclo de vida.

Após o reconhecimento da Educação Financeira como uma temática importante para a economia dos países, a OCDE (2005) desenvolveu um segundo documento intitulado “*Financial Education Project*”, no qual constam recomendações para a implantação de projetos de educação econômica e financeira, com a finalidade de incentivar boas práticas, sendo elas:

1) a educação voltada às finanças deve ser promovida sem a interferência de vieses ou interesses individuais, sendo conduzida de maneira justa e imparcial, formando cidadãos críticos;

2) os projetos de Educação Financeira devem priorizar os interesses do país que o desenvolve, incluindo aspectos em que ele mais necessita como por exemplo: a poupança, o endividamento, conhecimentos básicos sobre matemática e economia, seguros e investimentos;

3) os órgãos e instituições administrativos de uma nação devem compreender que a Educação Financeira é um instrumento na promoção do crescimento econômico e devem ampará-la;

4) deve haver estímulos para a participação de instituições financeiras privadas nos programas educacionais financeiros no sentido de evitar assimetria de informações que prejudiquem os agentes econômicos;

5) a Educação Financeira deve estar em constante construção visando acompanhar as transformações do mercado, das instituições e da tecnologia, levando sempre em consideração as necessidades dos indivíduos;

6) a mídia deve exercer um papel fundamental na disseminação das informações referentes aos programas e conteúdos de finanças;

7) o ensino de noções de economia e finanças pessoais deve iniciar na escola, o mais cedo possível, e por isso, o Estado deve incentivar e investir nisso;

8) as instituições financeiras devem ser incentivadas a certificar de que seus clientes têm acesso e compreendem todas as informações a respeito de produtos e serviços financeiros;

9) os programas de Educação Financeira devem priorizar o ensino de questões inerentes ao planejamento financeiro pessoal e familiar, como a poupança, o endividamento e a aposentadoria;

10) ao serem construídos, os projetos devem levar em consideração o público a quem se destinam e a eficácia da didática a ser utilizada.

Rocha (2013), entende que a Educação Financeira se refere ao conhecimento de termos relacionadas às finanças, além de práticas e demais aspectos necessários para entendimento de ações relacionadas ao bom uso do dinheiro. Assim, ela se expressa na maneira como os indivíduos gerenciam os seus recursos financeiros.

Em documento do Banco Central do Brasil – BACEN (2013) salienta-se a importância de os cidadãos usufruírem adequadamente os benefícios proporcionados pelos serviços financeiros. Para isso, alguns conhecimentos e atitudes são necessários, sendo eles:

1) compreensão do funcionamento do mercado financeiro e da influência da taxa de juros no cotidiano;

2) consumo consciente;

3) utilização do crédito com prudência para evitar o endividamento;

4) realização e acompanhamento do orçamento pessoal e familiar;

5) entendimento de que a construção de uma poupança é importante para o planejamento financeiro;

6) manutenção da organização das finanças.

A partir daí, conceitua-se a Educação Financeira como um meio de fornecer os conhecimentos citados, no sentido de contribuir para a melhora da qualidade de vida das pessoas e de suas famílias. Além disso, a educação voltada às finanças configura-se como

instrumento de promoção do desenvolvimento econômico, tendo em vista que a qualidade das escolhas financeiras dos agentes econômicos impacta todo o agregado da economia (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013).

Além do mais, a alfabetização financeira resulta de um conjunto de conhecimentos sobre finanças e de habilidades para aplicá-los, com o objetivo de tomar decisões conscientes diante de um cenário composto por vários contextos financeiros. Conseqüentemente, contribui para melhorar a qualidade de vida de todos os agentes econômicos envolvidos no processo, permitindo a sua inserção ativa na esfera econômica da sociedade (OCDE, 2020).

A necessidade de Educação Financeira evidencia-se, principalmente, quando se observam as mudanças econômicas, sociais e tecnológicas aliadas à expansão e complexidade dos serviços relacionados às finanças. Sem orientações e conhecimentos para gerenciar o dinheiro, as decisões financeiras dos indivíduos e das famílias por muitas vezes não são coerentes e geram resultados indesejados (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007).

Considerando um indivíduo diante de uma decisão financeira em que ele tenha que optar por consumir certa renda hoje ou poupar para consumo futuro, ele poderá tomar decisões mais coerentes ao utilizar conhecimentos provenientes da Educação Financeira, como o entendimento sobre a taxa de juros, riscos, preços e inflação. Este processo de conhecimento e tomada de decisão parece relativamente simples, mas a medida em que as escolhas vão envolvendo aspectos mais complexos e períodos mais extensos, as dificuldades também se acentuam e conhecimentos relacionados às finanças passam a ser fundamentais para decisões acertadas (HASTINGS; MADRIAN; SKIMMYHORN, 2013).

Os mesmos autores afirmam que se não houver Educação Financeira as pessoas podem realizar escolhas relativas ao uso do dinheiro que não lhes proporcionem bem-estar. Isto pode ocorrer especialmente nos casos em que grandes volumes de recursos serão empregados, quando as condições de incerteza dificultariam as decisões dos formuladores de políticas macroeconômicas. Com isso, evidencia-se a importância da educação para as finanças tanto para indivíduos (parte) como para o sistema econômico (todo).

Cabe acrescentar, também, que com a ausência de uma educação voltada para as finanças, por muitas vezes as pessoas acabam transferindo o seu dinheiro para outros, de modo totalmente inconsciente:

(...) elas mandam seu dinheiro para o governo via impostos; para os bancos, via dívidas de empréstimos de suas casas, carros, cartão de crédito, e empréstimos estudantis; para as empresas de petróleo, energia elétrica e produtores de alimentos, por meio da inflação. E aquelas que possuem uma conta de previdência privada enviam seu dinheiro para os bancos. É por isso que os ricos ficam cada vez mais ricos, os pobres permanecem pobres e a classe média trabalha mais arduamente (KIYOSAKI, 2011, p. 40).

Para Martins (2004), a falta de disciplinas que trabalhem noções de economia e Educação Financeira durante o período escolar tem consequências negativas para a vida adulta. Isto porque, grande parte das pessoas permanece sem instruções ou com instruções e habilidades limitadas para lidar com o dinheiro e demais serviços de finanças.

Mosca (2009) afirma que os estudos mais robustos já realizados na área da medicina, da psicologia ou das finanças demonstraram que as decisões acertadas são majoritariamente tomadas a partir de um conjunto de informações, que podem ser limitadas, mas são relevantes para a escolha em questão. Por isso, a conscientização sobre a necessidade de uma alfabetização voltada às finanças é fundamental.

Estudos elaborados pela OCDE (2020) enfatizam que tanto os países desenvolvidos como os que ainda se encontram em desenvolvimento, estão demonstrando preocupação com o nível de Educação Financeira observado entre os seus cidadãos. Isto se deve, principalmente, a alterações nos programas de assistência social direcionados a políticas de emprego e previdência, às mudanças demográficas e aos avanços tecnológicos que proporcionam a modernização e a expansão dos serviços financeiros. Soma-se a isso o agravante da crise sanitária mundial decorrente da pandemia de coronavírus que surgiu no final do ano de 2019: “o impacto indireto da crise de COVID-19 na renda e na poupança (atuais e futuras) dos indivíduos e a crescente incerteza no cenário econômico e financeiro tornam a alfabetização financeira ainda mais crucial para garantir que os cidadãos sejam financeiramente resilientes” (OCDE, 2020, p. 17, tradução nossa).

Isto posto, é importante salientar que a educação não é um assunto pertencente apenas à esfera dos educadores, mas sim um problema de responsabilidade social. No que diz respeito à alfabetização financeira existem muitos desafios, destacando-se o enfrentamento ao descaso com o tema, uma vez que muitas pessoas não se sentem confortáveis quanto aos questionamentos relacionados ao dinheiro (MARTINS, 2004). Diante de tal cenário, buscar alternativas educativas que não sejam a escola convencional

é uma boa opção e, a partir daí, outras instituições como as Igrejas podem desenvolver trabalhos voltados à temática.

De acordo com a OCDE (2020) mesmo que muitos países adotem a educação financeira nas bases curriculares, os jovens podem ser alfabetizados financeiramente através de várias fontes, como os familiares, os amigos e as instituições extracurriculares. Por isso, existem as parcerias do ente público com organizações sem fins-lucrativos, para realizar o debate e aumento do conhecimento voltado à economia e às finanças.

2.4.1 Histórico da Educação Financeira no Brasil

A demora para que o Brasil atribuísse importância à temática da Educação Financeira relaciona-se à fatos históricos e culturais, citando-se o período marcado pela hiperinflação que assolou o país na década de 1980 (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007). Sem equilíbrio econômico não era possível realizar planejamento de longo prazo e muito menos políticas econômicas destinadas a educar financeiramente a população.

Ferreira (2008) salienta que somente diante de um cenário de estabilidade econômica é que há a possibilidade de desenvolver comportamentos que vão da possibilidade de poupar parte da renda à compreensão de conceitos e trâmites do cenário econômico, contratos e investimentos. Durante os períodos inflacionários, todas essas ideias pareciam distantes da realidade da maioria dos brasileiros que pensavam apenas em comprar o que lhes era necessário para sobreviver. A alta inflação deixou vestígios em diversos setores e agentes econômicos, impactando a relação que os brasileiros têm com as suas finanças.

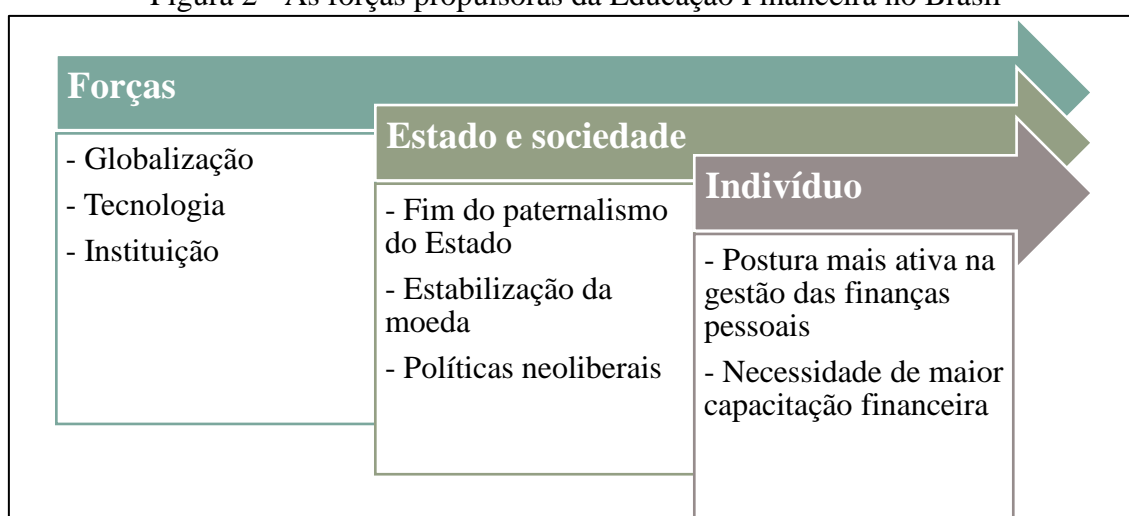
Isto posto, o histórico da Educação Financeira no Brasil é bastante peculiar. Até a década de 1990, apenas a parcela da população que possuía renda elevada é que conseguia acesso à uma das esferas que compõe a “educação para as finanças”: os investimentos. Por intermédio de especialistas do mercado financeiro, estas pessoas recebiam informações sobre como preservar ou aumentar os seus ativos comprando títulos públicos, títulos privados e ações. Evidentemente, não havia práticas de incentivo à criação de poupança, até porque a instabilidade econômica não favorecia tal iniciativa (ARAÚJO; CALIFE, 2014).

Os autores prosseguem enfatizando que informações mais próximas do que pode ser considerado Educação Financeira não conseguiam alcançar as classes menos favorecidas e nem a classe média. Isto porque, em cenário de inflação elevada, assim

como o acesso restrito aos serviços e produtos bancários levavam os brasileiros a consumirem sua renda imediatamente para não ter o seu poder de compra reduzido. Vislumbrar qualquer perspectiva de futuro não fazia sentido.

Para Savoia, Saito e Santana (2007), a trajetória da educação financeira no Brasil passa pelas mudanças sociais, políticas e econômicas que ocorreram nas últimas décadas: a globalização, o avanço da tecnologia e as políticas institucionais de caráter neoliberal. Soma-se a tais fatores, a necessidade de estabilização da moeda e o fim da hiperinflação, conforme exposto na Figura 2.

Figura 2 - As forças propulsoras da Educação Financeira no Brasil



Fonte: Elaboração própria a partir de Savoia; Saito e Santana (2007).

Entretanto, até que a almejada estabilidade fosse alcançada, o Brasil passou por muitos episódios que tiveram impactos sobre a economia e as finanças de sua população. Na maioria deles a inflação esteve presente, inviabilizando qualquer projeto do que pudesse vir a ser uma educação para organizar as finanças.

Leitão (2016) afirma que a instituição da República brasileira produziu a primeira crise inflacionária observada no encilhamento. Ao chegar o século XX a inflação encontrava-se estabilizada e durante a primeira etapa do regime republicano o país alternou fases de políticas econômicas restritivas e mais expansionistas. Pós-crise de 1929, com a queda da dinâmica no setor cafeeiro a inflação começou a retornar.

A autora prossegue salientando que, nos anos de 1950, a inflação começou a ser entendida como uma “etapa” para o crescimento econômico e na década seguinte passou a ameaçar a estabilidade política, sendo posteriormente incorporada às diretrizes dos governos militares autoritários. Após o golpe de 1964, o governo determinou que os

preços fossem reajustados conforme a inflação passada, introduzindo a correção monetária. Nos anos de 1970 as primeiras consequências dessa prática começaram a aparecer: a alta dos preços superava os salários dos trabalhadores. Em 1980 a inflação alcançou a casa dos 100% e em 1983 chegou a 230%. Na passagem dos anos 1980 para 1990, a inflação se fortaleceu ainda mais, caracterizando um dos períodos mais difíceis da economia brasileira: “o sofrimento que provocou nas famílias, o empobrecimento dos mais pobres, a desordem na contabilidade das empresas, a incapacidade absoluta de realizar qualquer previsão e planejamento, tudo ficou insuportável” (LEITÃO, 2016, p. 20). Antes da criação do Real e da chegada da estabilidade, ocorreu um dos momentos que mais impactaram a vida financeira dos brasileiros: o bloqueio dos ativos financeiros¹⁵.

A década de 1980, classificada como a “década perdida” e o episódio que ficou popularmente conhecido como o “confisco das poupanças”¹⁶ marcaram a história da economia brasileira. Esse período acarretou prejuízos que vão além da esfera econômica, pois houve impactos psicológicos e comportamentais, muitos dos quais ainda influenciam a vida financeira das pessoas (MARTINS, 2004).

Foi somente a partir da implantação do Plano Real,¹⁷ no ano de 1994, que os brasileiros passaram a ter uma noção mais concreta de valor, preços e puderam cuidar melhor das suas finanças pessoais, a partir de iniciativas simples como gastar e poupar (CHEROBIM; ESPEJO, 2010). Entretanto, ainda que o cenário fosse favorável às práticas de educação financeira, os impactos deixados pelos longos períodos de instabilidade econômica permaneceram por muitos anos na memória dos brasileiros. Leitão (2016) salienta as dificuldades enfrentadas pelos brasileiros com relação à inflação e as constantes trocas de moedas que não eram eficientes para conter o seu avanço. Estes e outros episódios como o confisco das poupanças, marcaram negativamente a relação dos agentes econômicos com o dinheiro, até mesmo depois da estabilização da economia. Ainda, para Savoia, Saito e Santana (2007) a inversão das premissas, saindo da realidade em que se pensa somente no presente, ou no consumo imediato para preservar a renda,

¹⁵ Os ativos foram retidos por 18 meses e compulsoriamente convertidos em depósitos no Banco Central. Inicialmente, cerca de 80% dos ativos financeiros chegaram a ser retidos (ABREU; WERNECK, 2014, p. 314).

¹⁶ O episódio conhecido como “confisco das poupanças” aconteceu no dia 16 de março de 1990, um dia após a posse do presidente Fernando Collor de Mello.

¹⁷ O elemento central do Plano Real foi a criação da âncora cambial, como já havia ocorrido em outros países da América Latina, em processos de estabilização, na busca do combate a processos inflacionários crônicos (SILVA, 2020, p. 390).

em direção ao horizonte de planejamento financeiro, decorrente da estabilidade econômica, tanto para as famílias quanto para as empresas foi um processo gradual e demorado.

Com o sucesso do Plano Real, novos desafios foram impostos aos condutores das políticas econômicas, principalmente sob a ótica fiscal. Acostumado com regime de alta inflação, o sistema bancário também teve que se adaptar e muitas instituições financeiras, tanto privadas quanto públicas precisaram de intervenção do Banco Central (WERNERCK, 2014). Soma-se a isto, a expansão do mercado interno brasileiro que passou a enfrentar um novo “fenômeno”: o início da formação de um mercado de consumo de massa. Assim como a estabilidade e abertura da economia, a posterior queda da taxa de juros e expansão do crédito favoreceriam tal acontecimento (LEITÃO, 2016). Portanto, salienta-se que a partir da estabilização outros desafios impostos à educação financeira evidenciaram-se.

Após o ano de 1999, alguns dos aspectos relacionados à educação financeira começaram a modificar-se no Brasil e um deles refere-se à expansão do acesso aos serviços bancários pela população. A partir daí, mais um componente importante para compreender a trajetória da educação para as finanças começaria a disseminar-se: o crédito. A partir do aumento da oferta do crédito, do posterior aumento do nível de emprego e da renda, os brasileiros vivenciaram novos contextos nos quais a dimensão do planejamento financeiro vislumbrando o longo prazo passou a ser possível. Entretanto, essa disponibilidade do crédito também representou um risco, uma vez que pode proporcionar uma falsa sensação de renda adicional:

“(…) o cenário completo que passaria a governar a educação financeira ainda teria a influência de outras “peças”: um nascente debate sobre a importância do comportamento individual na definição da prosperidade financeira e o comportamento efetivamente adotado pela maior parcela dos consumidores emergentes, que diante da possibilidade de resgatar décadas de exclusão econômica usou as melhores condições de emprego e renda e, em especial, o crédito a sua disposição para financiar o consumo. No entanto, isso foi feito sem o devido desenvolvimento da prática e da familiaridade com o conceito do planejamento (ARAÚJO; CALIFE, 2014, p. 2).

Os mesmos autores prosseguem afirmando que a população brasileira, após anos de um consumo limitado pela inflação, passou a utilizar o crédito para adquirir bens de consumo e bens duráveis. Como resultado desse movimento, observou-se o aumento do endividamento e da inadimplência entre as famílias. Isto evidenciou a importância do desenvolvimento de uma Educação Financeira voltada à promoção de um relacionamento

equilibrado das pessoas para com o dinheiro, em que o foco não estivesse apenas na prosperidade no presente, mas, também, na construção de um patrimônio para a vida futura.

Apesar de haver a necessidade da inclusão de uma cultura de planejamento junto à população brasileira, a educação financeira demorou a ser pauta do governo. Segundo Martins (2013), a temática ingressou na agenda do Ministério Público Federal por intermédio do Grupo de Trabalho do Sistema Financeiro Nacional da Terceira Câmara de Coordenação e Revisão, em 2007. Somente então o Governo Federal criou um Projeto Nacional de Educação Financeira.

Entretanto, um projeto efetivo de Educação Financeira no Brasil, sob a forma de política pública, aconteceu somente no ano 2010 quando o Governo Federal deu início à Estratégia Nacional da Educação Financeira (ENEF)¹⁸. Tal projeto tem como objetivo desenvolver atividades de educação voltada às finanças para atuar em diversos segmentos com o apoio de instituições públicas e privadas do setor financeiro (SOARES, 2019). Com a instituição dessa política surgiu o site “Vida e Dinheiro¹⁹”, o qual possui todas as informações sobre a ENEF, fornecendo materiais e bibliografias para os educadores.

Inicialmente, a ENEF foi constituída por instituições públicas e privadas que manifestam o interesse comum de promover a educação financeira. Inicialmente, ela possuía uma governança direcionada pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), o qual é formado pelas instituições governamentais: Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência Nacional de Previdência Complementar e Superintendência de Seguros Privados; pelos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Educação e da Economia; e por seis organizações da sociedade civil: Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA), B3, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg), Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), Sistema Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas empresas (SEBRAE) e Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED).

Além da ENEF, foi criada uma Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF), uma instância executiva da estratégia. A AEF não possuía²⁰ fins lucrativos e teve

¹⁸ A ENEF institui-se via decreto 7.379/2010.

¹⁹ O endereço para acessar o site “Vida e Dinheiro” é <<https://www.vidaedinheiro.gov.br/>>

²⁰ A AEF-Brasil encerrou as suas atividades devido ao Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020, que instituiu o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF) e a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), para substituir o CONEF.

por objetivo “conceber, planejar, estruturar, desenvolver, implementar e administrar iniciativas transversais da ENEF” (BRASIL, 2010, p. 9).

Ocorre que, na primeira metade do ano de 2020, o Governo Federal instituiu o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF) em substituição à CONEF, determinando novas diretrizes para a ENEF do Brasil, que tem como objetivo a promoção de iniciativas de Educação Financeira, fiscal, securitária e previdenciária. Com estas mudanças, a governança da ENEF passou a integrar apenas órgãos e entidades públicas.²¹

As dimensões de trabalho da ENEF dividem-se em três grupos de projetos: os direcionados às crianças, aos jovens e aos adultos. Com vistas ao atendimento do primeiro e do segundo público o enfoque se dá no desenvolvimento de programas em escolas nos níveis fundamental e médio. No que diz respeito ao atendimento voltado aos adultos, os trabalhos viabilizam-se por intermédio de páginas da internet, palestras, campanhas de publicidades, programas de televisão e rádio, seminários, entre outros (BRASIL, 2010).

Ainda que a AEF já tenha se extinguido, é válido destacar alguns dados de uma pesquisa divulgada em 2018, a qual afirma que, entre os anos de 2017 e 2018, as ações de Educação Financeira desenvolvidas em território nacional alcançaram cerca de 13 mil novos profissionais. Além disso, a página da internet *vida e dinheiro* foi atualizada, transformando-se em referência de conteúdos da temática. Soma-se à tais avanços, os dados do Segundo Mapeamento Nacional das Iniciativas de Educação Financeira, os quais demonstraram que desde o primeiro Mapa, formulado em 2013, tais iniciativas aumentaram em 50%, sendo averiguados mais de 1.300 novos projetos espalhados por todo o país (AFE-BRASIL, 2018).

Entretanto, de acordo com a OCDE (2020), o último *Programme for International Student Assessment* (Programa Internacional de Educação dos Estudantes) – PISA demonstrou que o nível de Educação Financeira no Brasil está abaixo da média observada para as vinte nações participantes da pesquisa, conforme pode ser observado no Quadro 2.

²¹ Banco Central do Brasil; Comissão de Valores Mobiliários; Superintendência de Seguros Privados; Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia; Secretaria de Previdência da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia; Superintendência Nacional de Previdência Complementar; Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública; e, Ministério da Educação.

Quadro 2 - Desempenho da Educação Financeira para os países participantes do PISA

Países pesquisados	Média	Classificações			
		Países/economias membros do OCDE		Todos os países/economias	
		Classificação superior	Classificação inferior	Classificação superior	Classificação inferior
Estônia	547	1	1	1	1
Finlândia	537	2	3	2	3
Províncias canadenses	532	2	3	2	3
Polônia	520	4	4	4	4
Austrália	511	5	6	5	6
Estados Unidos	506	5	8	5	8
Portugal	505	6	8	6	8
Letônia	501	7	9	7	9
Lituânia	498	8	9	8	10
Rússia	495			9	11
Espanha	492	10	10	10	11
República Eslovaca	481	11	12	12	13
Itália	476	11	12	12	13
Chile	451	13	13	14	14
Sérvia	444			15	15
Bulgária	432			16	16
Brasil	420			17	17
Peru	411			18	18
Geórgia	403			19	19
Indonésia	388			20	20

Fonte: Elaboração própria a partir de OCDE (2020).

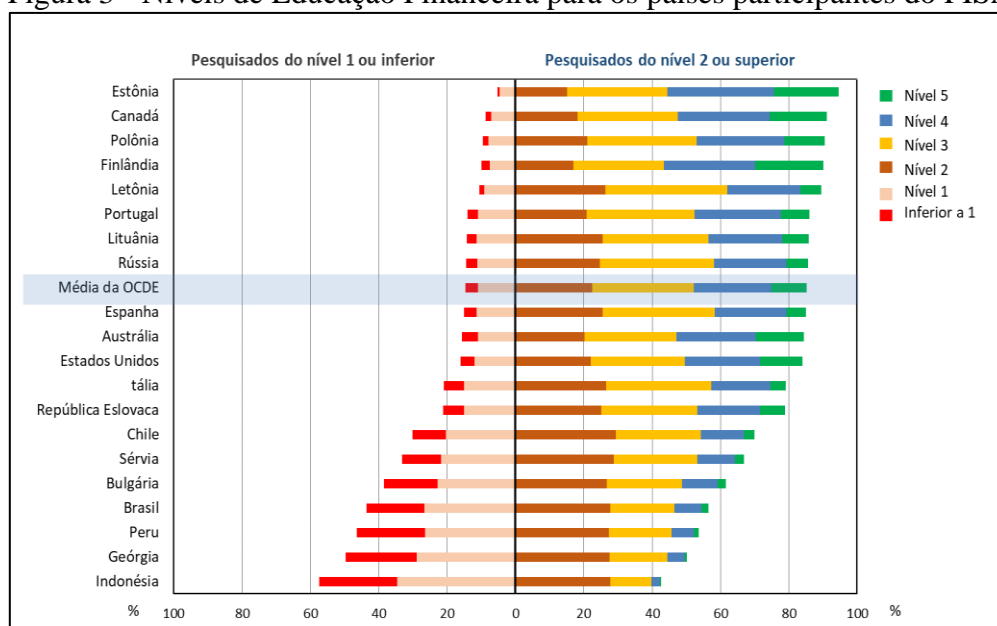
Os dados apresentados no Quadro 2 sugerem que a pontuação média dos vinte países foi de 478 pontos. Os primeiros colocados foram a Estônia (547), a Finlândia (537) e o Canadá (532). O Brasil atingiu apenas 420 pontos classificando-se entre os quatro países com nota mais baixa. É válido salientar que os países apresentados com grifo são parceiros da OCDE, enquanto os demais são membros da organização.

Outro aspecto a ser destacado, relaciona-se com os níveis de Educação Financeira medido pelo PISA. A pesquisa segrega os pesquisados em cinco níveis de alfabetização financeira. O primeiro nível avalia habilidades básicas de educação financeira, como a identificação de conceitos comuns e a capacidade de avaliar e comparar preços. No segundo nível, observa-se a aplicação dos conhecimentos de finanças para elaborar um orçamento doméstico e avaliar uma relação de custo-benefício. Já no nível três de proficiência, os pesquisados conseguem identificar as consequências das decisões financeiras e, no quarto nível, a ênfase está na realização de um planejamento de longo prazo. Por fim, a quinta avaliação observa a capacidade das pessoas em solucionar problemas e tomar decisões relevantes para o futuro descrevendo seus possíveis

resultados a partir de uma compreensão mais profunda do mercado financeiro (OCDE, 2020).

O nível de Educação Financeira apresentado pelos países participantes do PISA é demonstrado na Figura 3. Os países estão categorizados em ordem decrescente, partindo daqueles com maior nível de Educação Financeira até os que apresentaram níveis mais baixos. Outra divisão observada na Figura diz respeito à uma linha vertical que divide os níveis de Educação Financeira em duas grandes categorias: pesquisados que atingiram apenas o nível 1 ou inferior; e, pesquisados que alcançaram o nível 2 ou superior.

Figura 3 - Níveis de Educação Financeira para os países participantes do PISA



Fonte: adaptado de OCDE, 2020.

De acordo com a OCDE (2020), entre 40% e 50% dos brasileiros apresentou conhecimentos de nível 1 ou abaixo; 23% estavam proficientes em nível 2; menos de 30% alcançou o nível 3; cerca de 10% conseguiram chegar ao nível 4; e por fim, para o nível 5 as informações estão disponíveis apenas para os países que alcançaram o percentual de 8% ou mais.

Ainda que o Brasil tenha avançado 25 pontos ao comparar-se com os resultados do PISA de 2015, a porcentagem dos pesquisados que atingiram níveis mais elevados de alfabetização financeira foi expressivamente baixa, demonstrando que o país ainda deve investir muito em políticas de Educação Financeira destinadas à população.

Tendo em vista o histórico da Economia Brasileira e as adversidades por ela enfrentadas, a memória inflacionária que ainda exerce influência sobre a maneira com

que a população se relaciona com o dinheiro e o baixo nível de Educação Financeira do país, ainda é preciso avançar nos projetos relacionados à temática. Também é importante que tais projetos levem em conta as diversas faixas etárias, dentre as quais destacam-se os jovens.

2.4.2 Educação Financeira e Juventudes

A sociologia e seus estudos sobre os indivíduos através de “categorias” podem fornecer importantes dados para entender o comportamento financeiro das diferentes juventudes. Os jovens nascidos na década de 1990 são conhecidos como *geração Z*, já as crianças e adolescentes nascidos no século XXI são classificados como a *geração millenials*. Estes, por crescerem em um mundo altamente tecnológico são estimulados a inovar, a desenvolver tarefas múltiplas, além disso, são consumidores exigentes (MEINBERG, et al., 2017).

Os autores prosseguem afirmando que os indivíduos da *geração millenials* são, ao mesmo tempo, pragmáticos e otimistas quando o assunto diz respeito às finanças. Grande parte desses jovens acredita que não terá acesso aos programas de seguridade social e previdência, mas confia na própria capacidade de organização para melhorar o seu futuro financeiro. Uma contradição observada no discurso de tais jovens diz respeito ao fato de eles afirmarem não saber por onde começar a organização de suas finanças.

Por isso, o mundo tecnológico e o contexto de globalização demandam novas alfabetizações, como a digital, política e a econômico-financeira. Esses aprendizados devem estar em consonância com a atualidade e necessitam do envolvimento da família e, principalmente, de outras instituições (MEINBERG, et al., 2017). Eis que o grande desafio se encontra no seio familiar, uma vez que os pais das *gerações Z e millenials* não receberam tais conhecimentos. Para tal, outros agentes de socialização como a escola e a Igreja podem contribuir.

Como constatou Aristóteles, o uso equilibrado do tempo e do dinheiro não é uma característica naturalmente juvenil. A chegada da juventude faz com que se amplie o horizonte temporal da vida, ao passo em que o passado parece não expressar nada, o futuro parece “infinito”. Por isso, a psicologia temporal da juventude é composta por dois aspectos dominantes: a impulsividade que reforça o apego ao momento e ao imediato; e o otimismo que é reflexo de uma perspectiva de tempo longuíssimo pela frente. Tais características são limitadores da educação financeira nessa fase (GIANNETTI, 2005).

O autor prossegue seu raciocínio enfatizando que essa antevisão juvenil do futuro tem impacto sobre as preferências temporais dos jovens, que geralmente preferem “antecipar as benesses e a renda esperada futuras de modo a tirar proveito delas, enquanto elas são mais escassas e, portanto, relativamente mais valiosas” (GIANETTI, 2005, p. 97). Assim, os jovens utilizam o crédito como uma ferramenta de antecipação do futuro e pagam o preço desse adiantamento sob a forma de juros. Tal situação pode levar à condição de endividamento e inadimplência, prejudicando o projeto de vida.

De acordo com Cherobim e Espejo (2010), a juventude é fase do ciclo de vida em que devem ser realizados os maiores investimentos pessoais e profissionais. Por isso, do ponto de vista financeiro esta fase é fundamental: se um jovem deseja uma vida de qualidade tanto no presente quanto na fase adulta, ele necessita ter uma relação saudável com o dinheiro e compreender os próprios “valores” financeiros ao longo da sua trajetória.

Outro aspecto que evidencia a importância da Educação Financeira no estágio da juventude diz respeito à realidade vivenciada pelos jovens. De acordo com reportagem vinculada no jornal “valor econômico”, em maio de 2020, intitulada “Dupla jornada de estudo e trabalho ganha força entre jovens brasileiros”, a porcentagem dos jovens da faixa etária entre 19 e 24 anos, que estudava e trabalhava, subiu de 45,5% em 2016 para 48,3% em 2019. Assim, ainda que o país consiga avançar e proporcionar melhores condições educacionais para eles, o planejamento financeiro pode auxiliar as famílias nas decisões relacionadas ao investimento na formação dos jovens.

Além disso, conforme Giannetti (2005), a construção das preferências temporais financeiras, como poupar ou gastar está estreitamente relacionada à estrutura familiar e aos espaços de convivência da infância e da juventude. Por fim, é extremamente válido salientar a importância de que os jovens planejem o seu projeto de vida, o qual se configura como uma ferramenta importante para o desenvolvimento pessoal integral (CHEROBIM; ESPEJO, 2010).

Ciente da importância de direcionar ações de Educação Financeira para jovens, a partir do ano de 2014, a OCDE vem desenvolvendo materiais para subsidiar ações para esta faixa etária. No documento “*Core competencies framework on financial literacy for youth*” (Quadro de competências de educação financeira para a juventude), constam orientações de alfabetização para jovens da faixa etária de quinze a dezoito anos. Um dos principais benefícios deste trabalho consiste no fato de que:

Uma estrutura internacional cria uma poderosa sinalização de que a alfabetização financeira é reconhecida como assunto importante para a juventude em todo o mundo. Essa mensagem pode ajudar a manter o ritmo de implementação de mudanças e incentivar o desenvolvimento de iniciativas de alta qualidade. Também pode motivar os jovens a se dedicarem em seus estudos e melhor preparar-se para as decisões financeiras na idade adulta (OCDE, 2015, p. 9, tradução nossa).

A OCDE (2015), salienta ainda que as particularidades dos países deverão ser respeitadas ao desenvolverem-se os programas de Educação Financeira. Em tais programas pode-se enfatizar os aspectos mais preocupantes do cenário nacional, como a alta taxa de desemprego na fase da juventude, a elevada demanda por crédito e o nível de renda que costuma ser mais baixo nessa etapa. Além disso, os projetos devem levar em conta o fato de que os jovens, apesar de estarem imersos em mundo globalizado e tecnológico, são pouco experientes com produtos financeiros diversos, tendo em vista que se encontram na fase inicial da vida econômica. Soma-se a isto o fato de que nesta etapa eles estão muito propensos a enfrentarem decisões financeiras importantes, relacionadas à educação e a vida profissional.

Assim, o documento enfatiza os principais pontos a serem trabalhados na alfabetização financeira:

- 1) dinheiro e transações financeiras;
- 2) planejamento e gerenciamento das finanças pessoais;
- 3) percepção sobre riscos e recompensas; e;
- 4) panorama financeiro.

Cada um dos aspectos citados deve ser trabalhado sob a perspectiva da conscientização e do desenvolvimento de novos conhecimentos, habilidades e comportamentos relacionados às finanças.

No que tange a “dinheiro e transações financeiras” como atributo da alfabetização financeira, a ênfase deve ser no desenvolvimento de conteúdos que tratam do dinheiro, sua natureza e objetivos. O entendimento sobre a moeda (nacional e internacionais), sobre os custos de diferentes transações relacionadas às finanças e sobre as práticas de gestão do dinheiro.

Quanto ao “planejamento e gerenciamento das finanças”, o foco está sobre a importância do planejamento, tanto no curto como no longo prazo. Por isso, aspectos relacionados à realização de orçamento, bem-estar financeiro, uso do crédito, formação de poupança e construção de patrimônio são trabalhados.

Com relação aos “riscos e recompensas”, o objetivo é desenvolver a percepção das juventudes sobre as ameaças e benefícios que os produtos financeiros envolvem.

Por fim, o conjunto “cenário financeiro” abarca conhecimentos a respeito da regulamentação do mercado financeiro. O intuito é proporcionar informações sobre fatores econômicos externos como a inflação, a taxa de juros, os impostos e seu impacto nas finanças dos jovens, das famílias e da economia como um todo (OCDE, 2015).

Como a fase da juventude geralmente marca o início da vida financeira dos indivíduos os conteúdos descritos nas diretrizes da OCDE (2015, p. 13, tradução nossa), “são projetados para mostrar como as competências podem se desenvolver, em vez de mapear atividades específicas para cada faixa etária”.

O volume IV do PISA elaborado em 2018, intitulado *Are students smart about money?* (Os estudantes são inteligentes em relação ao dinheiro?), é um complemento aos estudos mundiais sobre a educação financeira. Esse material salienta que desde muito cedo os jovens já estão se tornando consumidores de produtos financeiros e, provavelmente, encontrarão um mercado cada vez mais complexo quando chegarem à fase adulta. Por isso, a educação voltada às finanças deve ser reconhecida mundialmente como um conhecimento essencial para uma vida de qualidade (OCDE, 2020).

Ainda no mesmo documento demonstra-se que o nível de educação financeira dos jovens pesquisados relaciona-se com comportamentos financeiros conscientes e atitudes positivas em relação ao dinheiro. Assim, as juventudes que recebem uma educação direcionada às finanças tem a oportunidade de preparar-se para lidar com realidades financeiras mais complexas e de tomar decisões econômicas mais coerentes durante as diferentes fases de sua vida, buscando aumentar o seu nível de bem-estar financeiro.

2.5 BEM-ESTAR FINANCEIRO

2.5.1 Definição

A OCDE (2011), após realização de muitos estudos sobre Educação Financeira, estabeleceu um consenso que vêm ganhando força nos últimos anos, de que o objetivo principal de uma educação voltada às finanças pessoais é conduzir os cidadãos para o alcance de uma situação de bem-estar financeiro individual e familiar.

Com isso, o *Consumer Financial Protection Bureau – CFPB* (2015), iniciou uma grande pesquisa para trabalhar esta temática. Com isso, os estudiosos definiram que o

bem-estar financeiro é um estado em que um indivíduo é capaz de cumprir as suas obrigações relacionadas às finanças no presente, e ao mesmo tempo sente-se seguro com relação ao seu futuro econômico, o que lhe proporciona a realização de escolhas para melhor aproveitar a sua vida.

A partir desta definição, o CFPB definiu alguns elementos obrigatórios para alcançar o bem-estar financeiro, os quais contemplam o tempo presente e o futuro, a segurança financeira e a liberdade para fazer escolhas, conforme demonstra-se no Quadro 3.

Quadro 3 - Elementos do bem-estar financeiro

ELEMENTOS DO BEM-ESTAR FINANCEIRO	PRESENTE	FUTURO
SEGURANÇA	Controle sobre suas finanças do dia a dia, mês a mês	Capacidade de absorver um choque financeiro
LIBERDADE DE ESCOLHA	Liberdade financeira para fazer escolhas e aproveitar a vida	Busca pelo alcance dos seus objetivos financeiros

Fonte: Elaboração própria a partir de CFPB (2015).

Sendo assim, sob a perspectiva da segurança financeira, é importante que os agentes econômicos consigam ter o planejamento das suas finanças no cotidiano e preparar-se para enfrentar choques financeiros futuros. Pela ótica da liberdade de escolha, o bem-estar é alcançado quando uma pessoa alcança recursos que lhe proporcionam liberdade de escolha no presente e ainda assim permaneça buscando alcançar sonhos e objetivos de médio e longo prazo.

Brüggen et *al.* (2017) entendem os estudos sobre bem-estar financeiro são importantes para o campo das finanças e, tendo em vista que indivíduos em diferentes situações econômicas podem realizar avaliações diferentes de seu bem-estar financeiro, defendem a necessidade de que se desenvolvam medidas subjetivas para dimensioná-lo.

Para Oliveira (2018), o bem-estar financeiro se assemelha à definição de saúde financeira, incluindo aspectos materiais e não materiais, a avaliação da situação das finanças pessoais e a capacidade de alcançar objetivos propostos.

Muitos estudos sobre a temática de finanças e qualidade de vida vêm sendo desenvolvidos nos últimos anos e muitas pesquisas têm proposto a criação de escalas e indicadores para dimensionar o nível bem-estar financeiro, como é o caso do indicador desenvolvido pelo CFPB.

2.5.2 A escala de bem-estar financeiro

Pesquisadores e demais profissionais interessados em uma educação voltada às finanças têm utilizado vários métodos para medir e avaliar avanços em programas de educação financeira e para inferir o bem-estar financeiro dos indivíduos. Ocorre que, a maioria das metodologias por eles utilizadas identificava dados e informações sobre a situação econômica, desconsiderando a perspectiva dos próprios pesquisados sobre as suas vidas financeiras (CFPB, 2017).

Por isso, em busca de mensurar o nível de bem-estar financeiro dos cidadãos a partir das suas compreensões, os pesquisadores e profissionais do *Consumir Financial Protection Bureau* desenvolveram uma ferramenta sob a forma de escala, a qual possui dez itens que contemplam as quatro dimensões propostas na definição do bem-estar à luz das finanças. Esta escala constitui um indicador que possibilita comparações entre indivíduos de diferentes faixas etárias e identifica como o nível de bem-estar pode se alterar ao longo do tempo (CFPB, 2015).

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em conjunto com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), adaptou a escala de bem-estar financeiro desenvolvida pela CFPB para a realidade brasileira e a partir daí algumas pesquisas já foram realizadas. Na configuração deste indicador brasileiro, assim como no original, constam várias afirmações e problemáticas sobre comportamentos e experiências com o dinheiro.

O nível de bem-estar financeiro é medido através das respostas dada a cada uma das dez perguntas do questionário. A escala tem uma metodologia própria e quanto mais próximo de cem for o número indicado maior o nível de bem-estar financeiro do pesquisado (CVM, 2017).

A pesquisa realizada pelo SPC Brasil (2019b) em doze capitais do país está entre as primeiras pesquisas que utilizou este instrumento. Tais capitais são: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Recife, Salvador, Fortaleza, Brasília, Goiânia, Manaus e Belém. Os entrevistados tiveram o seu nível de bem-estar financeiro medido nos meses de julho, agosto, setembro, outubro e novembro, alcançando-se uma média de 47,3 pontos. Evidenciou-se, portanto, que o nível de bem-estar relacionado às finanças no Brasil, encontrava-se abaixo da média (50 pontos), o que demonstra a urgência de uma Educação Financeira para toda a população.

2.6 CONSIDERAÇÕES AO CAPÍTULO

No decorrer deste capítulo discorreu-se sobre as teorias que caracterizam as decisões econômicas, bem como sobre os conceitos de utilidade e racionalidade no campo da economia. Também foram apresentadas as críticas a essas teorias, que culminaram no desenvolvimento da economia comportamental, a qual tornou-se importante aliada para o progresso nos estudos e práticas de educação financeira.

Na sequência, destacaram-se conceitos de Educação Financeira, bem como a sua importância para a melhoria da qualidade de vida dos agentes econômicos. Para compreensão de como acontece a educação voltada para as finanças no Brasil, percorreu-se a trajetória da economia brasileira, evidenciando-se principalmente os períodos marcados pela inflação e por inúmeros planos econômicos que buscavam a estabilidade econômica, sem a qual não se poderia desenvolver políticas educacionais nesta área.

Elencaram-se também, os fatores que demonstram a importância da educação financeira destinada aos jovens para o desenvolvimento de comportamentos financeiros saudáveis e para a tomada de decisões mais conscientes. Apesar de o mapeamento da Estratégia Nacional de Educação Financeira ter demonstrado avanço de programas da área no Brasil, o relatório do *PISA* apresenta dados indicando que os jovens brasileiros têm uma baixa alfabetização financeira, se comparados aos países membros e associados à OCDE.

Por fim, identificou-se o conceito de bem-estar financeiro e o avanço na construção de um índice para a sua mensuração. No Brasil, as primeiras pesquisas com o índice foram realizadas recentemente, nas principais capitais do país, e demonstraram um baixo nível de bem-estar financeiro dos pesquisados.

3 ECONOMIA BRASILEIRA E JUVENTUDES CATÓLICAS

Este capítulo tem por objetivo discutir a trajetória dos movimentos católicos desde o surgimento da Ação Católica até os grupos juvenis existentes no século XXI e a sua atuação no contexto socioeconômico brasileiro. Em sequência, apresenta-se a relação existente entre a Igreja Católica e as questões sociais do Brasil, enfatizando a dimensão econômica e as atividades voltadas aos jovens.

3.1 JUVENTUDES EM MOVIMENTO: A AÇÃO CATÓLICA

A Ação Católica trata-se de um movimento dentro da Igreja que se iniciou oficialmente no Brasil em 1935 e marcou o catolicismo até o golpe militar de 1964. Para melhor compreensão da natureza dessa dinâmica é importante salientar o contexto econômico e político que o país atravessava naquele momento (DEBALD, 2007).

Segundo o mesmo autor, em termos mundiais, os anos de 1930 carregavam as marcas deixadas pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e, principalmente, pela Crise de 1929, caracterizada pela quebra da bolsa de valores de Nova Iorque. Tais acontecimentos evidenciaram as fragilidades do sistema capitalista e as vulnerabilidades econômicas de muitos países. A partir daí, fortaleceram-se os movimentos chamados de nacionalistas.

No Brasil, durante a década de 1930, o nacionalismo foi característica marcante no contexto socioeconômico do governo Getúlio Vargas²² e fortaleceu-se devido aos impactos negativos da “grande depressão” sobre a economia global, os quais diminuíram relativamente os fluxos comerciais estrangeiros. Diante dessa situação, muitos países como o Brasil adotaram políticas voltadas ao mercado interno, fortalecendo a “indústria” nacional (ABREU, 2014).

Assim, por ocasião dos acontecimentos anteriormente mencionados, a economia brasileira agroexportadora e cafeeira, a qual era característica do país desde a época da Colônia, entrou em decadência. Com isso, iniciou-se a transição de uma economia voltada à exportação para uma economia de característica urbana-industrial, configurando um

²² A gestão administrativa de Vargas se deu em dois períodos: o primeiro, conhecido como Era Vargas (1930 a 1945) é dividido em duas fases: 1930-1937 e 1937 a 1945 (Estado Novo). O segundo é marcado pelo seu retorno à presidência, por meio do voto direto, e que se estendeu de 1951 a 1954.

período marcado pela industrialização por substituição de importações ou pelo nacional-desenvolvimentismo (SOUZA, 2007).

O mesmo autor salienta outro aspecto fundamental do período: a insatisfação de vários setores e classes sociais. Entre a segunda metade da década de 1920 e a crise de 1929, a indústria exportadora de café foi se desmontando, o desemprego foi crescendo intensamente e a inflação também aumentou. Com isso, tanto o empresariado industrial, como militares, intelectuais e trabalhadores clamavam por mudanças, organizando-se em movimentos e mobilizações.

É diante desse ímpeto de mudanças que se concebeu, dentro da Igreja Católica Brasileira, o movimento da Ação Católica, o qual configurou-se como um grande projeto de ação pastoral predominante até o início da ditadura militar. Esse movimento era parte de uma mobilização internacional e tinha por objetivo principal realizar trabalhos voltados à formação de pessoas, preparando-as para enfrentar as situações pertinentes ao momento histórico que vivenciavam, através de sua atuação em organizações e movimentos (DEBALD, 2007).

Ainda de acordo com esse autor, nesse momento, o governo getulista interessou-se pela instituição Igreja, tendo em vista o seu potencial de inserção junto à população por intermédio de projetos desenvolvidos pela Ação Católica. Por isso, o Estado e a Igreja reaproximaram-se.

A importância da Ação Católica está no fato de que ela foi um movimento institucionalizado pelo Papa Pio XI²³, que teve como diferencial o caráter de ser uma “convocação” oficial para que os leigos²⁴ pudessem assumir papel de protagonismo nos trabalhos até então realizados comumente por religiosos. Por isso, tal ação assumiu um perfil onde os projetos eram centrados na figura do leigo (MAIA; SALES, 2018).

Dick (1999), salienta que a Ação Católica surgiu sob a forma de diferentes acontecimentos como congressos, assembleias, formações, reuniões de leigos e de religiosos, com o objetivo de difundir princípios da vida cristã nas famílias e em outras instituições de âmbito social. Dessa maneira, tal ação necessitava estar organizada em formatos que melhor atendessem a sociedade, destacando-se dois deles: “Ação Católica Geral” e “Ação Católica Especializada”.

²³ O papado de Pio XI foi de 1929 a 1939. Disponível em: <<https://www.vatican.va/content/vatican/pt/holy-father/pio-xi.html>>. Acesso em 04 ago. 2020

²⁴ Entende-se por leigos os indivíduos que não participam da classe clerical.

A Ação Católica Geral pautava-se na necessidade da formação de leigos como líderes e coordenadores de diversos movimentos, devido à insuficiência de membros do clero para atender toda a população, sendo organizada politicamente através de grupos como: Juventude Feminina Católica, Juventude Católica Brasileira e Associação dos Homens da Ação Católica. A Ação Católica Especializada começou a tomar forma, mais especificamente, no ano de 1957²⁵, quando os leigos que já se organizavam em grupos, perceberam a importância de se articular em movimentos especializados para melhor inserir-se em diversos meios sociais (DICK, 1999). Foi nesse momento que surgiram as articulações da JAC, JEC, JIC, JOC e JUC, as quais encontram-se descritas nas próximas seções.

3.1.1 JAC: Juventude Agrária Católica

A Juventude Agrária Católica (JAC) foi um dos desdobramentos da Ação Católica Especializada, a qual desenvolveu atividades no Brasil entre os anos de 1947 e 1972. O objetivo principal dessa organização consistiu no agrupamento de jovens das áreas rurais para trabalharem ativamente em melhorias das condições de vida dos moradores de tais regiões. As atividades desenvolvidas pela JAC pautavam-se em documentos da Igreja Católica, principalmente na “Doutrina Social da Igreja”, o qual contém encíclicas papais destinadas a áreas sociais (SILVA, 2017).

Em seu surgimento, a Juventude Agrária Católica configurou-se como uma escola formativa com o objetivo de refletir temáticas relacionadas à agricultura e de informar o jovem do meio rural sobre a realidade socioeconômica vivenciada pelo Brasil. A partir daí, a JAC tornou-se uma ferramenta para estimular os indivíduos a se engajarem politicamente em suas comunidades (DEBALD, 2001).

Silva (2017) afirma que durante a sua atuação, a JAC atravessou três importantes períodos: iniciou seus trabalhos com a evangelização nas comunidades; em seguida começou a estruturar-se como uma ação de caráter desenvolvimentista com enfoque voltado às mudanças estruturais e tornou-se um movimento de conscientização e de combate às injustiças sociais. Assim, para melhor entendimento das contribuições da JAC é válido elencar as características socioeconômicas do período de seu nascimento.

²⁵ Período democrático em que o presidente do Brasil era Juscelino Kubitschek.

O período que abarca o fim dos anos de 1940 e início dos anos de 1950 presenciou uma vasta expansão populacional, assim como grandes movimentos migratórios no Brasil. A partir daí, observou-se também o crescimento das diferenças econômicas e da desigualdade social entre as regiões brasileiras (SKDIMORE, 2003). Além disso, conforme Silva (2017) outros acontecimentos como a Segunda Guerra Mundial ²⁶e o fim do Estado Novo²⁷ marcaram o país na década de 1940.

Para Souza (2007), a Segunda Guerra Mundial acentuou as dificuldades do governo brasileiro de controlar a crise cambial que assolou o país após o fim do conflito, tornando cada vez mais inviável o abastecimento das matérias-primas e meios de produção através da importação. Com isso, surgiram oportunidades para o início do desenvolvimento da indústria de produção de insumos básicos. Ocorre que toda essa movimentação levou o desenvolvimento industrial do país a ser pautado por um novo empresariado nacional, o qual recebia todo o apoio do Estado.

O mesmo autor prossegue afirmando que o desenvolvimento econômico brasileiro experimentado nesse período intensificou uma ideologia nacionalista, a qual tinha poder de influência sobre muitos segmentos da população. Entretanto, a partir dos anos de 1950, o nacionalismo do Brasil enfrentou um cenário internacional em mudanças: os Estados Unidos estavam se consolidando como hegemonia capitalista, a tecnologia começava a avançar e em alguns países desenvolvidos iniciava-se a generalização do “consumo de massas”. A partir de tais mudanças, o capital estrangeiro começou a destinar-se a vários países e no Brasil ele encontrou forte resistência por parte do governo nacionalista de Vargas. Assim, Getúlio passou a ser pressionado pelos EUA e pela oposição para renunciar ao cargo da presidência. Ao invés disso ele cometeu o suicídio.

A partir da morte de Getúlio, assumiu a presidência o seu vice: Café Filho. Nas próximas eleições presidenciais o vencedor foi Juscelino Kubitschek (JK) e seu vice João Goulart. Para Silva (2017), o governo de JK, ao implementar o Plano de Metas, priorizou o desenvolvimento da economia brasileira através do investimento nas áreas de transporte, energia e na chamada indústria de base. Com tais medidas, as classes médias urbanas experimentaram um crescimento na sua renda e, portanto, no seu poder aquisitivo. Ocorre que essa “bonança” não foi vivenciada por todas as camadas da

²⁶ A Segunda Guerra Mundial aconteceu de 1939 a 1945.

²⁷ O Estado Novo foi o período da Era Vargas que se iniciou em 1937 e terminou em 1945, também caracterizado por seu caráter ditatorial.

população, como por exemplo pelos trabalhadores da área rural nordestina, onde nasceu a JAC.

Na economia nordestina brasileira, no referido período, existia a predominância dos latifúndios:

(...) a distinção exprime a diferenciação de classes em que se divide a população rural: de uma parte os grandes proprietários interessados unicamente no produto principal que constitui o seu negócio, e organizado em função dele o empreendimento que dirigem. O que significa, dada a posição dominante que ocupam com esse empreendimento, configurando o essencial da estrutura econômica local. De outra parte está a população trabalhadora, que naquela estrutura não participa senão na qualidade de fornecedora efetiva ou potencial de mão-de-obra (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 49).

Assim, as atividades econômicas desenvolvidas nos territórios rurais brasileiros acentuaram ainda mais a concentração da propriedade e da renda, sendo responsáveis por reforçar uma configuração agrária de exploração agromercantil.

Prado Júnior (1979) prossegue sua análise afirmando que a concentração territorial sob a forma de latifúndio deu origem à uma forma “especial” de monopólio das terras. Como consequência desse movimento, os trabalhadores rurais não tinham outra opção de sobrevivência que não fosse deixar-se explorar trabalhando nestas propriedades. Naturalmente, esse quadro de ampla disposição de mão de obra levou os latifundiários a desfrutarem uma situação de privilégio em que eles podiam impor condições de trabalho que tornavam o custo do trabalho o mais baixo possível. Obviamente, os trabalhadores do campo encontravam-se sob baixíssimo padrão de vida.

Soma-se a isso o fato de que, no período, inexistia uma legislação voltada aos trabalhadores rurais, o que fortaleceu ainda mais as relações de trabalho precárias observadas. Foi esse contexto que motivou o surgimento de vários movimentos de luta contra a exploração do trabalhador do campo como as Ligas Camponesas e as organizações orientadas pela Igreja Católica como a Juventude Agrária Católica. Assim, a partir das experiências da JAC, os jovens passaram a defender a realização de uma reforma social agrária como combate à concentração de renda e fundiária, geradoras de desigualdades que assolavam a classe (SILVA, 2017).

O autor prossegue evidenciando a importância da organização da JAC para despertar a consciência das juventudes da época com relação ao contexto social, político e econômico brasileiro. Também para a necessidade de que elas se organizassem em torno da promoção de atividades voltadas à dignidade da população rural no Brasil, transformando a realidade por elas vivenciada.

Com o fim das atividades jacistas, os seus membros prosseguiram defendendo seus ideais a partir da realização de trabalhos em pastorais sociais, cooperativas, sindicatos, entre outros ambientes, sempre lutando por uma sociedade mais igualitária para os indivíduos do meio rural.

3.1.2 JEC: Juventude Estudantil Católica

Assim como a JAC, a Juventude Estudantil Católica é uma das ramificações da Ação Católica Brasileira (ACB),²⁸ a qual fomentava organizações formadas por leigos que deveriam buscar um método de atuação para serem protagonistas de mudanças no mundo, a partir do meio em que estavam inseridos (DICK, 1992).

Todos os movimentos juvenis provenientes da Ação Católica Brasileira, como a JEC, possuíam a mesma estrutura, diferenciando-se nos formatos de encontro entre os jovens e na produção de algumas diretrizes específicas, de acordo com o ambiente de atuação. Para Paula (2007), foram justamente as particularidades de cada meio de atuação que levaram à divisão desse movimento em “submovimentos” de trabalho:

No Brasil, temos desde o início da Ação Católica Brasileira (ACB) uma estrutura baseada neste modelo. Mas a partir da década de cinquenta a direção da ACB apoiada por Dom Hélder Câmara muda o modelo estrutural da ACB dividindo os movimentos de acordo com o que chamaram de “meios de apostolado”. A partir desta mudança temos o que eles chamaram de “especialização” do movimento. Desta forma, as “juventudes” da ACB foram divididas de acordo com o local onde os jovens trabalhavam ou estudavam, e onde podiam ser fatores de influência sobre o ambiente (PAULA, 2007, p. 69).

Na movimentação do que viria a se configurar como Juventude Estudantil Católica, observou-se inicialmente um formato indeterminado de organização, existindo apenas uma divisão por gêneros. Foi assim que surgiu, na década de 1930, o primeiro núcleo da Ação Católica: a Juventude Feminina Católica. A partir desse contexto gerou-se a Juventude Estudantil Católica Feminina e a Juventude Estudantil Católica Masculina (DICK, 1992).

O autor afirma, ainda, que o movimento JEC só viria a estruturar-se como pastoral na década de 1960. Mas, a sua construção foi sendo realizada muitos anos antes através de encontros, congressos, debates e publicações que contemplavam escolas secundaristas

²⁸ Ação Católica Brasileira nada mais é do que Ação Católica Especializada aplicada à realidade brasileira.

de Norte a Sul do país. Por isso, é válido destacar o período que contempla os anos de 1954 a 1958 como fundamentais para lançar as bases da JEC, uma vez que neste espaço de tempo ocorreram os seguintes acontecimentos: realizaram dois eventos internacionais (no Rio de Janeiro em 1956 e em Dakar em 1958) para debater os movimentos dos estudantes que compunham a Ação Católica; aconteceu a formação da primeira equipe oficial da Juventude Estudantil Católica Feminina; realizaram-se encontros nacionais e regionais para tratar de temas referentes às juventudes e também para formar assistentes e assessores; e houve o aumento no número de publicações de impressos, com o objetivo de despertar mais jovens para aderir ao movimento.

Assim, conforme aponta a trajetória de construção da pastoral, Dick (1992) segue afirmando que, inicialmente, a JEC não era conceituada como um movimento somente de meio estudantil e não possuía subsídios próprios para realizar estudos e debates. A sua atuação acontecia para com os estudantes através de atividades individuais ou por meio da realização de trabalhos como conferências, jornais impressos e murais, campanhas específicas, reuniões, entre outros, dentro e fora das escolas.

Nesse ponto é importante resgatar o contexto político e econômico vivenciado pelo Brasil entre os anos de 1950 e 1960. Existia nessa década, por parte dos componentes da Ação Católica, uma mudança das preocupações: elas deixam de ser apenas de cunho eclesial e tornam-se essencialmente sociais, como “os problemas da fome, do analfabetismo, da doença, da falta de moradia e de terra, do emprego e do salário para as grandes maiorias do país” (DICK, 1992, p. 18).

Para Paula (2007), a partir de tal realidade, os jecistas, assim como outros membros da Ação Católica Brasileira, passaram a refletir sobre as ações que compunham a pastoral e resolveram “transformar” a JEC em um movimento de juventudes voltado principalmente para a transformação social brasileira. No início do governo de João Goulart (1961 a 1963) o Brasil encontrava-se em um momento de instabilidade política e econômica e, mesmo diante de tal cenário, integrantes da JEC conseguiram alcançar a base do governo através de parcerias com a UNE (União Nacional dos Estudantes). Tal fato foi um grande marco para esses jovens, sendo a primeira vez que organizações formadas por estudantes alcançaram relevância e representatividade no país.

Paralelamente às mudanças sofridas pela JEC, alguns segmentos da Igreja passaram a visualizar o movimento como contrário à hierarquia católica, principalmente no espaço de tempo entre 1958 e 1964. Quatro anos mais tarde, a JEC perdeu o apoio da

Ação Católica Brasileira e de movimentos com coordenações nacionais, resolvendo atuar principalmente como movimento social (PAULA, 2007).

Ressalta-se, aqui, o papel institucional da JEC, que através de estratégias e organizações espalhadas por todo o Brasil conseguiu envolver a juventude, transformando um movimento católico em uma atividade voltada a questões de caráter social. Além disso, ainda sob a ótica religiosa, a Juventude Estudantil Católica nunca chegou ao seu fim pois as suas contribuições formaram o que viria a ser a Pastoral da Juventude (DICK, 1992; PAULA, 2007).

3.1.3 JIC: Juventude Independente Católica

A Juventude Independente Católica (JIC) era direcionada aos jovens profissionais liberais, geralmente pertencentes à classe média e até mesmo à classe alta, que não eram estudantes. Assim, as juventudes católicas que não possuíam características para compor as já estudadas Juventudes Agrária e Estudantil e nem os movimentos juvenis Operário e Universitário²⁹, destinavam-se à Juventude Independente Católica (MANOEL, 1999).

Dick (1992) afirma que, infelizmente, existem poucos escritos e trabalhos destinados à história da Juventude Independente Católica, uma vez que a maioria das pesquisas se direcionam à Liga Independente Católica Feminina, a qual trata-se de uma versão “adulta” da JIC que obteve mais expressividade em seus projetos.

Os únicos escritos a respeito da JIC encontram-se em um acervo na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em arquivos físicos denominados “fundos³⁰”. Alguns destes documentos também podem ser acessados por meio eletrônico, através do site da instituição.

²⁹ Tais movimentos serão descritos nas próximas seções do trabalho.

³⁰ O Fundo compõe-se de correspondência recebidas e enviadas, cadernos de anotações, roteiros para revisão de vida, relatórios de eventos, textos de análise do meio social, temários de eventos, textos de análise do método e da ação da JIC, programas dos Conselhos, conclusões de Conselhos, roteiros de trabalho, roteiros para preparação de Conselhos, roteiros de estudo, textos de estudo, textos de reflexão, textos para debate, textos sobre engajamento de militantes, textos sobre estratégias de ação, relatórios gerais do Movimento, históricos da JIC e JUC, relatórios de reuniões, revisões de viagem, textos sobre nucleação, programas de eventos, listas dos locais de atuação do Movimento, publicações periódicas, programas regionais de atividades e roteiros para relatórios. Os Instrumentos de pesquisa para sua elaboração são: listagem dos documentos da Ação Católica existentes no Instituto Nacional de Pastoral - INP/CNBB. Brasília, 1993. (datilografado) e Inventário do Fundo Juventude Independente Católica do Brasil (JICB). Disponível em: <http://www4.pucsp.br/cedic/semui/fundos/juventude_independente.html> Acesso em: 10 fev. 2020.

Sendo assim, de acordo com os arquivos localizados na PUC-SP e disponíveis em seu site, a denominada Juventude Independente Católica caracterizou-se como um movimento de caráter diocesano, o qual atuava principalmente em diferentes paróquias, com o objetivo de evangelizar os ambientes sociais “burgueses”. Tal grupo trabalhava com seus participantes as seguintes temáticas: a indiferença religiosa e econômica, os problemas gerados pelo individualismo e a falta de solidariedade para com o próximo, entre outras pautas de natureza eclesial e social.

Conforme os mesmos documentos, a JIC era composta por três hierarquias de trabalho: 1) central (em nível nacional); 2) regional (estados e regiões); 3) base (grupos). Assim, as ações da pastoral percorriam os grupos individuais (bases) até alcançar a equipe nacional que tinha a sua sede na cidade do Rio de Janeiro. O funcionamento desta militância acontecia semanalmente através dos grupos de base, no intuito de compreender e solucionar problemas locais e realizar formações e estudos. A composição dos grupos era predominantemente feminina, com mulheres de até 30 anos. Por isso as mulheres que alcançavam tal idade ou se casavam, passavam a compor a Liga Independente Católica Feminina, fato que fortaleceu muito esse movimento.

3.1.4 JOC: Juventude Operária Católica

Em sequência observa-se a Juventude Operária Católica (JOC) que, como o próprio nome sugere, era formada por jovens da classe trabalhadora. Assim como os outros movimentos da Ação Católica, a JOC teve sua origem na Europa, em um país que detinha um grande centro industrial: a Bélgica. Um dos idealizadores desse grupo foi o padre Joseph Cardijn, que iniciou seus trabalhos no ano de 1925. A partir daí, bastou menos de uma década para que a juventude operária se espalhasse por todo o mundo e chegasse ao Brasil em 1932. As suas primeiras organizações no país aparecem nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul (ESTEVEZ, 2008).

Entretanto, (1985), reitera que o movimento só foi oficializado pelo episcopado brasileiro no ano de 1948. A partir daí, a sua trajetória foi marcada por alguns momentos fundamentais: 1) Fase de divulgação e recrutamento (1948 a 1958): quando a pastoral procurou se estabelecer no maior número de dioceses possível; 2) Fase missionária (1959 a 1964): com o objetivo central de valorizar todos os aspectos da vida do operário, a partir de organizações que iam além da igreja, chegando às comunidades em que eles residiam

e às fábricas em que trabalhavam; 3) Fase de ruptura para com o Estado e desarticulação para com a Igreja Católica (1965 a 1970).

Em seu primeiro estágio de trabalho, a JOC assemelhava-se muito mais a um grupo clerical do que a um movimento formado por trabalhadores. Os principais líderes eram sacerdotes e a formação era voltada para questões como a importância da vocação cristã e da família, além do despertar das responsabilidades. Já sobre o trabalho, os estudos tratavam da importância de ser disciplinado e pontual no ambiente industrial. O movimento neste período “procurava colocar-se como alternativa no meio operário, em oposição à ‘luta de classes’ pregava a conciliação” (SILVA, 2008, p. 43).

Para Silva (2008) é durante a fase missionária que a JOC muda o enfoque de suas formações, incentivando os jovens a tornarem-se líderes legítimos das organizações de operários. As discussões durante os encontros, a partir desse momento, era pautadas por aspectos como: ambiente e segurança no trabalho, carga horária de trabalho, intervalos para alimentação e remuneração.

Em paralelo com a mudança de foco da Juventude Operária Católica, Muraro (1985) destaca o contexto político-econômico vivenciado pelo Brasil:

Desde o começo dos anos 60 houve um envolvimento crescente da JOC com os aspectos da vida operária propriamente dita. Por outro lado, os jocistas foram envolvidos pelo clima sócio-político do momento histórico, atuando numa tentativa de diminuir as misérias materiais dos trabalhadores. Era defendida uma sociedade igualitária e justa, transformada através de reformas sociais concretizadas pelas autoridades governamentais (MURARO, 1985, p. 111).

Sendo assim, conforme Silva (2008), a JOC não se isentou de participar dos movimentos políticos formados por trabalhadores rurais e urbanos durante o período de 1956 a 1960, em que Juscelino Kubitschek governou o país, adotando posturas mais liberais. Da mesma maneira, esses jovens procuraram lutar pela superação dos problemas de urbanização, tais como: a expulsão de moradores da área rural, o crescimento das periferias nas cidades e o aumento da desigualdade econômica, tidos como consequências do desenvolvimento intenso do capitalismo.

Na sequência, os jovens da JOC enfrentaram um período determinante para consolidar a sua atuação. Entre 1961 e 1964, o Brasil foi governado por João Goulart e enfrentou novo cenário social caracterizado por fortes crises econômica, política e institucional, além de instabilidades nos partidos políticos. No que tange às camadas

populares, elas estavam passando por um período decisivo de ampla organização, que fez com que o movimento sindical dos trabalhadores e operários também se fortalecesse. Em contrapartida, observou-se também uma mobilização por parte dos empresários e militares na construção de uma ofensiva contra os primeiros (TOLEDO, 2004).

Sendo assim, conforme Muraro (1985, p. 111) no referido período “o sonho operário, acalentado pela JOC nos anos anteriores, parecia mais próximo do que nunca da sua realização”, uma vez que os governantes passaram a sinalizar que aconteceriam reformas para reduzir as desigualdades sociais.

Entretanto, a partir de 1964 iniciaram-se na JOC várias mudanças significativas no que diz respeito às visões políticas que a embasavam. O movimento passou a definir-se como “anticapitalista” e buscou trabalhar o debate sobre as possibilidades de revolucionar e transformar a sociedade brasileira (SILVA, 2008).

Após a ocorrência do golpe militar, a JOC teve que reduzir as suas atividades, os seus grupos passaram a se reunir de maneira mais contida e intensificaram os seus estudos sobre as características da realidade brasileira. Assim, o movimento que costumava se organizar em grandes massas, foi assumindo um caráter de militância, reunindo-se em pequenos grupos e acentuando suas preocupações com a análise socioeconômica brasileira. Como consequência de tais eventos, a JOC amadureceu e as juventudes passaram a entender que os problemas dos operários não abarcavam somente questões referentes ao trabalho, mas também eram influenciados pelo regime político, social e econômico observado no Brasil (MURARO, 1983).

Silva (2008) afirma que, com o passar do tempo, por influência de fatores externos como as imposições do regime militar e a diminuição do apoio da Igreja Católica, o movimento juvenil operário começou a perder relevância. Com o início da década de 1970, a Juventude Operária Católica chegou ao seu fim.

Por fim, deve-se ressaltar que, ao final dos anos de 1970, o regime militar começou um processo lento de “abertura” e, com isso, o movimento social da classe operária recuperou a sua força dando início ao chamado “Novo Sindicalismo³¹”. Com relação à Igreja Católica, como frutos da JOC, foi nesse período que surgiram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a Pastoral Operária (ESTEVEZ, 2008).

³¹ Movimento sindical nascido com as greves de 1978 no ABC paulista.

3.1.5 JUC: Juventude Universitária Católica

Assim como as juventudes já caracterizadas, a Juventude Universitária Católica (JUC) fez parte de uma das especializações da Ação Católica Brasileira, entretanto se diferenciou das demais, destacando-se na formação de importantes lideranças da sociedade brasileira. Durante a sua atuação, a JUC conseguiu unir a classe acadêmica e configurou-se um grupo fundamental ao alcance dos objetivos eclesiais durante o desenvolvimento da Ação Católica (SÁ, 2015).

Outros autores corroboram com tal pensamento salientando que “Indiscutivelmente, a JUC foi a experiência mais ampla e fecunda da Igreja do Brasil, em termos de evangelização da Universidade e de engajamento dos católicos nos debates da cultura e nas lutas sociais e políticas do país” (RAMOS, 2000, p. 156).

Quanto às suas origens, observam-se organizações de trabalho antes mesmo que a JUC fosse oficializada. Sua história iniciou-se por volta do ano de 1921, quando foi criado, no Rio de Janeiro, um centro de formação religioso e social chamado de “Dom Vital”. A ideia de construir tal espaço foi de encontro ao pensamento da Igreja Católica e do Papa Pio XI, pois através da *Encíclica Quadragésimo Anno*, defendia-se que os leigos deveriam atuar como colaboradores do clero na sociedade e legitimar movimentos sociais que objetivassem a transformação de estruturas socioeconômicas (GREGORIO, 2011).

A autora prossegue afirmando que essas sinalizações provocaram um esforço generalizado da população católica para inserir-se em organizações com ideais de revolução e contrárias às dominações políticas. Leigos e religiosos acreditavam que movimentações sociais levariam a transformações na situação econômica do Brasil e mudariam a vida da população, diminuindo por exemplo a concentração de renda. A partir dessas mobilizações, leigos e intelectuais começaram a reunir-se para debater tais questões fundando o centro “Dom Vital”:

O Centro Dom Vital era seguidor da linha de pensamento antiliberal e era o responsável pela difusão do catolicismo e pelo diálogo entre o alto clero, bispos antiliberais, antimodernos ou não, e a sociedade perplexa com o advento do Comunismo tinha como tarefa árdua, não só o combate a ele, mas a captura de pessoas indecisas. Os padres tinham a função de incentivar e orientar os jovens a uma postura religiosa e moral (GREGORIO, 2011, p. 71).

A escolha do nome do centro em questão deu-se devido à importância da pessoa de Dom Vital para transformações no pensamento do catolicismo no Brasil. Ele era

seguidor de ideais que se arrastavam desde o século XIX, quando o Papa ainda era Pio IX: combater projetos de ideais maçônicos e o liberalismo europeu (GREGORIO, 2011).

Compreende-se a importância do Centro Dom Vital quando se verifica que a partir dele é que foram lançados os embriões da Ação Católica. Foi por intermédio deste espaço que se formou a Confederação da Imprensa Católica e, posteriormente, nasceram as Universidades Católicas e a Liga Eleitoral Católica – LEC (ALVES, 1979).

Conforme Gregorio (2011), também foi a partir do Centro Dom Vital que surgiu a JUC. À medida que o espaço foi deixando de lado algumas das diretrizes políticas até então seguidas, o bispo Dom Sebastião Leme determinou, no ano de 1929, que se criasse um Ação Universitária Católica (AUC). Ocorre que os membros da AUC continuaram a se reunir no referido centro para aprofundar seus estudos e discutir assuntos relacionados à sua identidade religiosa. No ambiente de tais reuniões é que os estudantes católicos fundaram a Juventude Universitária Católica.

Alguns anos mais tarde a JUC espalhou suas atividades por todo o país. Em seus primeiros períodos de atuação, ela já intitulou-se como representante oficial dos universitários pertencentes à classe católica, espalhando ideias voltadas para a formação espiritual e outras temáticas referentes à fé (GREGORIO, 2014).

Ramos (2000) prossegue elencando que no período compreendido entre os anos de 1943 e 1950 gestou-se a metodologia, as reflexões e os grupos que iriam configurar a pastoral jucista. Mais especificamente, no mês de julho de 1947, aconteceu em São Paulo a primeira Semana Nacional da JUC, realizada pela Juventude Masculina Católica. Também foi neste ano que Dom Helder Câmara tornou-se assessor em nível nacional da Ação Católica e decidiu torná-la um movimento especializado, isto é, organizado em diferentes “categorias”. A partir do ano de 1950, a JUC oficializou-se como um movimento da Ação Católica.

Assim, a Juventude Católica Universitária foi construída numa época em que se favoreciam debates políticos e, portanto, a troca de diferentes pensamentos e ideias. Economicamente, o cenário também enfatizava discussões perante as juventudes:

Era também a fase do grande salto industrial do pós-guerra, que transformava a distribuição demográfica, diversificava o mercado do trabalho e tornava mais visível a dependência econômica do país, assim como a penetração de capitais estrangeiros. Contrastando com os campos, coagulados no imobilismo, as cidades estavam em ebulição. A juventude descobria a sua própria realidade, ao mesmo tempo que a do Brasil. Procurava o seu futuro, a sua missão, no quadro da construção nacional. Abria-se aos problemas gerais do desenvolvimento e do nacionalismo, tal como aos problemas mais particulares, do Nordeste e das cidades superpovoadas (ALVES, 1979).

Além disso, conforme Sá (2015), uma outra preocupação da juventude universitária nessa época era com a permanência de uma cultura acadêmica de “elites”. Diante disso, ela iniciou discussões voltadas à cultura brasileira como um todo e começou a preocupar-se com a necessidade de reformas estruturais no país, de modo especial as voltadas à educação.

Em 1960, por ocasião dos dez anos do nascimento da JUC, aconteceu um congresso que contou com a presença de cerca de quinhentos militantes do movimento. Nessa ocasião, pautaram-se discussões a respeito do documento “Algumas diretrizes de um ideal histórico cristão para o povo brasileiro”, no qual elencava-se assuntos como “a adoção da noção do ideal histórico, com a inserção na história e a ação sobre as estruturas, com a luta anticapitalista e contra o subdesenvolvimento” (SÁ, 2015, p. 53).

Ainda conforme a autora, a partir das diretrizes desse documento, os jucistas deveriam pautar suas atividades em três principais eixos: combate ao subdesenvolvimento (no qual a reforma agrária era parte fundamental), luta contra ideias capitalistas (como o incentivo aos monopólios) e, por fim, incentivo ao fim do relacionamento internacional que mantinha “laços coloniais” e beneficiava os países desenvolvidos. Para muitos membros da classe, isso configurava um programa revolucionário e houve muitos impasses e críticas.

Assim, à medida que a JUC buscava vivenciar novas perspectivas de pensamento com relação a fé, ela envolvia-se com a União Nacional dos Estudantes (UNE). Com isso, principalmente a partir do ano de 1961, começou um processo de distanciamento entre a juventude universitária e o clero. Essa situação ficou ainda mais tensa quando lideranças da JUC passaram a desempenhar papel de destaque na UNE e engajaram-se na luta por uma reforma universitária. Muitos dos jovens pertencentes à JUC ficaram incomodados com o que eles classificavam como excessiva politização do movimento (MAINWARING, 1989).

Mainwaring (1989) afirma, também, que outros conflitos iniciaram-se ainda no mesmo ano, quando alguns bispos escreveram um documento proibindo que os jucistas se manifestassem de maneira mais radical e assumissem posturas políticas não desejadas. Entre os anos de 1961 e 1966, quando o movimento chegou ao seu fim, muitas outras represálias contra os jovens foram realizadas. Entretanto, com a “morte” da JUC, muitos outros movimentos surgiram para que os jovens pudessem expressar-se politicamente como a Ação Popular, o Movimento Paulo Freire e o Movimento de Educação de Base.

Assim como os outros movimentos já descritos, fica explícito que a Juventude Católica Universitária vivenciou um período em que os jovens brasileiros experimentavam grande otimismo, “tornando sua proposta fundamental para o sonho de melhora para as camadas populares do país” (Gregorio, 2014, p. 104). Por isso, o autor complementa afirmando que essa pastoral desenvolveu nos indivíduos, além de uma identidade religiosa, uma consciência política e social, fazendo com que os jovens se inserissem em importantes debates e lutas sociais. Os ideais ali estabelecidos, mesmo com o fim da JUC, espalharam-se por muitos outros movimentos e atividades, como a Pastoral da Juventude.

3.2 PASTORAL DA JUVENTUDE

Na segunda metade da década de 1960, a ditadura militar já havia se iniciado no Brasil. Com os militares no poder iniciou-se uma forte repressão contra os apoiadores do governo de João Goulart, pertencentes às camadas populares e trabalhadores favoráveis às reformas de base. Assim, os movimentos de jovens que caracterizaram a Ação Católica e outras organizações sociais dela decorrentes deixaram de existir ou passaram a atuar na clandestinidade (SOFIATI, 2004).

Com a desarticulação das atividades juvenis da Ação Católica ocorreu certo retrocesso na trajetória das ações dos jovens no Brasil. Somente a partir de 1970 é que se iniciou uma nova maneira de organização enquanto juventude católica: os chamados movimentos de encontro. A partir de inspirações desses movimentos é que se estabeleceram as bases para construir a Pastoral da Juventude (CELAM, 1997).

Sofiati (2004) afirma que no período em que a Pastoral da Juventude viria a florescer, o governo instaurava os Atos Institucionais³² com a justificativa de assegurar um ambiente seguro para o país. Com isso, extinguiu-se direitos políticos da população, retirou-se a liberdade, através de prisões e exílios e praticou-se atos de tortura. No que diz respeito ao cenário econômico, iniciava-se o período chamado de “milagre brasileiro”, quando ficou famoso o discurso do ministro Delfim Neto: “é necessário deixar o bolo crescer para depois repartir”. Entretanto, a ocorrência desse crescimento da economia

³² Os Atos Institucionais são normas de natureza constitucional expedidas entre 1964 e 1969 pelos governos militares que se sucederam após a deposição de João Goulart em 31 de março de 1964. Ao todo foram promulgados 17 atos institucionais, que, regulamentados por 104 atos complementares, conferiram muita centralização à administração e à política do país (FGV, 2020).

dava-se às custas da classe trabalhadora, a qual foi submetida à repressão política e arrocho salarial. Assim, por intermédio de sacrifícios impostos ao povo brasileiro, o Estado assegurou a expansão do capitalismo internacional ao mesmo tempo em que intensificou a relação de dependência financeira com relação aos países desenvolvidos.

Em termos de fomento ao crescimento econômico e de elevações quantitativas na economia brasileira, o período que compreende os anos de 1967 e 1973 trouxe resultados positivos. Entretanto, sob a ótica social, os trabalhadores não se beneficiaram desse aumento da renda do país:

Os salários, nos casos em que não sofreram declínio real, cresceram, na maioria das categorias, a taxas muito inferiores à da produtividade ou do produto *per capita* e o rendimento do trabalho não apresentou ganhos como porcentagem da renda total. A infraestrutura social do país melhorou significativamente no período, contrabalançando em parte a evolução dos rendimentos monetários. Mas, ainda que a questão mereça estudo mais detalhado, fica a impressão de que um crescimento muito satisfatório teria sido possível com uma política salarial menos restritiva, maior liberdade individual e maior participação da massa da população nas decisões e nos frutos do crescimento (LAGO, 2014, p. 239).

Diante deste cenário, os jovens brasileiros sentiam-se compelidos a lutar por mudanças políticas e econômicas, mas ao mesmo tempo eram intimidados pela repressão. Assim, conforme Dick (1999) os espaços nos quais as juventudes de diversas organizações costumavam reunir-se, como os centros de estudantes, os diretórios, os grêmios e os sindicatos, encontravam-se fechados e proibidos. Com isso, aos poucos esses jovens foram percebendo que as paróquias eram, naquele momento, um dos locais que mais lhe ofereciam segurança para se encontrarem. A partir daí é que se formaram os primeiros grupos de paróquia ou de movimentos.

O autor prossegue afirmando que, em um primeiro momento, esses movimentos de encontro seguiam alguns pressupostos, a saber: não se preocupavam em dar continuidade às formações oferecidas; não formavam lideranças e havia muita rotatividade entre seus membros; faltavam ideais comuns que garantissem a permanência dos grupos; o engajamento principal era voltado a questões clericais. Com isso, havia pouco espaço para o protagonismo entre as juventudes.

Outras experiências começaram a surgir na década de 1970, as quais foram se diferenciando dos grupos de movimento e aos poucos formando a Pastoral da Juventude. As primeiras atividades que buscaram integrar-se com a instituição católica, através de trabalhos pastorais, apareceram nos estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul, com a Pastoral Universitária. Outras organizações do gênero surgiram no Nordeste, com a

Pastoral da Juventude do Meio Popular. A partir da criação desses grupos, iniciaram-se tentativas de uma articulação juvenil católica que reunisse grupos paroquiais e grupos que atuavam em setores específicos da sociedade. Nas iniciativas surgidas, os grupos que se reuniam a partir de capelas e paróquias intitularam-se Pastoral da Juventude Geral e os que representavam um meio específico de trabalho configuraram a Pastoral da Juventude Específica. Nascia, então, a Pastoral da Juventude (ORLANDO, 1992).

A partir de tais movimentações, a Pastoral da Juventude (PJ) emergiu no Brasil na década de 1970 e despontou como uma organização nacional nos anos de 1980, quando chegou a contemplar cerca de quarenta mil grupos de jovens em todo país. Em conjunto com outros movimentos da Igreja Católica, a PJ foi estruturando novas propostas para formar jovens, integrando aspectos da vida espiritual e política, incentivando-os a atuar na sociedade por meio de instituições como associações, partidos políticos e sindicatos (MARTINS, 2000).

Durante o período de implementação e fortalecimento da PJ, o Brasil atravessou diferentes fases políticas e uma intensa crise econômica. O fim do Ato Institucional nº 5 (AI5), o término da Ditadura Militar, o início da Nova República e a promulgação da Constituição Federal de 1988 marcaram o período. Houve, ainda, a forte recessão da economia, que ocorreu do fim de 1980 a 1984, principalmente devido à subordinação externa que “inaugurou um longo período de estagnação da economia nacional, hoje conhecido com período das décadas perdidas” (SOUZA, 2007, p. 145).

Obviamente, a década de 1980 foi decisiva para fortalecer as bases da PJ, pois foi o momento de renascimento dos movimentos sociais, organizações e outras articulações políticas. A Igreja Católica esteve presente nesse contexto através de organizações como: as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), as pastorais sociais e a Pastoral da Juventude. Nesse cenário de construção de espaços democráticos a PJ foi se consolidando. “Partindo da proposta de uma formação indutiva, isto é, que parte da realidade, da experiência chegando à teoria, a Pastoral da Juventude se encontrava inserida nesta conjuntura de grandes dificuldades, de crise econômica e de constantes mudanças políticas” (SOFIATI, 2004, p. 70).

Conforme Martins (2000), desde a década de 1990 até o século XXI, a PJ passou a direcionar suas atividades para questões voltadas à cidadania. Incorporou, assim, em seus materiais de estudos, noções de política que atravessam todas os ambientes que a comportam, como por exemplo a igreja, o ambiente escolar e universitário, o trabalho e a família.

Josaphat (2016) afirma que entre os períodos passados e o atual, os jovens enfrentaram diferentes desafios e situações, alguns mais e outros menos favoráveis. As condições econômicas pela qual atravessou o Brasil durante as décadas de 1950, 1960 e 1970 suscitaram nas juventudes, seja por necessidade ou por vontade de mudar o país, um entusiasmo gerador de muitas ações e projetos, como as pastorais juvenis.

Nas décadas seguintes, houve o fortalecimento do capitalismo reacionário e agressivo, o qual articula todos os “sistemas políticos, econômicos, comunicacionais, culturais, educacionais, militares e jurídicos, que irão construir o sistema pós-moderno, universal e globalizado” (JOSAPHAT, 2016, p. 152). A partir disso, os jovens sentiram-se induzidos a participar de uma civilização embalada pelo individualismo e pelo seu principal componente: o consumismo. Essa sociedade moderna estimulou a formação de grupos dispersos, fazendo com que cada movimento e indivíduo permaneça em seu ambiente particular.

Perante os modelos econômicos que a sociedade neoliberal apresenta aos jovens, os quais possuem poucas características que podem ser observadas na proposta da Pastoral da Juventude, a mesma prossegue configurando-se como uma expressão de resistência ao individualismo, ao consumismo e às injustiças sociais. Ao mesmo tempo, reforça a importância da figura do jovem enquanto protagonista da sua história e agente de transformação na sociedade (SILVA; VIEIRA; SILVA, 2012).

Ao utilizar o método ver-julgar-agir para atividades como a realização da formação de lideranças, de debates sociais e políticos no ambiente dos encontros juvenis e, finalmente para a elaboração do projeto de vida e pastoral, a metodologia de trabalho da PJ engloba aspectos do planejamento para o futuro, dentro os quais está a dimensão econômico-financeira.

3.3 DEMAIS MOVIMENTOS JUVENIS

Os jovens da atualidade preservam as características da juventude da década de 1990. A grande diferença se expressa no seu crescente ingresso em grupos e movimentos religiosos de caráter pentecostal, os quais possuem características muito diferentes das organizações que se iniciaram com a Ação Católica. Assim, mesmo que de novas formas, a religião tem se consolidado como uma das principais maneiras de articulação da juventude (SOFIATI, 2009).

Ainda de acordo com o autor, dentre as novas formas de organização da Igreja Católica, observa-se a Renovação Carismática Católica (RCC), a qual sob a perspectiva de juventude subdivide-se em dois ministérios: o Ministério Jovem (MJ) responsável pela animação dos grupos de oração jovem e o Ministério Universidades Renovadas (MUR), que se destina ao desenvolvimento de trabalhos com os jovens universitários.

O início das atividades da RCC no Brasil ocorreu nos anos de 1960, a partir dos Treinamentos de Lideranças Cristãs (TLCs), os quais procuravam desenvolver e aprofundar a espiritualidade das juventudes. Assim como os demais movimentos religiosos provenientes da Ação Católica, inicialmente os encontros da RCC aconteciam em diversos ambientes, além da igreja, como as instituições de ensino, contando assim com a participação de: jovens universitários e trabalhadores, lideranças juvenis leigas e religiosas. Em uma segunda etapa, a RCC adotou o catolicismo midiático, isto é, as suas atividades passaram a realizar-se com o apoio dos meios de comunicação, fato que ajudou a disseminar o ministério pelo país (DE ALMEIDA, 2016).

Em resumo, a trajetória da Igreja Católica no Brasil, no que diz respeito aos trabalhos voltados às juventudes, é plural. De um lado, preservou-se aspectos que nasceram na década de 1970, a partir da Pastoral da Juventude, citando-se o caráter missionário. Por outro lado, tem-se os movimentos, dentre eles a RCC e os grupos denominados paroquiais, que têm procurado desenvolver novos métodos de trabalho por meio das mídias sociais (PRADO, 2017). Para os grupos juvenis de caráter pentecostal como aqueles ligados à RCC, “a busca do projeto de vida passa a ser ancorada no religioso, tornando-se parte de um projeto divino” (SOFIATI, 2014, p. 11).

Diante de tantas dificuldades socioeconômicas enfrentadas por grande parte dos jovens brasileiros, o ambiente pastoral e os grupos carismáticos configuram-se como espaços para repensar e planejar a vida, atraindo as juventudes, principalmente os que menos dispõem de recursos financeiros, sociais e culturais (SOFIATI, 2014).

3.4 IGREJA, ECONOMIA E JUVENTUDES

A relação da Igreja Católica com as questões sociais não é recente. O século XIX foi marcado por profundas mudanças na sociedade e a Igreja Católica, enquanto instituição, não estava alienada das situações cotidianas vividas pelas pessoas tendo sido afetada por estas mudanças. Uma delas refere-se às questões sociais e financeiras. Pela primeira vez na história da Igreja Católica um Papa posicionou-se publicamente através

de uma encíclica que refletia a condição dos operários. Sendo assim, desde Leão XIII até o Papa Francisco, outros papas e documentos por eles desenvolvidos evidenciaram perspectivas explicitamente sociais e econômicas.

Foi com Leão XIII, no ano de 1891, a partir da Encíclica *Rerum Novarum*, que se convencionou uma doutrina voltada à dimensão social. Com isso, formou-se a Doutrina Social da Igreja, sendo a mesma um “conjunto de escritos, mensagens, cartas, encíclicas, exortações, pronunciamentos e declarações que compõem o pensamento do magistério católico a respeito da chamada questão social” (ANDRIETTA, 2017, p. 108). A Figura 4 resume a trajetória social da Igreja após Leão XIII:

Figura 3 - A Igreja Católica e as questões sociais

Leão XIII (1810-1903)	<ul style="list-style-type: none"> • Rerum Novarum: 1891 (Das Coisas Novas ou Sobre a Condição dos Operários).
Pio XII (1922-1939)	<ul style="list-style-type: none"> • Quadragesimo Anno: 1931 (Por Ocasão dos 40 anos da Rerum Novarum).
João XIII (1958-1963)	<ul style="list-style-type: none"> • Mater et Magistra: 1961 (Mãe e Mestre: por Ocasão dos 70 anos da Rerum Novarum). • Pacem in Terris: 1963 (Paz na Terra: celebrando os 15 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos).
Paulo VI (1897-1978)	<ul style="list-style-type: none"> • Constituição Pastoral Gaudium et Spes: 1965 (Sobre a Igreja no mundo atual). • Populorum Progressio: 1967 (O Progresso dos povos). • Octogesima Adveniens: 1971 (Por ocasião dos 80 anos da Rerum Novarum).
João Paulo II (1978-2005)	<ul style="list-style-type: none"> • Laborum Exercens: 1981 (O exercício do trabalho). • Sollicitudo Rei Socialis: 1987 (A Solicitude das coisas sociais). • Centesimus Annus: 1991 (Por ocasião dos 100 anos da Rerum Novarum).
Bento XVI (2005-2013)	<ul style="list-style-type: none"> • Caritatis in Veritate: 2009 (Caridade em verdade).
Francisco (2013)	<ul style="list-style-type: none"> • Evangelli Gadium: 2013 (A alegria do Evangelho). • Laudato Si': 2015 (Louvado Sejas). • Querida Amazônia: 2020 (Exortação Apóstolica pós-sinodal). • Fratelli Tutti: 2020 (Sobre a Fraternidade e a Amizade Social).

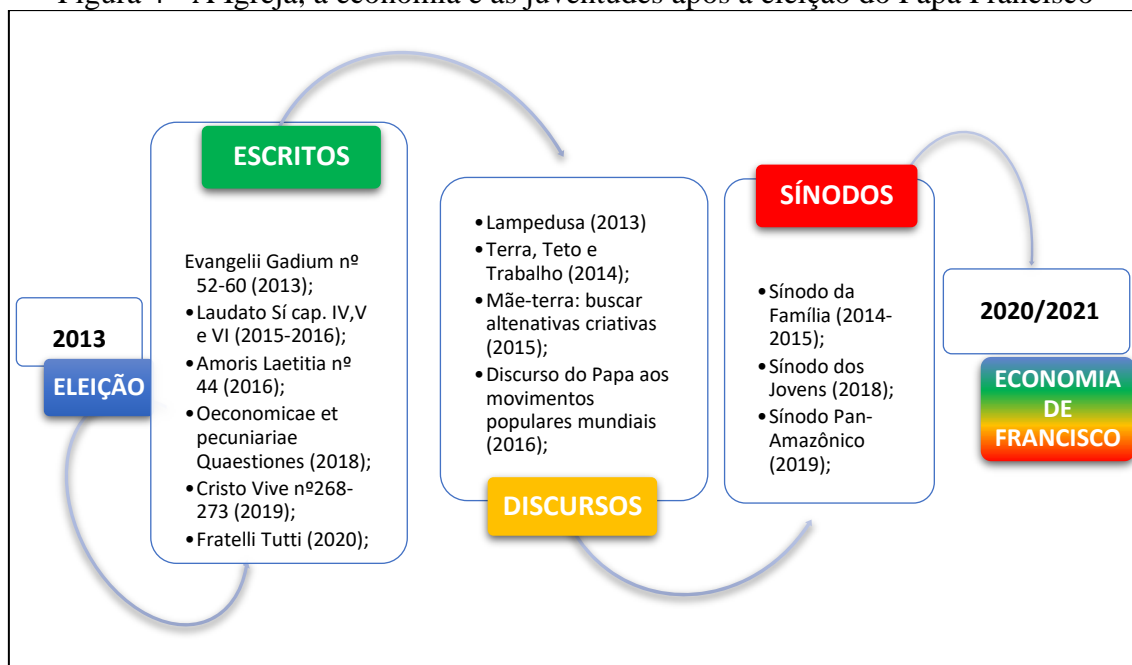
Fonte: Elaboração própria a partir de Vatican (2020).

Ressalta-se, ainda, que os questionamentos a respeito de problemas sociais e econômicos estão presentes desde antes do surgimento da Igreja Católica enquanto uma instituição, sendo os escritos da Doutrina Social da Igreja orientados pelas Escrituras

Sagradas. Retratos sobre as condições de vida dos pobres e marginalizados, assim como a busca por justiça e igualdade social aparecem tanto no Antigo como no Novo Testamento da Bíblia (ANDRIETTA, 2017).

Observa-se, portanto, que a dimensão socioeconômica aparece em toda a história da Igreja, seja através das Sagradas Escrituras, seja por intermédio de escritos, discursos, sínodos e outras iniciativas. Após a eleição do Papa Francisco, tais aspectos têm sido evidenciados ao mesmo tempo em que se voltam principalmente às juventudes. A figura 5 apresenta uma linha do tempo, iniciada quando o pontífice foi eleito até a iniciativa mais recente de seu papado: a “Economia de Francisco”.

Figura 4 - A Igreja, a economia e as juventudes após a eleição do Papa Francisco



Fonte: Elaboração própria a partir de Vatican (2020).

Assim, o Papa Francisco, ao tratar das questões econômicas, elenca primeiramente a pobreza e exclusão social que dela decorrem, incluindo aspectos tais como: o trabalho escravo, a imigração, o desemprego e a fome. Em seus escritos, discursos e sínodos, chama a atenção para a necessidade de que os jovens identifiquem as causas dos principais problemas socioeconômicos enfrentados pela humanidade e contribuam com soluções para combatê-los (WISNIEWSKI, 2019).

Observa-se que o pontificado de Francisco tem como centralidade as questões políticas e socioeconômicas. Para ele, tais esferas devem orientar-se para o serviço da

vida. Portanto, desde 2013, estas ideias estão sendo desenvolvidas e culminaram na idealização e organização da “Economia de Francisco”.

3.4.1 Economia de Francisco

A Economia de Francisco³³ (*The Economy of Francesco*) é um encontro internacional motivado pelo Papa Francisco, inicialmente marcado para acontecer em março de 2020 e realizado virtualmente em novembro do mesmo ano³⁴, devido à pandemia do novo coronavírus. A ideia deste evento foi desenvolvida a partir de diálogos entre o economista ganhador do prêmio Nobel de Economia em 2001, Joseph Stiglitz, o presidente do Instituto Novo Pensamento Econômico, Roberto Johnson e o Papa Francisco (IHU, 2019).

A partir desses debates entre economistas, pesquisadores e o Papa Francisco, iniciou-se uma articulação de nível global com o objetivo de reunir jovens economistas e empreendedores de todo o mundo na cidade de Assis, na Itália. O objetivo é que esses jovens repensem e apresentem alternativas práticas para tornar a economia mais humana, justa e inclusiva, considerando que as questões sociais, econômicas e ambientais estão interligadas e não podem se excluir.

Em carta lançada em primeiro de maio de 2019, o Papa Francisco convocou os jovens de todo mundo para o encontro em Assis. Em seu discurso, salientou que para garantir a justiça social é preciso buscar soluções para os problemas econômicos estruturais que atingem todo o mundo, encontrar maneiras de gerar crescimento da economia com respeito ao meio ambiente, garantir os direitos dos trabalhadores e combater a desigualdade social (PAPA FRANCISCO, 2019).

Assim, o encontro “Economia de Francisco” irá reunir mais de dois mil jovens do mundo inteiro que durante três dias estarão com economistas, ativistas e pesquisadores renomados³⁵ para trabalhar debater e propor soluções em doze grupos de trabalho, com temáticas específicas. Dentre os temas trabalhados há a vila “Finanças e Humanidade”

³³ O evento Economia de Francisco faz referência à figura de Francisco de Assis e não ao Papa.

³⁴ Uma nova data para o acontecimento do evento *Francesco Economy* em Assis será proposta para 2022 devido à persistência da Pandemia de COVID-19.

³⁵ Dentre os confirmados para o evento estão: Amartya Sen, Muhammad Yunus, Vandana Shiva, Jeffrey Sachs, Bruno Frey e Kate Raworth. A lista completa encontra-se no endereço: <https://francescoeconomy.org/speakers/>.

que dedicará uma das linhas de trabalho exclusivamente para iniciativas e projetos de educação financeira.

3.5 CONSIDERAÇÕES AO CAPÍTULO

Ao longo deste capítulo, identificaram-se as diferentes fases, perspectivas e cenários políticos, sociais e econômicos vivenciados pela juventude brasileira desde a década de 1930, quando se iniciou o movimento da Ação Católica no Brasil. Verificou-se, portanto, que as primeiras organizações juvenis aconteceram em decorrência de instruções da Igreja Católica, o que evidencia a importância dos estudos sobre tal instituição nesse contexto.

Tem-se, assim, os grupos decorrentes da Ação Especializada (JAC, JEC, JIC, JOC, JUC), os quais configuraram-se determinantes nas ações de militância e resistência contra diferentes governos e situações vivenciadas desde os anos de 1930. Os jovens participantes destes grupos atuavam não somente no meio clerical, mas em seus espaços de vida (no campo, na universidade, no ambiente operário, dentre outros), buscando por transformações nos quadros econômicos e sociais em que estavam inseridos.

Ainda que de outras maneiras, por intermédio de pastorais e movimentos como as CEBs, a RCC e a Pastoral da Juventude, os quais absorveram influências e métodos de trabalho da Ação Católica, a Igreja Católica continua proporcionando espaços de convivência juvenil, procurando entender suas diversas realidades e auxiliando no desenvolvimento de seus projetos de vida pessoal e social.

Por fim, salienta-se que a preocupação da instituição com questões socioeconômicas iniciou-se no século XIX com a encíclica *Rerum Novarum*, na qual o Papa Leão XIII demonstrou inquietações sobre as condições precárias dos operários. A partir daí, diversos escritos e manifestações de diferentes Papas foram sendo desenvolvidas ao longo da história. Mais recentemente, a partir do evento “Economia de Francisco”, a Igreja permanece como incentivadora de um protagonismo, do engajamento social, da importância da dimensão comunitária, fortalecendo ambientes juvenis de debates e consciência social, econômica e política. É neste contexto que se insere a pesquisa ora apresentada, buscando entender a inserção das juventudes no debate econômico, seu atual nível de bem-estar social e seu comportamento diante de assuntos que envolvem questões financeiras.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Uma pesquisa é caracterizada por ações e recomendações que buscam a resposta para um determinado problema ainda não solucionado, por intermédio de processos pautados na razão e sistematização. Para que uma pesquisa seja considerada científica, ela deve seguir algumas recomendações sob a forma de etapas ordenadas, como a decisão do tema, a definição dos objetivos, os procedimentos metodológicos, a coleta e o tratamentos dos dados, a construção e publicação dos resultados (SILVA; MENEZES, 2005). Neste processo de elaboração do conhecimento científico, compreender o método utilizado para alcançar os objetivos propostos é fundamental, por isso, este capítulo demonstra a caracterização da pesquisa, assim como detalha a metodologia de coleta e análise de dados utilizados.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Para Silva e Menezes (2005), existem múltiplas formas de se caracterizar uma pesquisa. De acordo com a abordagem do problema, uma pesquisa poderá ser qualitativa ou quantitativa, ou ter ambas as características. O estudo de caráter qualitativo considera a existência de vínculos entre o objeto do estudo e o mundo real, os quais não podem ser quantificáveis, assim, o pesquisador analisa as informações de maneira indutiva. Já um estudo quantitativo, como o próprio nome sugere, converte em números os dados obtidos em sua pesquisa e, posteriormente, utiliza de métodos estatísticos para analisar seus resultados. No que diz respeito ao presente estudo, ele possui perspectiva quantitativa uma vez que utilizou estatística descritiva para tratar os dados, mas também possui natureza qualitativa uma vez que analisou variáveis não quantificáveis.

Do ponto de vista dos objetivos do estudo, ele enquadra-se em uma pesquisa descritiva que tem como preocupação central descrever fenômenos e características de uma população, procurando estabelecer relações entre variáveis (GIL, 2010). Entretanto, este trabalho também se caracteriza como uma pesquisa exploratória, uma vez que procura esclarecer ideias e conceitos com vistas a proporcionar uma visão global a respeito de um fato estudado. Segundo o autor, esta categoria de pesquisa possui menos rigor em seu planejamento, proporcionando novas hipóteses e problemáticas a serem estudadas futuramente.

Com relação à coleta de dados utilizou-se de dados primários, que foram obtidos a partir da aplicação de questionário estruturado, o qual de acordo com Marconi e Lakatos (2003), diz respeito a um conjunto de perguntas ordenadas a serem respondidas de forma escrita, podendo ser aplicado sem que o pesquisador esteja presente. A respeito das vantagens da utilização dele, salienta-se a padronização das questões, a consequente facilidade na compilação e interpretação dos resultados, assim como a possibilidade do alcance de grande número de pesquisados. Além disso, a fim de complementar os dados coletados por meio dos questionários, foram realizadas entrevistas semiestruturadas.

O método de aplicação de questionário e de entrevistas, assim como a técnica de análise a ser aplicada no referido trabalho, estão descritos nos próximos tópicos.

4.2 METODOLOGIA DE ANÁLISE DE DADOS

Nesta seção serão detalhadas as técnicas de coleta de dados e os métodos de análises qualitativas e quantitativas realizados nesta pesquisa.

4.2.1 Elaboração do questionário

O questionário utilizado para a coleta de dados foi dividido em três partes, as quais são formadas por trinta e uma questões de natureza objetiva. A construção do mesmo possui embasamento nos trabalhos de Kahneman e Tversky (1979), Thaler e Shefrin (1985), Samuelson e Zeckhauser (1988), Shiller (2000), Macedo Jr. (2003), CFPB (2015) e Sauer (2016), o qual está disponível no Anexo I deste estudo.

O primeiro bloco de perguntas contém questões que identificam as características socioeconômicas dos jovens pesquisados. No segundo buscou-se mensurar o nível de bem-estar financeiro das juventudes em questão. Por fim, no terceiro bloco as perguntas objetivaram identificar a presença de algumas heurísticas e vieses comportamentais junto ao grupo estudado.

Além dos objetivos individuais de cada bloco de perguntas, o questionário em sua integralidade, permitiu a realização de análises cruzadas entre as variáveis de cada bloco.

4.2.1.1 Desenvolvimento do Bloco 1

O primeiro bloco do questionário procurou expressar informações para caracterizar o perfil socioeconômico dos jovens pesquisados, do qual fazem parte as questões de número 1 a 12, do Anexo I.

As primeiras perguntas do referido bloco questionaram a espiritualidade do grupo em que os jovens participavam e o tempo em que eles o frequentavam, a fim de identificar a presença de diferentes categorias de juventudes católicas.

Em sequência, tem-se as questões para determinar: idade, sexo, estado civil, raça, cidade de residência, nível de escolaridade, condição em relação a família à qual pertenciam; nível de escolaridade da pessoa responsável pela família; inserção no mercado de trabalho e respectiva renda individual, além da renda familiar bruta.

4.2.1.2 Desenvolvimento do Bloco 2

O segundo bloco é identificado nas perguntas de número 13 a 22 do *survey* aplicado. Esse grupo de 10 questões forma a escala do bem-estar financeiro desenvolvida pelo *Consumer Financial Protection Bureau* (CFPB), cujos detalhes técnicos relacionados ao seu desenvolvimento e os procedimentos de pontuação serão detalhados a seguir.

Segundo CFBP (2015), as dez perguntas que configuram a escala de BEF são pautadas em quatro pontos específicos, a saber: 1) organização financeira no presente; 2) capacidade de um indivíduo de absorver um “choque” financeiro, ou seja, lidar com imprevistos que atinjam as finanças; 3) planejar o futuro financeiro: ter metas de médio e longo prazo e se preparar para a aposentadoria; 4) ter liberdade financeira para realizar escolhas que lhe proporcionam bem-estar.

A escolha destas dez perguntas foi um processo de várias etapas, que envolveu: entrevistas cognitivas para verificar a compreensão das pessoas sobre o questionário, análise fatorial para identificar quais questões apresentaram maior ajuste ao objetivo proposto, e por fim, três realizações de testes psicométricos com aproximadamente 15 mil entrevistados no intuito de averiguar quais as perguntas de maior nível de confiabilidade (CFPB, 2015).

A análise estatística utilizada para desenvolver a escala e os procedimentos de pontuação foram realizados pela *Vector Psychometrics*³⁶ através de métodos baseados na Teoria de Resposta ao Item (TRI). Esta Teoria é aplicada principalmente em estudos das ciências sociais, da saúde e humanas, áreas de pesquisa que costumam avaliar a construção de arcabouços teóricos compostos por variáveis latentes, isto é, não diretamente observáveis (SOARES, 2005).

O autor salienta ainda que, na Teoria da Resposta ao Item, essas variáveis que não podem ser medidas de maneira direta, são estimadas a partir da criação de uma escala de valores, a qual é decorrente de instrumentos como testes e questionários. A partir daí, são formados itens associados ao objetivo a ser medido e são produzidas novas variáveis indicadoras para aferi-lo.

No levantamento do BEF, utiliza-se a Teoria da Resposta ao Item, porque ela fornece estimativas individuais muito precisas, de modo que as respostas de cada questão podem contribuir de maneira diferente para a formação da pontuação final da escala (CFPB, 2015). As pontuações baseadas em IRT possuem distribuição normal, média zero e um valor de desvio padrão de um. Para obter a métrica da Escala de bem-estar financeiro, a pontuação obtida na TRI bruta, tem seu valor multiplicado por 15, adicionado a 50 e, em seguida, arredondado para o número inteiro mais próximo. Com isso, obtêm-se uma pontuação que varia aproximadamente entre 0 e 100 e com valor central de 50 (CFPB, 2017).

Além do exposto, para medir o índice de BEF, as perguntas foram compostas pela escala *likert* de cinco pontos, em que as opções de resposta foram: completamente, muito bem, mais ou menos, muito pouco e nada. O grande diferencial desta a escala é a possibilidade de medir o grau de intensidade das respostas e inferir quais as direções dos pesquisados sobre cada questionamento realizado (BERMUDES, et al., 2016).

Na Tabela 1, estão as questões que compõe a escala de BEF e as suas respectivas pontuações, que seguem o modelo de *Likert*.

³⁶ A *Vector Psychometric Group* é uma organização orientada empiricamente, dedicada a melhorar a ciência da psicométrica e análise de dados comportamentais. Ela trabalha para agências governamentais, empresas de diversos ramos, organizações de pesquisa e pesquisadores acadêmicos. Disponível em: <<https://vpgcentral.com/>>. Acesso em: 01 jun. 2021.

Tabela 1 - As questões que compõem a escala de BEF e suas respectivas pontuações

PERGUNTA	Completamente	Muito bem	Mais ou menos	Muito pouco	Nada
1) Eu conseguiria dar conta de um gasto inesperado?	4	3	2	1	0
2) Eu estou provisionando para garantir meu futuro financeiro?	4	3	2	1	0
3) Por causa da minha situação financeira, eu sinto que nunca terei as coisas que eu gostaria na vida? *	0	1	2	3	4
4) Eu consigo viver bem só por causa da maneira como administro meu dinheiro?	4	3	2	1	0
5) Eu estou só sobrevivendo financeiramente *	0	1	2	3	4
6) Estou preocupado/a por que o dinheiro que eu tenho ou virei a guardar pode não ser suficiente? *	0	1	2	3	4
7) Dar um presente de casamento, aniversário ou outra ocasião imporá um estresse sobre as minhas finanças naquele mês? *	0	1	2	3	4
8) Eu tenho dinheiro disponível no fim do mês?	4	3	2	1	0
9) Eu estou em atraso com minhas finanças? *	0	1	2	3	4
10) Sinto que minhas finanças controlam minha vida?	0	1	2	3	4

Fonte: Elaboração própria a partir de CFPB (2015).

Conforme observado na Tabela 3, as respostas para cada pergunta variam de zero a quatro pontos. Nas questões sinalizadas com asterisco, a pontuação é codificada reversamente, conforme metodologia do CFBP (2015). Considerado que a pontuação máxima de cada pergunta é de quatro pontos, a pontuação máxima a ser alcançada é de quarenta pontos.

Tendo em vista que a escala de BEF foi desenvolvida com vistas a ser replicada em demais estudos, o CFBP desenvolveu uma tabela de consulta que permite aos pesquisadores encontrar a pontuação de bem-estar financeiro adequada. Os pontos são observados através do seguinte procedimento: 1) cálculo do valor total dos pontos das respostas brutas de cada entrevistado (conforme pontuações da Tabela 3); 2) procura da pontuação calculada anteriormente na Tabela 2, para encontrar o nível de bem-estar financeiro correspondente.

Tabela 2 - Pontuação da escala de bem-estar financeiro

PONTOS ESCALA	NÍVEL DE BEF CORRESPONDENTE
0	14
1	19
2	22
3	25
4	27
5	29
6	31
7	32
8	34
9	35
10	37
11	38
12	40
13	41
14	42
15	44
16	45
17	46
18	47
19	49
20	50
21	51
22	52
23	54
24	56
25	57
26	58
27	60
28	61
29	62
30	63
31	65
32	66
33	68
34	69
35	71
36	73
37	75
38	78
39	81
40	86

Fonte: Elaborado pela autora a partir de CFPB (2015).

A respeito da interpretação da pontuação de BEF, conforme consta na Figura 6, é válido salientar que a escala segue um número padronizado entre 0 e 100, o qual indica o nível de bem-estar financeiro do indivíduo pesquisado e que “o número não tem significado por si só, e a pontuação da maioria das pessoas cairá em algum lugar no meio

— pontuações extremamente baixas ou extremamente altas serão incomuns” (CFPB, 2015, p. 14, tradução nossa).

Figura 5 - Interpretação da escala de BEF



Fonte: Elaboração própria a partir de CFPB (2015).

Assim, uma pontuação mais alta corresponde a um nível mais elevado de bem-estar financeiro, entretanto ainda não existem parâmetros específicos para uma pontuação ser considerada “boa” ou “ruim”. Isto acontece porque as pesquisas com esse instrumental ainda são recentes e não foram determinados intervalos significativos para cada pontuação.

Para a pesquisa aqui proposta, utilizou-se a média nacional da primeira pesquisa de BEF realizada no Brasil como referência. Esta média foi de 50 pontos e partindo destes pressupostos é que as análises foram realizadas.

4.2.1.3 Desenvolvimento do Bloco 3

Por fim, a terceira parte do instrumento pretende identificar a presença e influência de heurísticas e vieses comportamentais nas escolhas econômico-financeiras das juventudes católicas em questão, contemplando as perguntas de número 23 a 31.

Neste bloco, os jovens foram questionados sobre conhecimentos para gerir suas finanças; preparação para a aposentadoria; resolução de problemas matemáticos simples e outros questionamentos sobre a tomada de decisão financeira, bem como sobre aspectos que envolvem a economia comportamental.

As problemáticas das questões 23 e 26 dizem respeito à influência da *aversão à perda*, as perguntas 24 e 31 identificam a presença da *heurística da representatividade*, a de número 25 buscou explicitar a presença do *viés do autocontrole*, a de número 28 diz respeito ao *viés do status quo* e, por fim, as questões 29 e 30 sinalizam para a existência (ou não) do *efeito framing*.

As questões de número 23 a 28, utilizaram a escala utilizada *likert* de sete pontos, a qual contempla as seguintes opções de resposta: discordo totalmente, discordo

razoavelmente, discordo um pouco, indiferente, concordo um pouco, concordo razoavelmente e concordo totalmente. Já as perguntas 29, 30 e 31 são de múltipla escolha, conforme as teorias que a embasam (Quadro 4).

Quadro 4 - Questões do Bloco 3 e seus respectivos referenciais teóricos

VARIÁVEIS	QUESTÃO	REFERENCIAL TEÓRICO
Aversão à perda	23	Kahneman e Tversky (1979); Kahneman (2012).
	26	Macedo Jr. (2003).
Heurística da Representatividade	24	Kahneman e Tversky (1974).
	31	Kahneman e Tversky (1979).
Viés do Autocontrole	27	Thaler e Shefrin (1985).
Comportamento de Manada	25	Shiller (2000); Ferreira (2008).
Viés do <i>Status Quo</i>	28	Kahneman, Knetsch e Thaler (1991); Macedo Jr. (2003); Ferreira (2008).
Efeito <i>Framing</i>	29	Kahneman e Tversky (1979).
	20	

Fonte: Elaboração própria a partir de Sauer (2016).

4.2.2 Submissão ao comitê de ética

O sistema CEP (Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos) - CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) foi criado em 1996 para direcionar as pesquisas que envolvem seres humanos no Brasil. Tal sistematização é regida por resoluções e normas determinadas pelo Conselho Nacional de Saúde. De acordo com as suas diretrizes, todo projeto de pesquisa, de qualquer área de estudo, que requeira a participação de humanos, deve ser direcionado ao CONEP por intermédio da ferramenta eletrônica *Plataforma Brasil*.

Sendo assim, o questionário utilizado neste estudo foi submetido ao CONEP e posteriormente enviado ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - CEP da Universidade Estadual do Oeste de Paraná – UNIOESTE, o qual foi aprovado sob o número do parecer 4.159.569 que se encontra no Anexo III. Com a devida aprovação da documentação, esta pesquisa garante a legalidade necessária para a sua realização e posterior divulgação dos resultados.

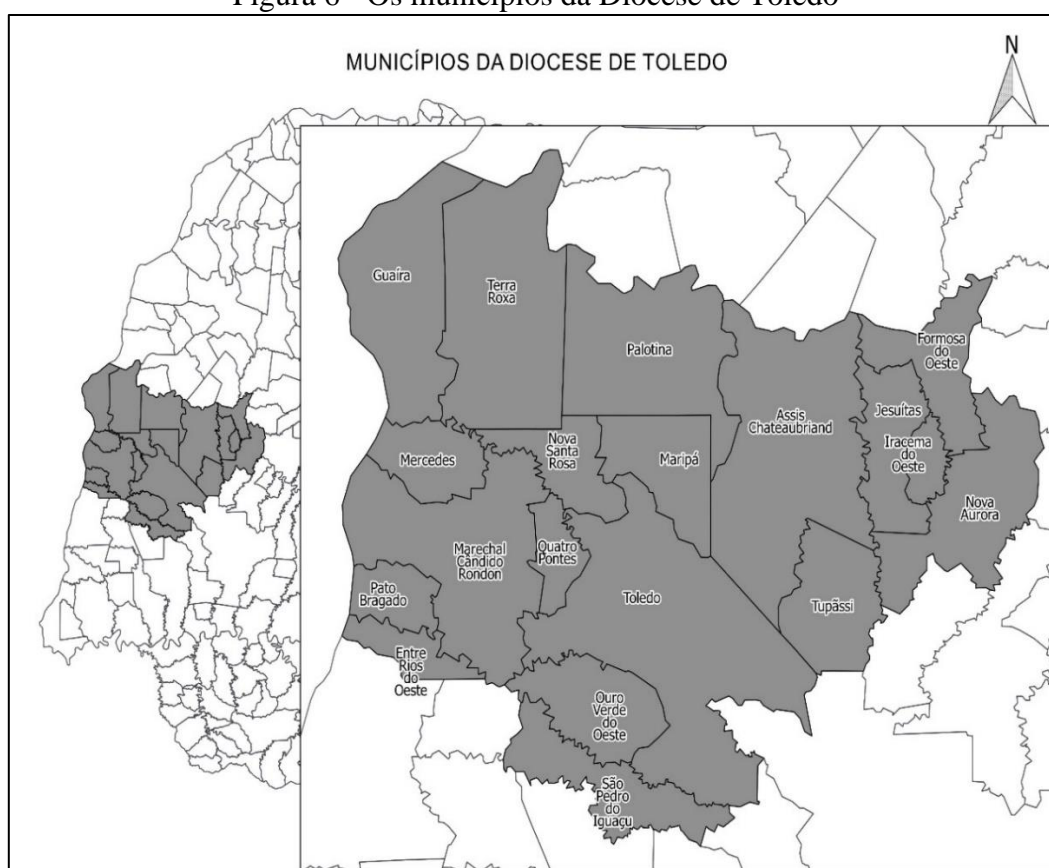
4.2.3 Caracterização da amostra e aplicação do questionário

A amostra é definida como um subgrupo de uma população, formada por n elementos, que devem possuir as mesmas características da população da qual foram extraídos (OLIVEIRA, 2011). As amostras podem ser probabilísticas ou não

probabilísticas. Na amostra não-probabilística o pesquisador pode decidir de forma arbitrária ou consciente os elementos a serem incluídos na amostragem.

Na presente pesquisa, as informações para determinar a população e amostra (não-probabilística) foram obtidas no *site* da Diocese de Toledo³⁷ e por intermédio do contato com os coordenadores de seu setor juventude. Conforme estas fontes, a Diocese de Toledo é formada por 19 municípios, com 31 paróquias e 71 grupos de jovens de diferentes espiritualidades. Sua abrangência diz respeito aos municípios de: Guaira, Terra Roxa, Palotina, Maripá, Mercedes, Nova Santa Rosa, Marechal Cândido Rondon, Quatro Pontes, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste, Ouro Verde do Oeste, São Pedro do Iguaçu, Assis Chateaubriand, Tupãssi, Nova Aurora, Jesuítas, Formosa do Oeste, Iracema do Oeste e Toledo (Figura 7). Entretanto, as cidades de Maripá, Entre Rios do Oeste e Ouro Verde do Oeste não possuíam nenhum grupo de jovens ativo no período de realização desta pesquisa.

Figura 6 - Os municípios da Diocese de Toledo



Fonte: Elaboração própria a partir de IPARDES (2019).

³⁷ <http://www.diocesetoledo.org/>

Uma vez tendo feito contato com os coordenadores do setor juventude da Diocese de Toledo, obteve-se o contato pessoal de todos os coordenadores dos grupos de jovens. A partir daí, em diálogo com os coordenadores de cada grupo, inferiu-se que a população total dos grupos de jovens católicos da Diocese de Toledo é de, aproximadamente, 1.185 pessoas, conforme Tabela 3.

Tabela 3 - Grupos de Jovens da Diocese de Toledo

ESPIRITUALIDADE	NÚMERO DE GRUPOS	MÉDIA DE PARTICIPANTES
Pastoral da Juventude	16	320
Ministério Jovem (RCC)	15	375
Juventude Mariana Vicentina	7	163
Cursilho Jovem	5	72
Ministério Universidades Renovadas	10	75
Grupos Paroquiais	18	180
TOTAL	71	1.185

Fonte: dados da pesquisa, 2021.

Ressalta-se que a frequência dos jovens nos referidos grupos não é obrigatória e as informações relativas ao número de participantes, em cada grupo, pode variar constantemente. Em virtude disso, a proposta inicial desta pesquisa era de fazer a visita *in loco* nos grupos de jovens, no dia e horário em que estes grupos estariam realizando sua reunião, para explicar o objetivo da pesquisa e aplicar o questionário. Assim, o número de entrevistados seria uma aproximação bastante realista da população total.

Com a pandemia pela Covid-19 foi necessário repensar a estratégia para a aplicação dos questionários, uma vez que os grupos de jovens passaram a reunir-se com menos frequência e de forma remota. Nos contatos com os coordenadores de grupos de jovens foi possível organizar-se para a aplicação de três testes piloto. Assim, esta pesquisadora participou das reuniões remotas destes grupos, aplicando os *surveys* por intermédio da plataforma *Google Formulários*. Tal estratégia tornou possível testar o modelo de aplicação de questionários e a própria estrutura dos questionários, tornando possível sua adequação à realidade e o entendimento dos jovens pesquisados.

Outra informação obtida juntos aos coordenadores dos grupos de jovens foi de que o aplicativo *WhatsApp* tem sido majoritariamente utilizado para a comunicação entre os participantes destes grupos. Assim, a versão final do questionário foi disponibilizada para os jovens de todos os grupos juvenis no período de abril a maio de 2021. O link para acesso à plataforma *Google Formulários* foi encaminhado aos coordenadores, que o disponibilizaram aos jovens através dos referidos grupos de *WhatsApp*. Esta pesquisadora

monitorou as entradas de respostas na referida plataforma e, durante o período de aplicação do questionário, fez novo contato com os coordenadores dos grupos a cada três dias, solicitando que reenviassem o link e estimulassem o acesso à plataforma e posterior resposta pelos jovens.

Levando-se em conta a definição de “juventude” apresentada na introdução desta pesquisa, adotou-se como critério incluir entre os questionários que fariam parte da análise aqueles cujos respondentes tivessem idade entre 15 e 29 anos. No período de aplicação dos questionários obteve-se um retorno de 345 jovens, porém, 31 deles tiveram que ser desclassificados por não atenderem ao critério estabelecido ou por deixarem alguma questão em branco. Por fim, a amostra utilizada para as análises foi de 314 questionários, configurando 26% do total dos pesquisados.

4.2.4 Análise estatística descritiva

A estatística descritiva objetiva unificar os valores em séries, o que possibilita a identificação de variações entre eles. A partir deste tratamento, os dados podem ser descritos por intermédio de ferramentas como gráficos e tabelas (GUEDES, *et al.*, 2015).

Para Marconi e Lakatos (1996), o intuito das análises realizadas a partir da estatística descritiva é identificar de maneira sintética e didática as informações decorrentes de um conjunto de dados, para em sequência demonstrá-las através de recursos como tabelas, gráficos e indicadores.

As estatísticas descritivas usam medidas chamadas de posição e outras denominadas de dispersão. As primeiras caracterizam os elementos “dominantes” no grupo, e são as medidas de tendência central, sendo elas: a média, a mediana e a moda. As medidas de dispersão são utilizadas para medir a distribuição de um conjunto de dados, citando-se: a frequência, o desvio-médio e o desvio-padrão (OLIVEIRA, 2011).

Neste trabalho, mais precisamente no Bloco 2, utilizaram-se análises conjuntas da média e do desvio-padrão, tendo em vista que elas são medidas complementares. Assim, a partir de um agrupamento de n observações, x_1, x_2, \dots, x_n , a média é determinada por:

$$\bar{x} = \frac{\sum_{i=1}^n x_i}{n} \quad (1)$$

Em que \sum é a soma de todos os valores obtidos para cada observação i e n é o número total de observações. Sendo assim, a média pode ser entendida como “um valor típico do conjunto de dados que pode assumir um valor que não pertence ao conjunto de dados” (TAVARES, 2011, p. 75).

O desvio-padrão indica a dispersão de cada observação da amostra em relação à sua média, conforme a expressão: $x_i - \bar{x}$. Assim, além de indicar a dispersão referente à cada elemento, este desvio também estima o espalhamento na população da qual a amostra advém (LUNET; SEVERO; BARROS, 2006).

No Bloco 3 da presente pesquisa, além das análises da média e do desvio-padrão, foram observadas as medidas de moda e de mediana das variáveis. A moda refere-se ao valor que aparece com maior frequência dentre todos os valores de determinada amostra de elementos. A mediana corresponde ao “valor situado de tal forma no conjunto ordenado que o separa em dois subconjuntos de mesmo número de elementos” (TAVARES, 2011, p. 80). A mediana pode ser encontrada através da expressão:

$$E(\textit{elemento central}) = \frac{n+1}{2} \quad (2)$$

Em que n é o número total de elementos da amostra. Assim, a partir do valor E obtido, encontra-se a posição do número que corresponde à mediana.

Os cálculos das medidas de dispersão aqui utilizadas foram obtidos através do software *Stata For Windows 13*. A partir daí, foram realizadas tabulações cruzadas e construídos tanto gráficos quanto tabelas para demonstrar os resultados obtidos.

4.2.5 Entrevistas

A entrevista faz parte das categorias de técnicas utilizadas para a coleta de dados primários e pode ser classificada como exploratória ou como coleta de informações. As entrevistas exploratórias, como é o caso da aplicada neste estudo, são realizadas através do levantamento de indagações ou informações que não puderam ser contempladas pelo *survey* aplicado anteriormente (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010).

Além disso, as entrevistas podem ser classificadas em estruturadas, não-estruturadas ou semiestruturadas, sendo a última, escolhida para a realização deste trabalho. Laville e Dionne (1999) afirmam que a entrevista semiestruturada possibilita

maior flexibilidade ao pesquisador em relação à captação de dados, tendo em vista que proporciona um espaço de abertura para que os entrevistados possam fornecer respostas mais detalhadas e autênticas, enriquecendo o estudo.

A partir da entrevista semiestruturada é possível que o pesquisador determine e siga um padrão pré-estabelecido e, ao mesmo tempo, não limite as alternativas de resposta para o entrevistado. Dessa maneira, a pesquisa mantém a sua característica de neutralidade e concede maior abertura aos participantes do estudo, permitindo a realização de inferências sobre o nível de compreensão e competência a respeito do que se pretende alcançar (NUNES; NASCIMENTO; LUZ, 2016).

Kauark, Manhães e Medeiros (2010), afirmam que as entrevistas podem ser diretas ou indiretas. As diretas são realizadas presencialmente, situação em que entrevistador e entrevistado ficam frente a frente. As entrevistas indiretas são realizadas à distância, através de recursos remotos, como ligações e videochamadas, entre outras tecnologias.

Para esta pesquisa, assim como para a aplicação dos *surveys*, pretendia-se realizar entrevistas diretas. Entretanto, devido à pandemia da COVID-19, elas foram realizadas indiretamente através de agendamento prévio com os sorteados. A tecnologia utilizada para realização das entrevistas foi a plataforma *Zoom*.

Para a seleção dos jovens a serem entrevistados, foram sorteadas dez pessoas, dentre as 314 que responderam ao *survey*. O sorteio aleatório foi realizado utilizando-se o *software R*, cuja metodologia empregada será explicada na sequência.

O sorteio randômico ou aleatório é realizado através de um determinado conjunto numérico. Neste caso, os números sorteados não foram repostos e foi utilizada a coluna de telefones dos participantes com um vetor. Em sequência, foram criados conjuntos para separar os jovens de acordo com cada espiritualidade especificada no estudo. Por fim, através do uso do comando *sample*³⁸ foram sorteados elementos contidos em cada conjunto determinado.

A partir desta lógica, foram feitos 5 sorteios aleatórios dos números de telefone dos respondentes do questionário desta pesquisa, levando-se em conta a quantidade de pessoas nesses grupos: quanto mais pessoas tinha uma espiritualidade, maior o número de sorteados relativos a mesma. Ou seja, foi realizado um sorteio aleatório e ponderado.

³⁸ Com a função *sample* criam-se processos de amostragem aleatória no *software R*.

Obteve-se a seguinte classificação: 1 sorteado da espiritualidade Cursilho Jovem; 1 sorteado para a junção das espiritualidades Juventude Mariana Vicentina e Ministério Universidades Renovadas da RCC; 2 sorteados da espiritualidade Ministério Jovem da RCC; 4 sorteados da espiritualidade Pastoral da Juventude; 2 sorteados da espiritualidade Grupos Paroquiais; totalizando-se 10 sorteados.

A transcrição das entrevistas foi realizada de forma *literal* identificando as falas dos entrevistados conforme foram citadas por eles. Além disso, a seleção dos trechos inseridos nas análises dos resultados foi realizada de acordo com a desenvoltura dos entrevistados, assim como através da percepção e análise da pesquisadora. Portanto, apenas as falas relevantes aos objetivos da pesquisa é que se encontram descritas neste trabalho.

O roteiro com todas as perguntas realizadas para cada entrevistado encontra-se disponível no Anexo II.

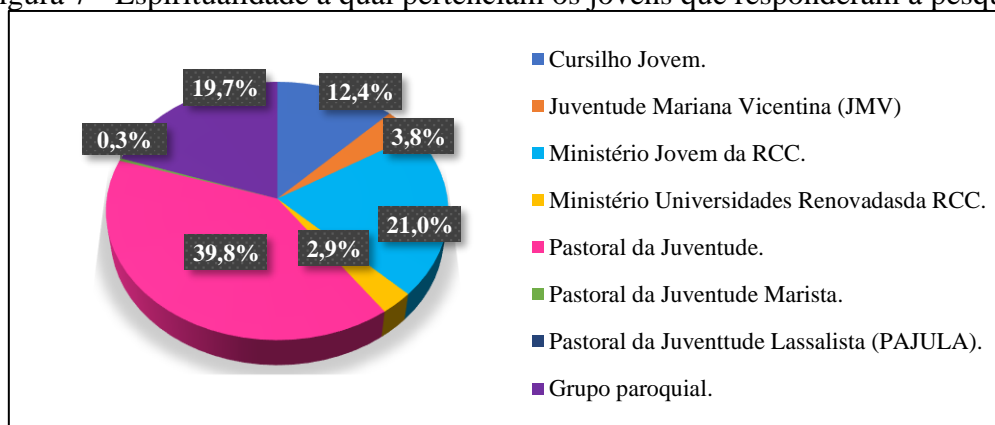
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção apontam-se os resultados obtidos a partir dos dados coletados através do questionário. Sendo assim, serão apresentadas as características socioeconômicas dos jovens pesquisados, o seu nível de bem-estar financeiro, bem como os vieses e heurísticas comportamentais relacionados com suas decisões financeiras. Além disso, estão descritas entrevistas semiestruturadas que procuraram identificar a existência de uma possível correlação entre a participação nos grupos de jovens e o nível de Educação Financeira.

5.1 CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DOS JOVENS PESQUISADOS

A amostra dos pesquisados diz respeito a trezentos e quatorze jovens das diferentes espiritualidades³⁹ de grupos católicos existentes na Diocese de Toledo, conforme apresenta-se na Figura 7. A espiritualidade que mais se destacou no estudo foi a da “Pastoral da Juventude”, a qual comporta 39,8% dos jovens respondentes, seguida pelo “Ministério Jovem da RCC” com 21% dos pesquisados, pelos “Grupos Paroquiais”, dos quais participam 19,7% dos jovens e pelo “Cursilho Jovem” com 12,4% dos respondentes. Os grupos da “Juventude Mariana Vicentina” e “Ministério Universidades Renovadas da RCC” dizem respeito, respectivamente, a 3,8% e 2,9% dos jovens do estudo. A espiritualidade denominada “Pastoral da Juventude Marista” alcançou apenas 0,3% dos respondentes e a “Pastoral da Juventude Lassalista” não obteve nenhuma resposta.

Figura 7 - Espiritualidade a qual pertenciam os jovens que responderam à pesquisa

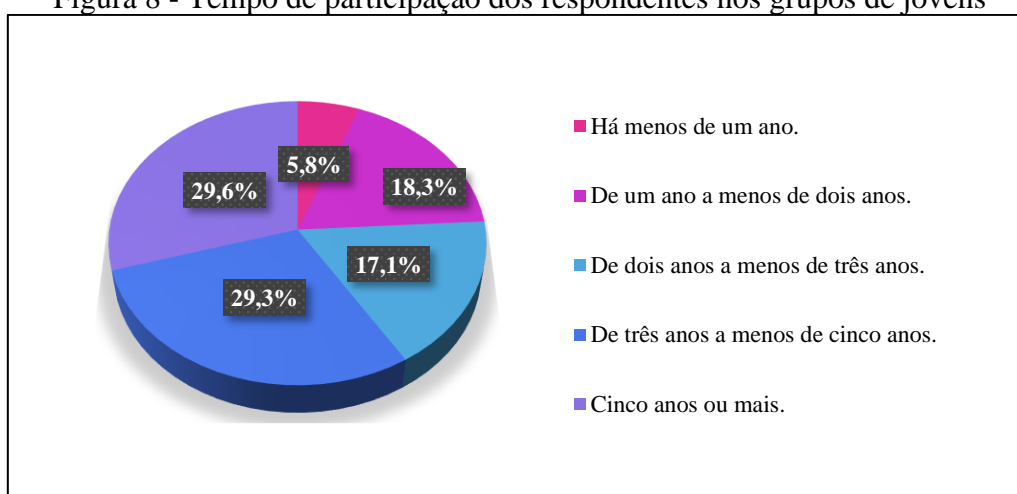


Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

³⁹ Os movimentos, pastorais e grupos de jovens da diocese podem ser encontrados no site: <http://www.diocesetoledo.org/>

No que diz respeito ao tempo de participação dos pesquisados em seus respectivos grupos de jovens, a maior porcentagem observada nas respostas indicou que eles frequentam o grupo há cinco anos ou mais, alcançando 29,6% do total. Aqueles que disseram integrar o seu grupo há, no mínimo três e menos de cinco anos somaram 29,3%. Os jovens que participavam de seu grupo em um período de dois a menos de três anos totalizaram 17,1%. A participação nos encontros juvenis em um período que compreende um ano a menos de dois anos correspondia a 18,3% dos respondentes e os que iniciaram a sua trajetória nesses movimentos a menos de um ano eram apenas 5,8% dos pesquisados (Figura 8).

Figura 8 - Tempo de participação dos respondentes nos grupos de jovens



Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

Em sequência, os jovens foram questionados sobre a sua idade, lembrando que se considerou jovens de quinze a vinte e nove anos, de acordo com a definição de juventude adotada pelo Brasil para a formulação de políticas públicas. Neste intervalo, observou-se que os participantes de grupos católicos juvenis têm idade diversificada. A idade dos jovens respondentes encontra-se na Tabela 4 e a maior parcela de pesquisados (11,78%) possuía 21 anos, a passo que a menor porcentagem deles (2,55%) tinha 29 anos. A concentração da maioria das juventudes ficou na faixa etária entre 19 e 23 anos, possibilitando inferir que se encontravam em idade universitária. A média de idade dos estudados foi de 21 anos.

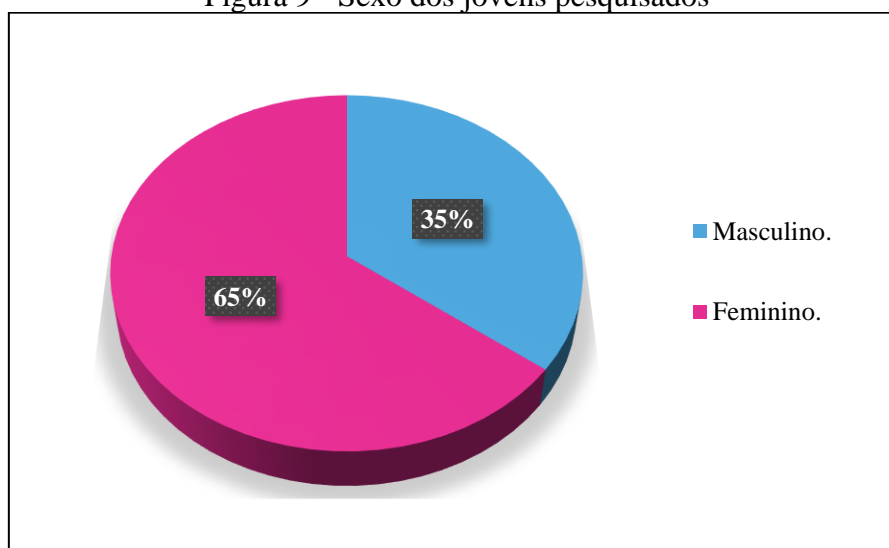
Tabela 4 - Idade dos jovens pesquisados

IDADE	Nº DE JOVENS	%
15	11	3,50%
16	26	8,28%
17	20	6,37%
18	19	6,05%
19	28	8,92%
20	32	10,19%
21	37	11,78%
22	27	8,60%
23	27	8,60%
24	26	8,28%
25	16	5,10%
26	16	5,10%
27	12	3,82%
28	9	2,87%
29	8	2,55%

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

Em relação ao sexo, observou-se a predominância do sexo feminino, configurando 65% dos respondentes. Portanto, os 35% restantes eram jovens do sexo masculino, de acordo com a Figura 9.

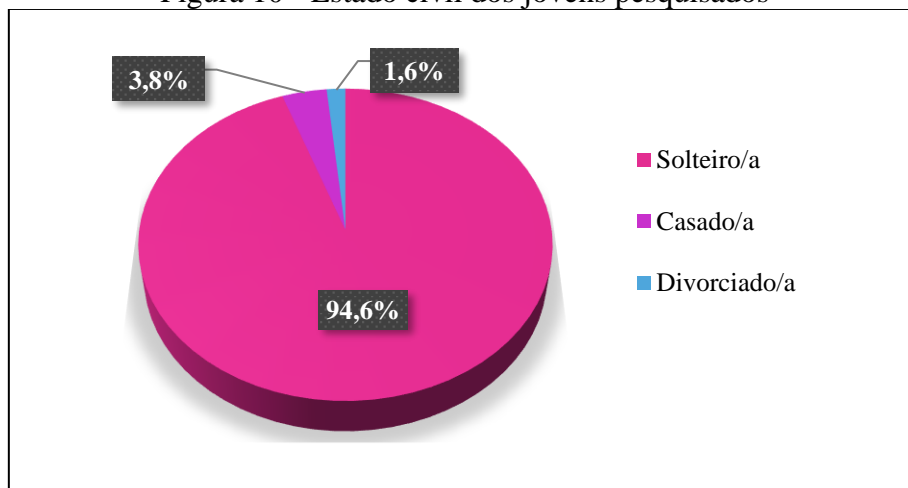
Figura 9 - Sexo dos jovens pesquisados



Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

Quanto ao Estado Civil dos pesquisados, conforme a Figura 10, identificou-se que a maioria deles era solteiro/a, configurando 94,6% das respostas. Apenas 3,8% destes jovens católicos eram casados/as e 1,6% eram divorciados/as. Dentre os respondentes não houve nenhuma resposta para a opção viúvo/a.

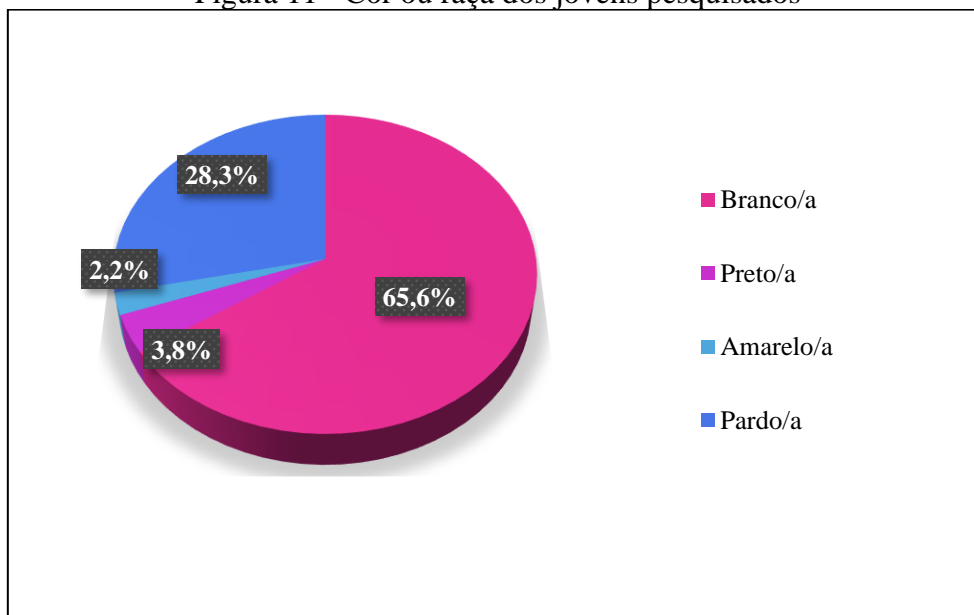
Figura 10 - Estado civil dos jovens pesquisados



Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

A respeito da cor ou raça com a qual os respondentes identificaram-se, 65,6% disseram serem brancos/as; 28,3% consideravam-se pardos/as; apenas 3,8% responderam que eram pretos/as e 2,2% se julgavam amarelos/as. Nenhum dos pesquisados indicou ser indígena, por isso esta opção não aparece na Figura 11.

Figura 11 - Cor ou raça dos jovens pesquisados



Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

Sobre a pergunta “Cidade em que reside”, a pesquisa abrangeu os dezenove municípios que integram a Diocese de Toledo. Entretanto, é válido destacar que as paróquias localizadas nas cidades de Entre Rios do Oeste, Ouro Verde do Oeste, Maripá

e Nova Santa Rosa não possuíam grupos de jovens, o que justifica a inexistência de respostas para estas alternativas. Outro fato relevante sobre esta questão é a possibilidade de que alguns jovens residam em uma determinada cidade, mas participem do grupo de jovens em um município vizinho, uma prática muito comum entre as referidas juventudes.

Conforme consta na Tabela 5, o maior percentual de pesquisados, os quais somam 26,11%, residiam na cidade de Toledo. Em sequência, aparece Assis Chateaubriand com 17,20% dos jovens em questão. Destacam-se, também, as cidades de Palotina e Mercedes, com respectivos 12,74% e 10,19% dos jovens respondentes.

Tabela 5 - Cidade de residência dos jovens pesquisados

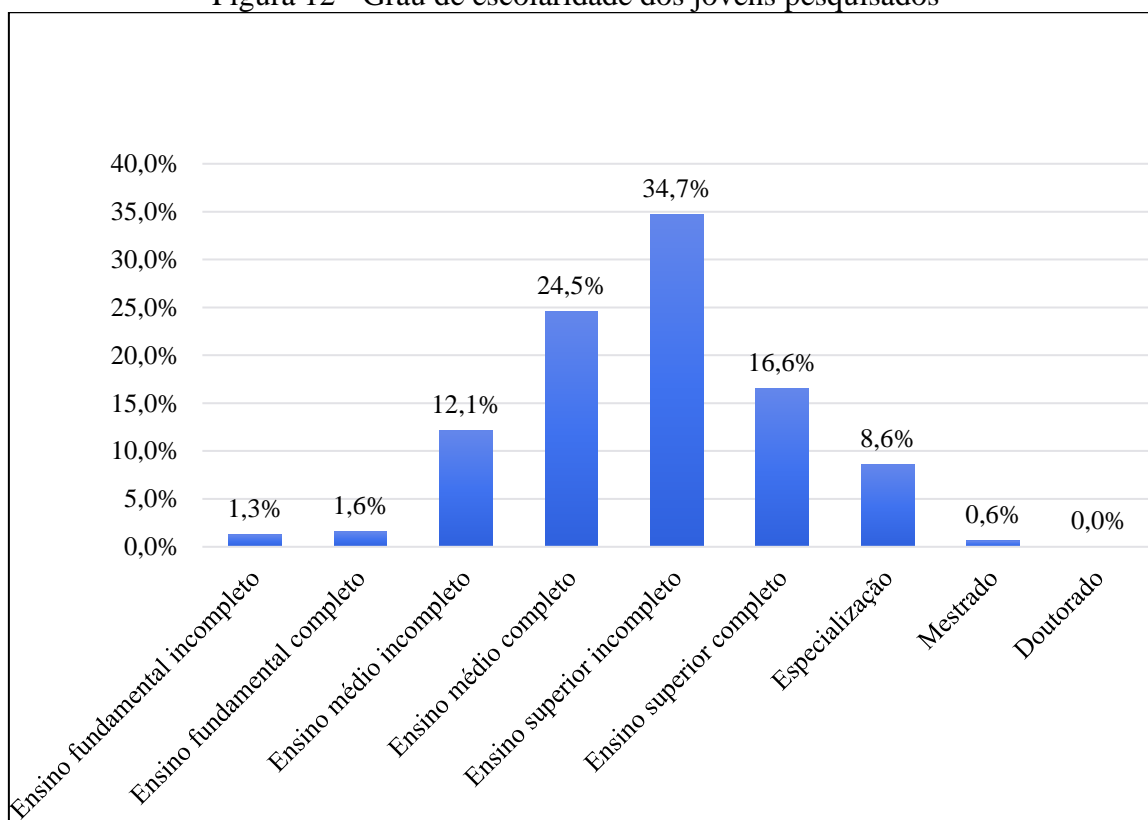
CIDADE	Nº DE JOVENS	%
Toledo	82	26,11%
Assis Chateaubriand	54	17,20%
Palotina	40	12,74%
Mercedes	32	10,19%
Marechal Cândido Rondon	19	6,05%
Nova Aurora	19	6,05%
Jesuítas	15	4,78%
Quatro Pontes	13	4,14%
Guaíra	9	2,87%
Tupãssi	9	2,87%
Iracema do Oeste	9	2,87%
Formosa do Oeste	5	1,59%
Terra Roxa	3	0,96%
Pato Bragado	2	0,64%
São Pedro do Iguaçu	2	0,64%
Nova Santa Rosa	1	0,32%
Maripá	0	0,00%
Entre Rios do Oeste	0	0,00%
Ouro Verde do Oeste	0	0,00%

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

O grau de escolaridade dos jovens católicos também é uma das variáveis que configura a pesquisa em questão. Conforme exposto na Figura 12, os jovens que afirmaram possuir “ensino superior incompleto” foram predominantes neste estudo, somando 34,7% do total. Em seguida, com 24,5% dos respondentes, apareceram os jovens com “ensino médio completo”; com 16,6% tem-se aqueles com “ensino superior completo”; e com 12,1% os jovens que atingiram o “ensino médio incompleto”. Com os menores percentuais, identificaram-se os jovens que disseram possuir “especialização”,

sendo 8,6% dos pesquisados; os que possuíam “ensino fundamental completo” com 1,6%; os que tinham “ensino fundamental incompleto” com 1,3%; e os que assinalaram a opção “mestrado” com 0,6% do total. A partir desta questão, pode-se verificar uma relação com a faixa etária prevalecente na pesquisa, uma vez que, demonstrou-se mais uma vez, que a maioria dos participantes dos Grupos de Jovens Católicos estão em idade universitária.

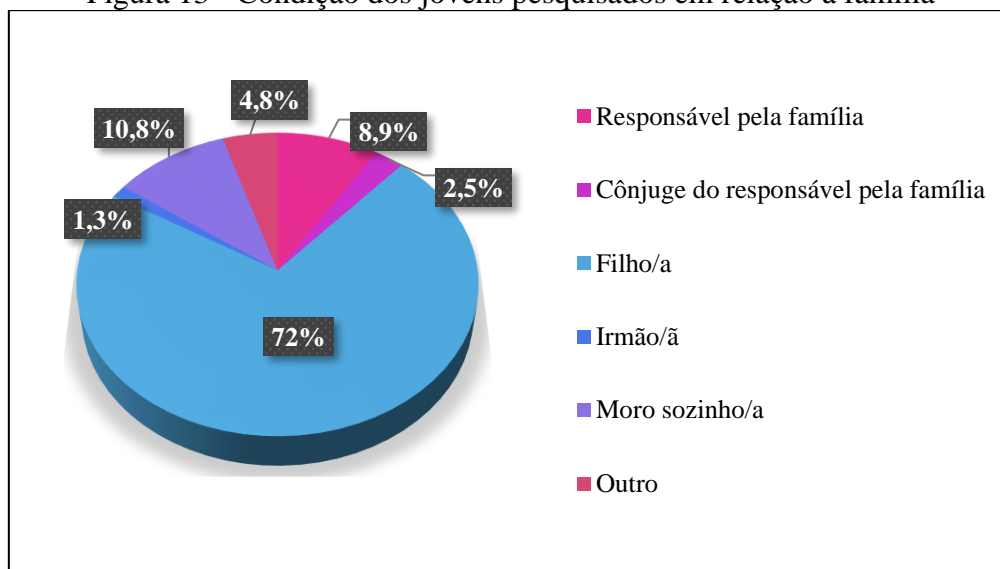
Figura 12 - Grau de escolaridade dos jovens pesquisados



Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

Os jovens pesquisados também foram questionados a respeito de sua condição em relação à sua família. Os resultados estão expressos na Figura 13, a qual demonstra que a maioria dos jovens católicos respondentes afirmou estar na condição de “filho”, somando expressivos 72% do total. Em sequência, aparecem os que disseram “morar sozinho” alcançando 10,8% do total e que os assinalaram a opção “responsável pela família” com 8,9% dos participantes do estudo. A opção “outro” obteve 4,8% das respostas; 2,5% dos jovens disseram ser “cônjuge da pessoa responsável” pela gestão da família e, por fim, 1,3% afirmou ser “irmão” do chefe de família. A partir destes resultados, observa-se que a predominância dos jovens em questão não é o principal responsável por prover a renda da família.

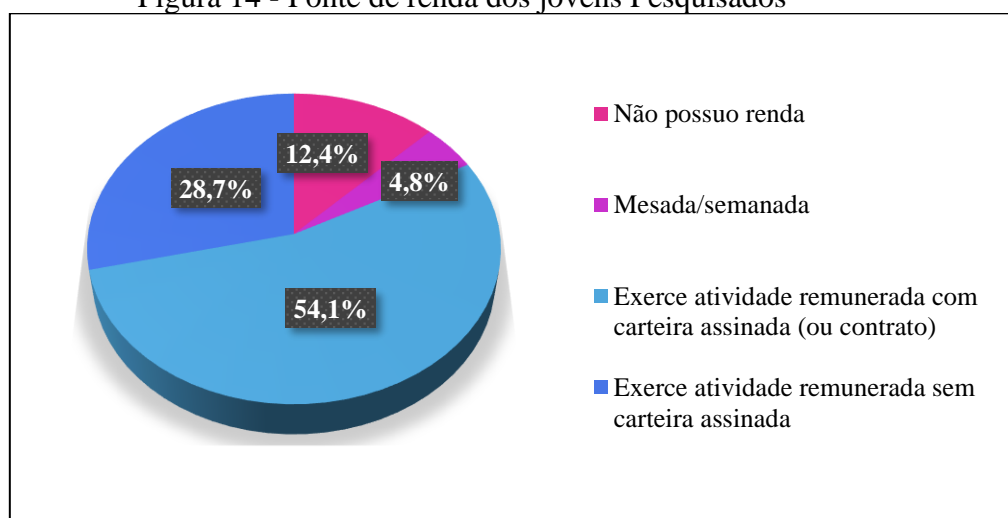
Figura 13 - Condição dos jovens pesquisados em relação à família



Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

Já em relação à fonte de renda dos jovens pesquisados, conforme consta na Figura 14, a maioria das respostas indicou que eles exercem atividade remunerada com carteira assinada (54,1% do total). Em segundo lugar, 28,7% dos respondentes disseram exercer atividade remunerada, porém sem registro em carteira de trabalho. Ainda, 12,4% do total dos jovens disse não possuir renda e apenas 4,8% recebiam mesada ou semanada. Percebe-se, assim, que apesar de não exercer uma função de maior responsabilidade em suas famílias, os participantes de grupos juvenis, em sua maioria, possuem renda e precisam estabelecer uma relação saudável com o dinheiro.

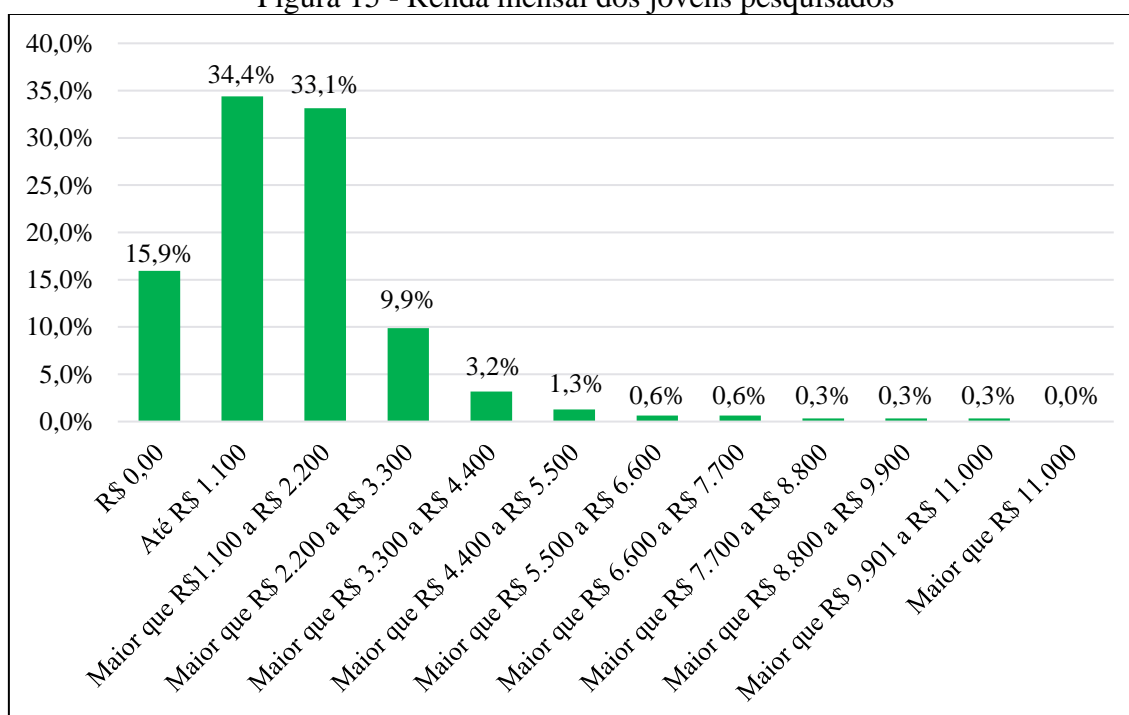
Figura 14 - Fonte de renda dos jovens Pesquisados



Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

A análise a respeito da renda mensal dos jovens pesquisados indicou que a maioria dos participantes do estudo, isto é, 34,4% deles, possuía renda de até um salário-mínimo⁴⁰. Em sequência, aparecem 33,1% dos entrevistados, os quais afirmaram possuir rendimento maior que um, até dois salários-mínimos, seguidos de 15,9% que não possuíam nenhum tipo de receita financeira. A juventude que respondeu receber mais que dois, até três salários-mínimos somou 9,9% do total e a que disse receber mais que três, até quatro salários-mínimos diz respeito a 3,2%. Com 1,3% das respostas aparecem os que ganhavam mais que quatro, até cinco salários. Os jovens que responderam às opções “mais do que cinco até seis salários-mínimos” e “mais do que seis até sete salários-mínimos” dizem respeito a 0,6% do total de respondentes. Por fim, aqueles que declararam receber mais que sete, até dez salários-mínimos somaram 0,3% dos entrevistados. Nenhum dos respondentes afirmou ter uma renda superior à dez salários-mínimos, conforme pode ser visualizado na Figura 15.

Figura 15 - Renda mensal dos jovens pesquisados



Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

Quando observada conjuntamente à idade dos pesquisados, compreende-se por que as maiores faixas pessoais de renda estão entre zero e dois salários-mínimos, isso ocorre pois os jovens estudados encontram-se principalmente em idade universitária,

⁴⁰ O salário-mínimo em vigor no Brasil durante o desenvolvimento desta pesquisa era de R\$ 1.100,00.

período em que se costuma ingressar no mercado de trabalho e inicia-se a vida financeira dos jovens, com patamares mais baixos de renda.

Ainda sobre a variável renda, os jovens foram questionados sobre a sua renda familiar total. Os resultados estão expressos na Figura 16 e pode-se ver que o rendimento de “mais de dois até três salários-mínimos” aparece com maior porcentagem entre as famílias das juventudes estudadas (18,2%). Em segundo lugar destaca-se o percentual de 17,5% para as famílias em que a renda mensal era de “mais de três até quatro salários-mínimos”. Quase empatadas aparecem as unidades familiares que compreendem as faixas de renda “mais do que um até dois salários-mínimos” (12,4%) e “mais do que quatro até cinco salários-mínimos” (12,7%). Seguindo a classificação, aparecem as famílias: “mais do cinco até seis salários-mínimos” com 7,6% dos respondentes; “mais do que seis até sete salários-mínimos” alcançando 7% dos pesquisados; “mais do que sete até oito salários-mínimos” para 6,7% da amostra; “mais do que dez salários-mínimos” totalizando 5,4% do total de respostas; “mais do que nove até dez salários-mínimos” foi a opção escolhida por 4,5% dos jovens estudados. Por fim, com as menores taxas, aparecem as alternativas: “mais do que oito até nove salários-mínimos” com 3,8%; “até um salário-mínimo” com 2,9% e “minha família não possui renda” com 1,3% das respostas. Observa-se que as respostas mais assinaladas compreendem os intervalos que vão de mais de um até cinco salários-mínimos, somando 60,8% dos respondentes. Segundo o Critério de Classificação Econômica do Brasil, as famílias brasileiras pertencentes à classe B2 têm uma renda média de R\$ 5.721,72 e as famílias da classe C1 possuem renda média de R\$ 3.194,33. Ou seja, a maioria dos jovens pesquisados está inserida na classe C do *status* socioeconômico, o que torna ainda mais relevante aprimorar conhecimentos sobre Educação Financeira e controle das finanças (ABEP, 2019).

Figura 16 - Renda familiar dos jovens pesquisados



Fonte: Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

De forma geral, a observação do perfil socioeconômico da Juventude Católica da Diocese de Toledo, possibilita inferir que: a maior porcentagem dos jovens pesquisados participa de grupos da espiritualidade “Pastoral da Juventude” e frequenta os encontros juvenis há mais de cinco anos. Além disso, identificou-se que a idade média entre os estudados é de 21 anos, que predomina o sexo feminino, que o maior percentual deles reside em Toledo e que o estado civil que prevalece é “solteiro”. A maior porcentagem dos jovens entrevistados identificou-se como “branco/a”, afirmou que sua condição em relação à família é de “filho”, afirmou que cursa o ensino superior, que exerce atividade remunerada com carteira assinada (ou contrato), que tem renda mensal pessoal de até um salário-mínimo e renda familiar “maior que dois e até três salários-mínimos”.

5.2 NÍVEL DE BEM-ESTAR FINANCEIRO DOS JOVENS PESQUISADOS

O segundo bloco do questionário desta pesquisa contempla as questões de número treze a vinte e dois e identifica qual o nível de bem-estar financeiro (BEF) dos jovens participantes da pesquisa através da metodologia desenvolvida pelo *Consumer Financial Protection Bureau* (CFPB). Na sequência, tem-se a análise do índice de bem-estar

financeiro e, em seguida, relaciona-se este índice com as variáveis socioeconômicas descritas no bloco anterior.

O bem-estar financeiro (BEF), identifica uma situação em que uma pessoa se sente confortável com as suas finanças tanto nas decisões presentes, como futuras, possuindo liberdade para fazer escolhas sem desequilíbrios financeiros e prejuízos a sua vida. Vale salientar que a escala desenvolvida pelo CFPB, a qual foi utilizada neste trabalho, tem uma pontuação máxima de 100. Quanto mais próxima de 100 é a pontuação de um indivíduo, maior é o seu grau de bem-estar financeiro, conforme está descrito na metodologia.

Na Tabela 6 é possível observar que, em primeiro lugar, aparece a pontuação 54, alcançada por 7,96% dos pesquisados. Na segunda colocação está o nível 56, que corresponde a 7,64% dos jovens estudados e na sequência aparece o nível 51, com 6,69% dos entrevistados.

Tabela 6 - Nível de bem-estar financeiro dos jovens pesquisados (continua)

NÍVEL DE BEF	NÚMERO DE JOVENS	% DE JOVENS
31	1	0,32%
32	1	0,32%
35	1	0,32%
37	5	1,59%
38	4	1,27%
40	4	1,27%
41	3	0,96%
42	4	1,27%
44	6	1,91%
45	11	3,50%
46	9	2,87%
47	14	4,46%
49	9	2,87%
50	16	5,10%
51	21	6,69%
52	19	6,05%
54	25	7,96%
56	24	7,64%
57	18	5,73%
58	18	5,73%
60	13	4,14%
61	12	3,82%
62	9	2,87%
63	17	5,41%
65	17	5,41%
66	12	3,82%
68	5	1,59%
69	8	2,55%
71	4	1,27%

			(continuação)
73	1		0,32%
75	2		0,64%
81	1		0,32%
TOTAL	314		100%

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

Conforme demonstra o Quadro 5, o nível médio de bem-estar financeiro dos jovens católicos da Diocese de Toledo é de 55 pontos, estando apenas alguns níveis acima da média da escala. O nível de BEF identificado entre estas juventudes, também está acima da média nacional de 47,3 pontos, conforme pesquisa realizada pelo SPC Brasil (2019b).

Apesar dos resultados observados estarem acima da pontuação média, o nível de bem-estar com relação às finanças ainda pode apresentar melhora, ainda mais levando-se em consideração que os pesquisados se encontram na fase inicial do seu ciclo de vida econômico. Por isso, a importância de projetos e pesquisas voltados à temática da Educação Financeira.

Quadro 5 - Nível médio de bem-estar financeiro dos jovens pesquisados

NÍVEL DE BEF	NÚMERO DE JOVENS	MÉDIA	DESVIO-PADRÃO
	314	55	8,40

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

A média do nível de bem-estar financeiro dos jovens pesquisados, de acordo com a espiritualidade do grupo de jovens em que participavam pode ser observado na Tabela 7. Identificou-se, assim, que a maior média para o nível de BEF estava entre os participantes dos grupos do movimento “Cursilho Jovem” com 57 pontos. Na sequência, aparecem os jovens que frequentavam a “Juventude Mariana Vicentina” e o “Ministério Universidades Renovadas da RCC” com uma média de 56 pontos. Com uma pontuação média de 55 pontos estavam os “Grupos Paroquiais” e os pesquisados da “Pastoral da Juventude”. A juventude do “Ministério Jovem da RCC” obteve uma média de 44 pontos na escala de BEF. O único participante da “Pastoral da Juventude Marista” atingiu uma média de 35 pontos.

Vale lembrar que os participantes de grupos de Pastoral da Juventude, geralmente, realizam atividades de “projeto de vida” as quais tratam de várias temáticas, como as

sociais e financeiras. Por isso, esperava-se que eles obtivessem os níveis mais elevados de BEF, o que não foi observado.

Tabela 7 - Nível médio de bem-estar financeiro dos jovens, de acordo com a espiritualidade do grupo de jovens em que participavam⁴¹

ESPIRITUALIDADE	Média de BEF	Desvio-Padrão	Frequência
Cursilho Jovem	57	9,1886008	39
Juventude Mariana Vicentina (JMV)	56	7,9943162	12
Ministério Jovem da RCC	54	7,9095705	66
Ministério Universidades Renovadas da RCC	56	8,1206185	9
Pastoral da Juventude	55	8,6922138	125
Pastoral da Juventude Marista	35	0	1
Grupo paroquial	55	7,7084122	62

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

Outra variável destacada em conjunto com o nível de BEF foi o tempo de participação dos jovens em seus respectivos grupos católicos, conforme demonstra-se na Tabela 8. Para esta análise, esperava-se que os pesquisados que frequentam seus grupos há mais tempo, teriam mais oportunidades de realizar atividades diferentes, aumentando a probabilidade de contato com dinâmicas que envolvam as questões financeiras. Entretanto, evidencia-se que os níveis médios de bem-estar financeiro ficaram entre 54 e 55 pontos, os primeiros sendo alcançados por quem participa do grupo há menos de um ano e há cinco anos ou mais; e os últimos envolvendo a faixa de um ano a menos de cinco anos de frequência. Nesse aspecto, a variável “tempo de participação no grupo” não parece causar impacto significativo na relação financeira dos jovens estudados.

Tabela 8 - Nível médio de bem-estar financeiro dos jovens, de acordo com o tempo de participação no grupo

TEMPO DE PARTICIPAÇÃO NO GRUPO	Média de BEF	Desvio-Padrão	Frequência
Há menos de um ano	54	8,2952069	18
De um ano a menos de dois anos	55	9,9043686	53
De dois anos a menos de três anos	55	6,9236795	56
De três anos a menos de cinco anos	55	8,4792875	93
Cinco anos ou mais	54	8,3504035	94

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

⁴¹ Nas tabelas 7 a 17, para facilitar a comparação com a escala desenvolvida pelo CFBP, as médias foram arredondadas.

Na Tabela 9 tem-se o nível médio de bem-estar financeiro dos jovens pesquisados, de acordo com a idade. Identifica-se que a menor média para o nível de BEF ocorreu entre os jovens de 27 anos (50 pontos), enquanto a média mais elevada foi observada entre os pesquisados de apenas 16 anos (61 pontos). Sobre os demais resultados observados, tem-se que: com média de 52 pontos na escala de BEF estão os pesquisados de 22 anos; com média 54 tem-se os jovens de 18, 20, 21 e 28 anos; com média 56 aparecem os estudados de 15, 19 e 24 anos; com média 57 está a juventude de 17 e 25 anos e com média 59 pontos encontram-se os entrevistados de 29 anos. Portanto, os níveis de BEF não obedeceram a nenhum padrão relacionado com a faixa etária.

Chama a atenção os níveis médios de BEF mais elevados e identificados em pesquisados mais jovens, como a pontuação 61 entre os respondentes de 17 anos. Pode-se inferir que isto ocorre pelo fato de eles, geralmente, não serem os principais responsáveis pelas finanças familiares e não necessitarem comprometer toda a sua renda com despesas corriqueiras.

Tabela 9 - Nível médio de bem-estar financeiro dos jovens, de acordo com o tempo de participação no grupo

IDADE	Média de BEF	Desvio-Padrão	Frequência
15	56	5,6084352	11
16	61	5,2548878	26
17	57	6,4991902	20
18	54	4,0803337	19
19	56	5,4659843	28
20	54	8,5071128	32
21	54	9,5349838	37
22	52	9,4540183	26
23	55	9,0991687	27
24	56	8,8513363	26
25	57	10,943605	16
26	51	7,2191874	16
27	50	6,630965	12
28	54	7,339013	9
29	59	13,956565	8

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

Em sequência foram calculados os níveis médios de BEF, de acordo com o sexo informado pelos pesquisados. Tanto os jovens de sexo masculino, quanto os de sexo feminino obtiveram em média, 55 pontos na escala de bem-estar financeiro, conforme visualiza-se na Tabela 10.

Tabela 10 - Nível médio de bem-estar financeiro dos jovens, de acordo com o sexo

SEXO	Média de BEF	Desvio-Padrão	Frequência
Masculino	55	8,2823733	111
Feminino	55	8,4746006	203

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

O nível de bem-estar financeiro também foi averiguado a partir do estado civil das juventudes católicas. A média dos que declararam serem solteiros foi de 55 pontos e entre os que disseram serem casados alcançou-se uma média de 58 pontos. O menor nível médio de BEF foi visualizado entre os divorciados, que obtiveram 51 pontos, conforme Tabela 11. Pode-se entender que o fator de influência sobre o nível mais elevado de BEF entre os casados, justifica-se por uma renda familiar composta pela contribuição de um maior número de pessoas. Provavelmente essa renda seja mais elevada, o que proporciona mais segurança, maior liberdade na tomada de decisões e, conseqüentemente, um aumento no nível de BEF.

Tabela 11 - Nível médio de bem-estar financeiro dos jovens, de acordo com o estado civil

ESTADO CIVIL	Média de BEF	Desvio-Padrão	Frequência
Solteiro/a	55	8,4290423	297
Casado/a	58	8,7329921	12
Divorciado/a	51	1,7888544	5

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

Com relação à cor/raça declarada pelos pesquisados, as maiores médias de níveis de BEF estão entre as pessoas que afirmaram serem “amarelos/as”, com 58 pontos. Em segundo lugar aparecem os “brancos/as”, com uma pontuação média de 56. Por fim aparecem os “pardos/as” com um BEF que alcançou média de 54 pontos e os “pretos/as” com média de apenas 53 pontos, conforme pode ser visto na Tabela 12.

Tabela 12 - Nível de bem-estar financeiro dos jovens, de acordo com a cor ou raça

COR/RAÇA	Média de BEF	Desvio-Padrão	Frequência
Branco/a	56	8,4988835	206
Preto/a	53	8,1515011	12
Amarelo/a	58	2,8535692	7
Pardo/a	54	8,4156574	89

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

No estudo a respeito da discriminação por cor na região Sul do Brasil, os indivíduos brancos e amarelos alcançaram maiores níveis de renda e escolaridade do que os pretos e pardos (MAIA *et al.*, 2018). Da mesma maneira, observa-se que os jovens com

maiores grau de BEF são os brancos e amarelos, coincidentemente os que alegaram receber os maiores salários e declararam os maiores graus de escolaridade. Considerando que o nível de bem-estar financeiro, contempla aspectos da renda presente, a qual é influenciada pela escolaridade, observa-se um hiato entre os jovens brancos e não brancos, evidenciando as disparidades socioeconômicas entre raças neste estudo, assim como se observa no Brasil.

Outra variável relevante para este estudo é a cidade de residência dos jovens pesquisados, tendo em vista que a Diocese é composta por dezenove municípios, dos quais dezesseis possuem grupos de jovens em atividade. De acordo com a Tabela 16, as médias municipais de BEF ficaram entre 51 e 60 pontos. O menor nível médio de bem-estar financeiro foi observado para o único respondente da cidade de Nova Santa Rosa, com 51 pontos. A maior média de BEF foi registrada entre os residentes de Quatro Pontes que alcançaram uma pontuação de 60. A média que mais se repetiu foi a de 56 pontos observada nas cidades de: Toledo, Terra-Roxa, Tupãssi e Nova Aurora.

Tabela 13 - Nível médio de bem-estar financeiro dos jovens, de acordo com a cidade de residência

CIDADE	Média de BEF	Desvio-Padrão	Frequência
Toledo	56	8,5516744	82
Guaíra	54	7,0356236	9
Terra Roxa	56	5,2915026	3
Palotina	54	7,3204578	40
Mercedes	58	7,0436428	32
Nova Santa Rosa	51	0	1
Marechal Cândido Rondon	53	10,583005	19
Quatro Pontes	60	6,8491062	13
Pato Bragado	55	2,1213203	2
São Pedro do Iguaçu	52	17,67767	2
Assis Chateaubriand	52	9,5187483	54
Tupãssi	56	3,9086798	9
Nova Aurora	56	7,9923209	19
Jesuítas	52	5,1251016	15
Formosa do Oeste	55	8,8769364	5
Iracema do Oeste	55	1,103152	9

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

Sobre as cidades de residência dos jovens católicos chama a atenção o alcance da média 60 de BEF para Quatro Pontes, pois de acordo com o IBGE (2010) esta cidade também possui a terceira maior renda *per capita* do Paraná. Outro dado relevante sobre este município é o seu nível de IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

(2010) - que é o terceiro maior do estado. Tendo em vista que os indicadores presentes no IDH-M, como a renda, a longevidade e a educação contribuem para uma alta da qualidade de vida, pode-se justificar o fato de os jovens que residentes nesta cidade sentirem-se mais confortáveis com as questões financeiras presentes e futuras e, conseqüentemente, alcançarem um índice mais elevado de bem-estar financeiro.

No que diz respeito ao grau de BEF relacionado ao nível de escolaridade dos jovens pesquisados, sua média variou de 53 a 60 pontos. Os resultados para esta variável foram bastante divergentes. As pontuações mais baixas foram observadas entre os estudantes de ensino super incompleto e ensino médio completo. Curiosamente, os jovens com ensino médio incompleto alcançaram 60 pontos, a média para o BEF nesta pesquisa.

A partir destes resultados, diferente do que se esperava, identificou-se que um nível mais elevado de escolaridade não implica necessariamente em maior grau de bem-estar financeiro. Tal evidência só demonstra a necessidade da inclusão de disciplinas que trabalhem uma educação voltada às finanças em diferentes graus de ensino. Além disso, é válido salientar que o alto nível de BEF entre os estudantes do ensino fundamental pode ser uma consequência do ensino de Educação Financeira que iniciou seu projeto piloto em 2020 na rede estadual de escolas do Estado do Paraná⁴².

Tabela 14 - Nível de bem-estar financeiro dos jovens, de acordo com sua escolaridade

ESCOLARIDADE	Média de BEF	Desvio Padrão	Frequência
Ensino fundamental	56	5,464532	9
Ensino médio incompleto	60	5,755880	38
Ensino médio completo	54	7,869254	77
Ensino superior incompleto	53	7,913738	109
Ensino superior/pós-graduação	55	10,036246	81

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

Também se verificou a média de BEF dos jovens pesquisados em relação à sua condição na família. De acordo com a Tabela 15, as médias de BEF variaram de 53 a 56 pontos e as maiores pontuações foram observadas para as categorias de responsáveis pela família e seus cônjuges com 56 pontos. Entre os que se declararam filho/as a média foi de 55 pontos e para as demais classificações, a média observada foi de 53 pontos de BEF.

⁴² “O Paraná foi o Estado escolhido, na Região Sul, para ofertar em 2020 o projeto-piloto fruto de uma parceria entre a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte e o Banco Central que vai incluir Educação Financeira no currículo do Ensino Fundamental da rede estadual”. Reportagem completa disponível em: <<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=104864&tit=Parana-vai-incluir-educacao-financeira-na-rede-estadual>>. Acesso em: 31 mai. 2021.

Ou seja, pode-se identificar que as condições de responsável ou cônjuge e, de filho/a, obtiveram médias de BEF muito semelhantes. Para os primeiros a explicação pode estar associada com o fator renda, que tende a ser mais elevada quando se é chefe de família, já para os últimos, a despreocupação financeira com a responsabilidade de despesas pode contribuir para um nível de bem-estar financeiro mais elevado.

Tabela 15 - Nível de bem-estar financeiro dos jovens, de acordo com a sua condição em relação a família

CONDIÇÃO FAMILIAR	Média de BEF	Desvio-Padrão	Frequência
Responsável ou Cônjuge	56	88.858.725	36
Filho/a	55	83.349.072	226
Outro/a	53	80.895.478	52

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

Uma vez que o nível de bem-estar-financeiro é constituído por questões que envolvem o planejamento das finanças, como a capacidade de suportar imprevistos econômicos e a liberdade para tomar decisões, a identificação da renda pessoal e familiar das juventudes estudadas são fundamentais para este estudo. Sendo assim, a média de BEF, de acordo com a renda dos jovens católicos participantes da pesquisa está descrita na Tabela 16. Os níveis médios de BEF verificados variaram de 54 pontos, para os jovens que ganhavam até um salário-mínimo, a 58 pontos para os pesquisados que declararam receber entre R\$ 2.200 e R\$ 3.300. Diferentemente do esperado, os maiores níveis de BEF não foram observados entre aqueles que detinham os maiores níveis de renda, evidenciando que somente um aumento de renda não garante um relacionamento saudável com o dinheiro. Isto reforça a importância da Educação Financeira e do planejamento das finanças.

Tabela 16 - Nível de bem-estar financeiro dos jovens, de acordo com a sua renda

RENDA PESSOAL MENSAL	Média de BEF	Desvio-Padrão	Frequência
Até R\$ 1.100	54	8,2598222	158
Mais que R\$1.100 até R\$ 2.200	55	7,9584198	104
Mais que R\$ 2.200 até R\$ 3.300	58	9,3101864	31
Mais que R\$ 3.300 até R\$ 5.500	56	9,2287773	14
Mais que R\$ 5.000	55	11,066896	7

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

Sobre a renda familiar dos respondentes, identificaram-se as respostas dispostas na Tabela 17, as quais indicam que o nível médio de BEF variou de 53 a 60 pontos. Com exceção dos que declararam renda mensal familiar de até um salário-mínimo e

alcançaram um nível médio de BEF de 54, observa-se que esta variável apresenta um comportamento crescente. Entre os jovens cujas famílias tinham renda maior que um salário-mínimo e de até quatro salários-mínimos, o BEF médio atingiu 53 pontos. A partir daí, aumentou para 56 pontos, depois para 57 e finalmente 60 pontos, para os jovens cujas famílias tinham renda superior a nove salários-mínimos. Portanto, sobre o aspecto “renda familiar”, o bem-estar financeiro demonstrou um comportamento de elevação no mesmo sentido desta renda, o que é diferente do observado na Tabela 16. Isto pode ser uma indicação de que jovens inseridos em famílias com renda estável e alta sentem-se mais confortáveis com relação a questões financeiras, mesmo quando sua renda individual não oferece esta possibilidade. Além disso, entende-se que existe maior segurança e liberdade proporcionada a uma família, quando mais membros dela são detentores de renda e contribuem para o pagamento das despesas familiares e para o planejamento futuro das finanças.

Tabela 17 - Nível de bem-estar financeiro dos jovens, de acordo com a renda familiar

RENDA FAMILIAR MENSAL	Média de BEF	Desvio Padrão	Frequência
Até R\$ 1.100	54	8,2259751	13
Mais que R\$ 1.100 até R\$ 4.400	53	7,8646778	151
Mais que R\$ 4.400 até R\$ 7.700	56	7,7897562	86
Mais que R\$ 7.700 até R\$ 9.900	57	9,3329613	33
Mais que R\$ 9.900	60	8,833100	31

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

Neste estudo, identificou-se que a média de BEF das juventudes católicas pesquisadas era de 55 pontos. No cruzamento do nível médio de bem-estar financeiro e as demais variáveis socioeconômicas percebeu-se que os jovens com maior média de BEF eram: os participantes do movimento Cursilho Jovem, que tinham 27 anos, casados/as, que se declararam brancos/as e amarelos/as, que residiam em Quatro Pontes, que estavam cursando ensino médio, aqueles responsáveis pela família ou seus cônjuges, e aqueles que possuíam um rendimento familiar de superior a nove salários-mínimos. Tanto o tempo de participação no grupo de jovens, quanto o gênero pareceram não influenciar a média de BEF. Uma vez que esta pesquisa tem caráter exploratório, não se pode fazer inferências estatísticas com os dados obtidos na aplicação dos questionários, mas evidenciou-se a importância da Educação Financeira para jovens de todos os níveis sociais e econômicos que participam de grupos de jovens católicos.

5.3 VIESES E HEURÍSTICAS DA ECONOMIA COMPORTAMENTAL

No terceiro bloco do questionário deste estudo foi feito o levantamento de algumas *heurísticas e vieses* da Economia Comportamental. Para a maioria das questões foi utilizada uma medição de Escala Likert de sete pontos, onde a resposta *zero* significa “discordo totalmente” e a alternativa *seis* quer dizer “concordo totalmente”. As três últimas questões foram de múltipla escolha. Tendo em vista que algumas questões tratam do mesmo *viés* ou *heurística* comportamental, as perguntas não serão analisadas conforme a ordem de aplicação, mas de acordo com as semelhanças entre os fatores (vieses) observados.

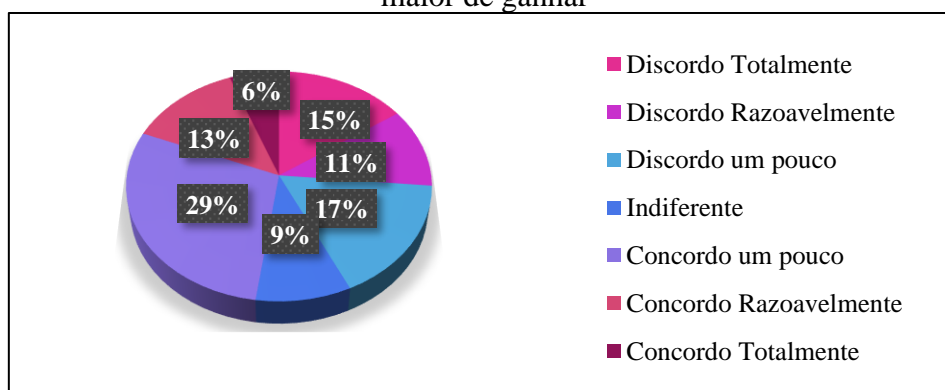
Nesta parte do capítulo também constam análises das *heurísticas e vieses* cruzados com o nível médio de bem-estar financeiro dos pesquisados.

5.3.1 Análise das *heurísticas e vieses*

As questões vinte e três e vinte e seis do questionário tratam do *viés de aversão à perda* e possuem finalidade semelhante. Entretanto existe uma diferença em seus enunciados e, conseqüentemente, nos resultados obtidos, conforme demonstram as Figuras 17 e 18.

A questão 23 têm enfoque no comportamento dos indivíduos, afirmando: “em um investimento arrisco (ou arriscaria) perder se existe uma chance maior de ganhar”. Os resultados indicaram que a maior porcentagem de respondentes disse concordar um pouco com afirmação (29% do total), enquanto apenas 6% disseram concordar totalmente com o enunciado, de acordo com a Figura 17.

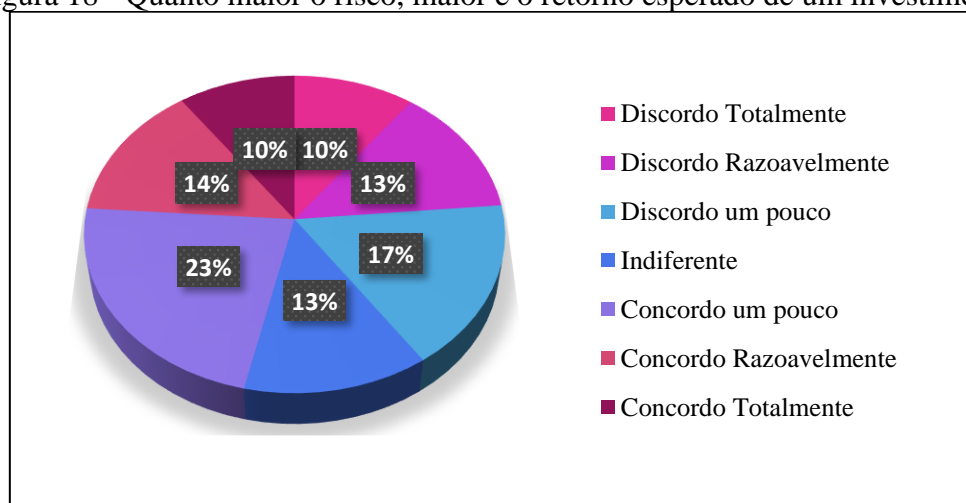
Figura 17 - Em um investimento arrisco (ou arriscaria) perder se existe uma chance maior de ganhar



Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

Na questão 26, conforme se ilustra na Figura 18, observa-se um conceito norteador do mercado financeiro sob a forma de um enunciado comum na linguagem das finanças: “quanto maior o risco, maior é o retorno esperado de um investimento”. O objetivo principal desta questão é verificar a presença de conhecimentos básicos de Educação Financeira. Assim como no questionamento anterior, o maior percentual de pesquisados (23% do total) disse concordar um pouco com a afirmação da questão. Em último lugar, empatados com 10% dos respondentes cada, apareceram as alternativas: “concordo totalmente” e “discordo totalmente”.

Figura 18 - Quanto maior o risco, maior é o retorno esperado de um investimento



Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

Apesar das divergências entre as respostas expostas nas Figuras 17 e 18, as medidas de estatística descritiva das questões, demonstram uma semelhança entre as estas variáveis, sendo a média a única exceção, conforme demonstram os Quadros 6 e 7. Para compreensão destas medidas de estatística descritiva é importante salientar que as categorias de respostas foram enumeradas, assim, os números demonstrados nas próximas análises segue a seguinte legenda: 0) Discordo Totalmente; 1) Discordo Razoavelmente; 2) Discordo um pouco; 3) Indiferente; 4) Concordo um pouco; 5) Concordo Razoavelmente; e 6) Concordo Totalmente.

Quadro 6 - Em um investimento arrisco (ou arriscaria) perder se existe uma chance maior de ganhar

QUESTÃO 23	Média	Moda	Mediana	Desvio-Padrão
	2	4	3	1,819451

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

De acordo com o Quadro 5, na questão 23 a média entre os respondentes foi a opção dois: “discordo um pouco”, o Desvio-Padrão foi de aproximadamente 1,81. A resposta mais escolhida pelos pesquisados foi “concordo um pouco” e a mediana apresentada foi 3.

Já quando se observa o Quadro 7, sobre a questão de número 26, a média indicou a opção “indiferente” e o Desvio-Padrão também foi 1,81. A média e a mediana foram as mesmas da questão 23.

Quadro 7 - Quanto maior o risco, maior é o retorno esperado de um investimento

QUESTÃO 26	Média	Moda	Mediana	Desvio-Padrão
	3	4	3	1,817426

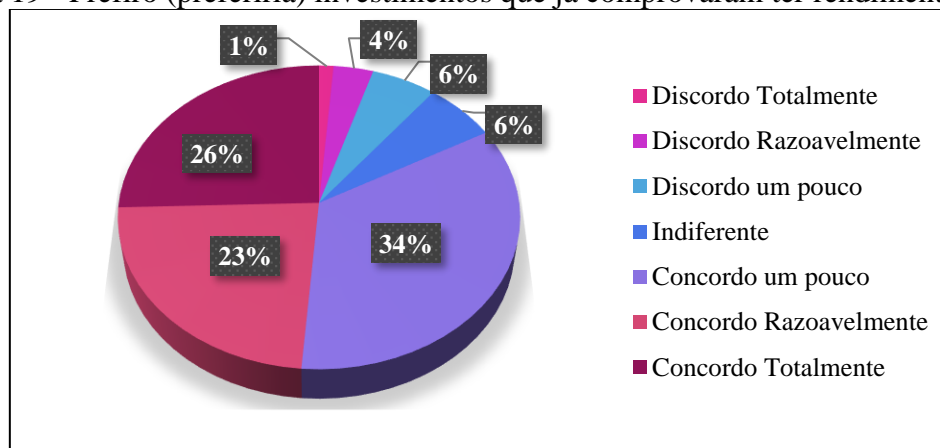
Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

A partir destes resultados, ficam evidentes os aspectos referentes ao *viés da aversão à perda*, de acordo com o qual, os agentes econômicos sentem maiores impactos com uma perda se comparada à um ganho da mesma magnitude. Assim, as questões 23 e 26 ao salientarem as possibilidades de ganho e perda em transições financeiras, identificam a presença deste *viés*.

Por isso, considerando o referido *viés*, para ambas as questões, a resposta mais adequada seria “concordo totalmente”, uma vez que ela expressa que o jovem respondente conseguiu identificar com clareza a relação entre risco e retorno, característica inerente do mercado financeiro. Ocorre que esta foi a opção que obteve menor percentual de respostas. A resposta média foi “indiferente” e a mediana foi “concordo um pouco”. A partir daí, pode-se inferir que, para os jovens em questão, existe falta de conhecimentos básicos sobre finanças.

As questões 24 e 31 abordam a *heurística da representatividade*, de acordo com a qual, os indivíduos tomam decisões através da semelhança observada com eventos semelhantes já ocorridos. Na Figura 19 observa-se as respostas para a afirmação “Prefiro (preferiria) investimentos que já comprovaram ter rendimentos altos”. Verifica-se que a maioria dos pesquisados concorda com a escolha de investimentos que já tiveram altos rendimentos. As principais porcentagens ficaram distribuídas entre: “Concordo um pouco” – 34% - “concordo razoavelmente” – 23% - e “concordo totalmente” - 26%. Os que disseram serem indiferentes ou assinalaram opções diversas de “discordo” totalizaram 21%.

Figura 19 - Prefiro (preferiria) investimentos que já comprovaram ter rendimentos altos



Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

Com relação às medidas estatísticas, também se indicou como principal resposta a opção quatro, “concordo um pouco”, conforme a média, a moda e a mediana demonstradas no Quadro 8. O valor do Desvio-Padrão é próximo de um, indicando uma baixa dispersão entre as alternativas.

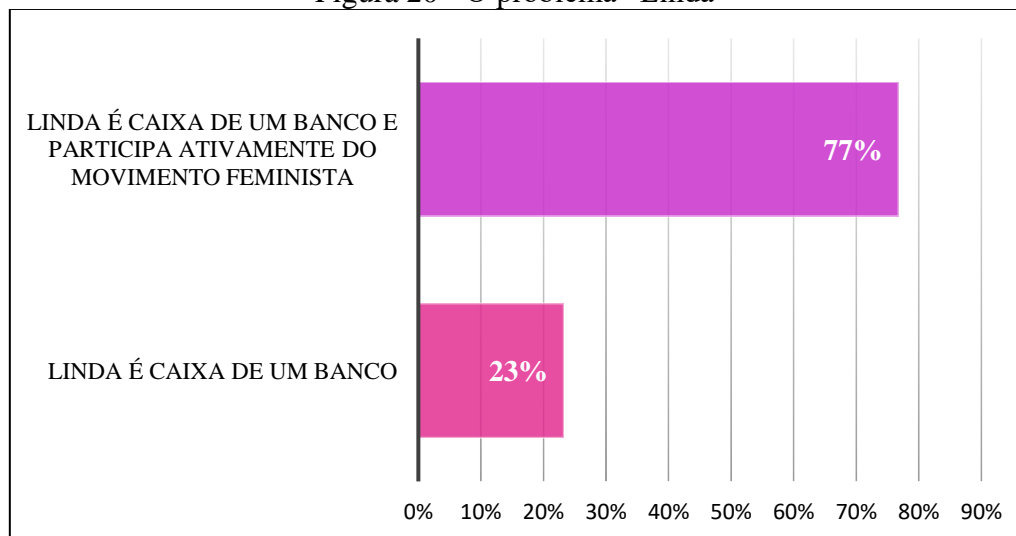
Quadro 8 - Prefiro (preferiria) investimentos que já comprovaram ter rendimentos altos

QUESTÃO 24	Média	Moda	Mediana	Desvio-Padrão
	4	4	4	1,379704

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

Outra questão que buscou analisar esta *heurística* junto à amostra da pesquisa é a questão sobre a personagem fictícia Linda. Este problema foi desenvolvido e utilizado por Kahneman e Tversky (1974) e é um clássico entre os estudos da economia comportamental. O seu enunciado propõe a seguinte narrativa: “Linda tem 31 anos, é solteira, ativa, falante e muito inteligente. Ela se formou em Filosofia e, como estudante, preocupava-se bastante com questões ligadas à discriminação e justiça social, além de participar de passeatas e movimentos por direitos políticos e civis”. Em seguida, ele propõe o questionamento: *qual descrição é mais provável de estar correta com relação à Linda?* As duas alternativas de resposta para a pergunta em questão estão identificadas na Figura 20.

Figura 20 - O problema “Linda”



Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

A partir da descrição apresentada no problema, 77% dos jovens pesquisados respondeu que “Linda é caixa de um banco e participa ativamente do movimento feminista” (opção 2); enquanto apenas 23% dos respondentes optaram pela alternativa de que “Linda é caixa de um banco” (opção 1). Ao observar-se os parâmetros da estatística descritiva, no Quadro 9, tanto a média, quanto a moda e a mediana também apontaram para a alternativa 2. O desvio-padrão observado também foi baixo, sinalizando para a resposta que contemplou a maioria dos respondentes.

Quadro 9 - O problema “Linda”

QUESTÃO 31	Média	Moda	Mediana	Desvio-Padrão
	2	2	2	0,4230902

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

Assim, verifica-se a presença da *heurística da representatividade* entre os jovens pesquisados, tendo em vista que a concordância de preferência por investimentos que já apresentaram retornos elevados, indica a busca por semelhanças entre um comportamento de ativos no passado e o que se espera que aconteça no futuro. Quando ocorre esse movimento, os agentes ignoram outras informações e análises importantes para a escolha de produtos financeiros, caracterizando assim, a influência da *representatividade*.

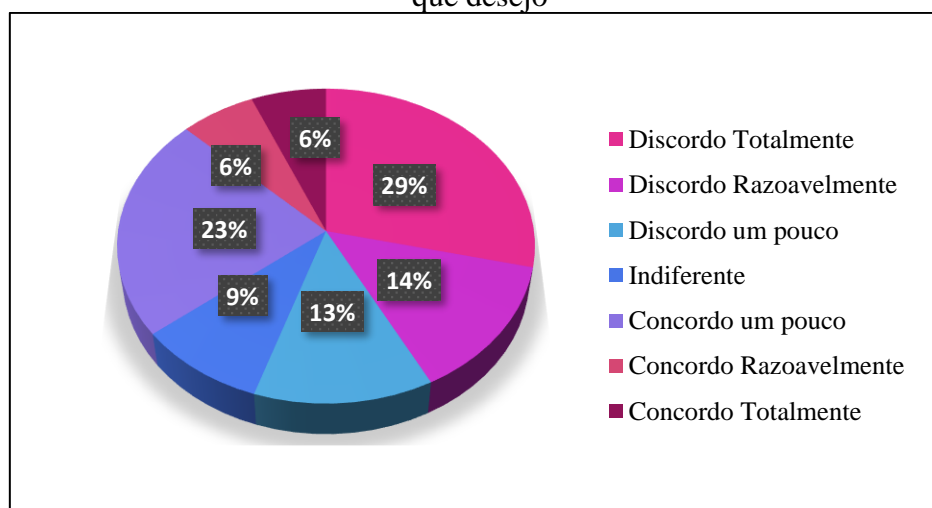
Sobre o problema “Linda”, de acordo com Kahneman (2012), todos as descrições do enunciado indicam uma tendência de características mais semelhantes a uma ativista do que a uma caixa de banco. Assim, a cada aspecto descrito, o estereótipo de uma “caixa

de banco que é ativista” é reforçado. Pela ótica da probabilidade, considerando a existência de uma lógica entre os dois casos, existe uma contradição pois “quando você especifica um possível evento em maiores detalhes, você só pode reduzir sua probabilidade” (KAHNEMAN, 2012, p. 199). É justamente o referido conflito que confirma os efeitos da *representatividade*. Portanto, os dados da questão 31, em que 77% dos pesquisados afirmam que *Linda é caixa de banco e feminista*, confirmam a presença da *heurística da representatividade* na amostra pesquisada, da mesma forma que na problemática dos estudos originais.

Outro viés abordado no questionário foi o do *autocontrole*, tratado pela questão 27. Nesta pergunta, os jovens encontraram a seguinte afirmação: *se eu não tiver uma prestação (se não for a prazo) não consigo comprar o que desejo*. As alternativas que concordam com o enunciado do problema indicam falta de autocontrole, enquanto as que discordam demonstram a presença do referido viés.

Conforme consta na Figura 21, as respostas observadas foram bastante diversas. Em primeiro lugar, aparece alternativa “discordo totalmente”, somando 29% do total; na sequência vêm a opção “concordo um pouco” escolhida por 23% dos jovens pesquisados e a resposta “discordo razoavelmente”, a qual totalizou 14% dos respondentes. As opções concordo “razoavelmente” e “totalmente” foram respondidas por 6% da juventude e as pessoas que disseram serem “indiferentes” totalizaram 9%.

Figura 21 - Se eu não tiver uma prestação (se não for a prazo) não consigo comprar o que desejo



Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

Com relação aos dados estatísticos, tanto a média, quanto a mediana aponta para a opção 2 “discordo um pouco”, divergindo da moda, isto é, da resposta mais escolhida

dentre os entrevistados. Isto é confirmado pelo alto desvio-padrão, o qual converge para 2, conforme exposto no Quadro 10.

Quadro 10 - Se eu não tiver uma prestação (se não for a prazo) não consigo comprar o que desejo

QUESTÃO 27	Média	Moda	Mediana	Desvio-Padrão
	2	0	2	1,953291

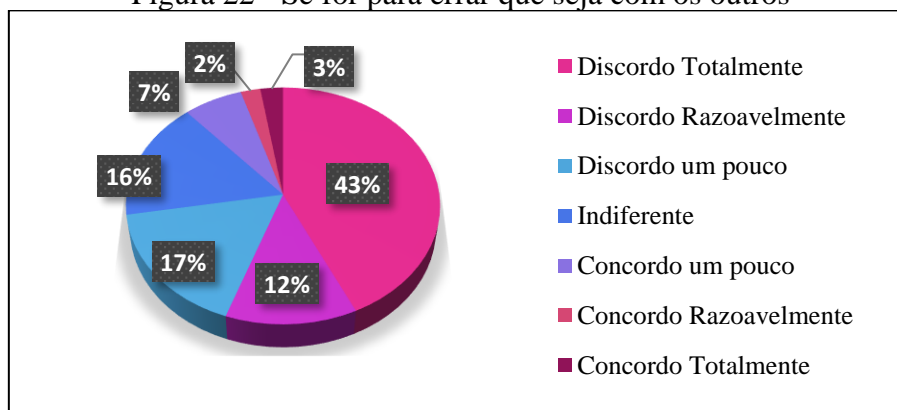
Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

Portanto, pode-se inferir a existência de *autocontrole* entre os jovens pesquisados, o que indica um ponto positivo considerando o âmbito do planejamento das finanças. Ainda sobre esse viés, é fundamental salientar que o desvio-padrão apresentado entre as respostas justifica-se pelas teorias apresentadas neste trabalho por Thaler e Shefrin (1981) e Thaler e Sustein (2019), em que as decisões conflitam entre o tempo presente e o futuro, sendo influenciadas pelas figuras do *planejador* e do *realizador*.

A presença do *Efeito Manada* entre os participantes da pesquisa foi medida pela pergunta 25 do questionário, que continha a afirmação *se for para errar que seja com os outros*. Neste caso, as alternativas que concordam com a problemática indicam a presença do viés, enquanto a discordância determina a ausência dele.

De acordo com a Figura 22, uma alta porcentagem dos jovens pesquisados, a qual totaliza 43% da amostra, disse discordar totalmente do enunciado do problema. Para 17% dos entrevistados a resposta escolhida foi “discordo um pouco”, 16% da juventude estudada disseram ser indiferentes ao questionamento, e, 12% afirmaram que “discorda razoavelmente” da questão. Com os menores percentuais aparecem as alternativas “concordo um pouco”, “concordo razoavelmente” e “concordo totalmente” com 7%, 2% e 3%, respectivamente.

Figura 22 - Se for para errar que seja com os outros



Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

Os dados estatísticos, como a média e mediana indicam a resposta 1: “discordo razoavelmente.” Apesar das divergências entre as medidas de tendência ilustradas no Quadro 11, as respostas concentraram-se no campo do “discordo” (62% dos pesquisados), indicando a não incidência do *Efeito Manada*.

É válido salientar que a não presença do *Efeito Manada* é muito importante num contexto de decisões financeiras, uma vez que se trata de um viés que leva a realização de escolhas fundamentados no comportamento de outros, descartando outras variáveis relevantes (SIGNORELLI; CAMILO-DA-SILVA; BARBEDO, 2021).

E isto pode ser aplicado tanto no contexto do consumo, quanto no âmbito dos investimentos, dois aspectos da vida financeira que são pessoais, e por isso não devem ser realizados com embasamentos de terceiros. Além disso, tais situações decorrentes de decisões enviesadas podem ocasionar endividamento e prejuízo, prejudicando o planejamento e a qualidade de vida dos indivíduos.

Quadro 11 - Se for para errar que seja com os outros

QUESTÃO 25	Média	Moda	Mediana	Desvio-Padrão
	1	0	1	1,618962

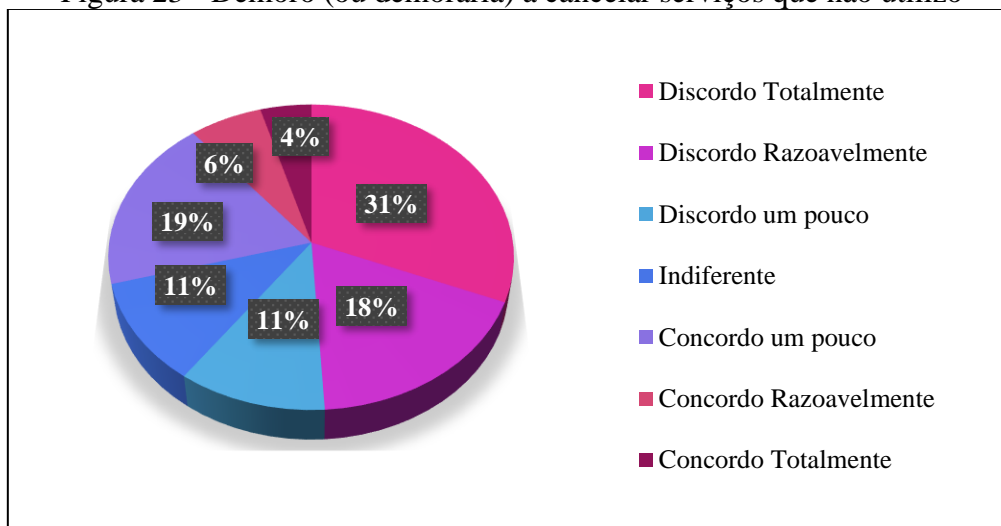
Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

A escolha de alternativas que fogem ao Efeito Manada, pode estar relacionada ao fato de a questão ter dado enfoque ao verbo “errar”, o que teria influenciado os entrevistados na escolha das respostas. Neste caso, haveria a interferência da *aversão à perda*, na descrição do problema.

Para verificar a presença do viés do *Status quo*, utilizou-se a questão 28, a qual detinha a seguinte afirmação: *demoro (ou demoraria) a cancelar serviços que não utilizo*. A ação do *Status Quo* ocorre quando os agentes econômicos tendem a permanecer na inércia, não realizando mudanças em suas escolhas, a não ser que ocorra alguma forma de incentivo ou motivação.

A Figura 24 mostra que a maior parte dos pesquisados, os quais configuram 31% do total, disseram discordar totalmente do problema enunciado. Em sequência, com 19% da juventude entrevistada, aparecem os que afirmaram “concordar um pouco” e com 18% os que escolheram a opção “discordo razoavelmente”. Empatados, com 11% dos respondentes estão as alternativas “discordo um pouco” e “indiferente”. Por fim, estão os que “concordam razoavelmente” e os que “concordam totalmente”, com respectivos 6% e 4% do total da amostra.

Figura 23 - Demoro (ou demoraria) a cancelar serviços que não utilizo



Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

Para essa questão, a moda indica que a resposta mais selecionada foi a de discordância total com o que problema propôs, enquanto a média e a mediana obtiveram o valor 2, isto é, apontaram para a alternativa “discordo um pouco”. Entretanto, aqui deve-se destacar que a soma de todas as alternativas de resposta que “discordam” é de 60% dos pesquisados.

Quadro 12 - Demoro (ou demoraria) a cancelar serviços que não utilizo

QUESTÃO 27	Média	Moda	Mediana	Desvio-Padrão
	2	0	2	1,889415

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

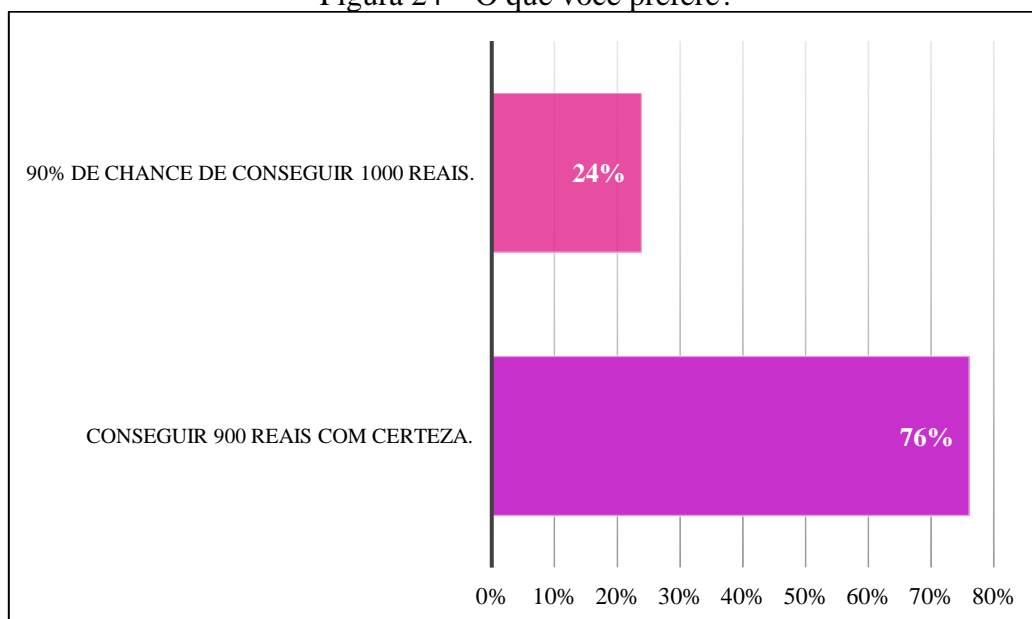
Quando se trata do *status quo*, as alternativas “concordo” explicitam a existência do viés, enquanto as compostas por “discordo” salientam que ele não está ocorrendo. Entretanto, diferente do esperado, o viés não foi identificado nesta questão. Uma explicação para esse fato pode estar no enquadramento da pergunta que pode ter exercido alguma influência sobre os jovens durante a resolução do questionário, uma vez que enfatiza termos negativos (demoro e não utilizo) e pode ter acionado o *viés da aversão à perda*. Assim, ao já sentir que estão perdendo dinheiro e pelo receio de perder ainda mais, os jovens afirmaram a preferência pelo cancelamento do serviço contratado.

As questões 29 e 30 do Bloco 3 da pesquisa pretenderam evidenciar o *Efeito Framing* ou *Efeito Enquadramento*, no qual se demonstra a alteração nas preferências de respostas, de acordo com a formulação e apresentação de um problema. As duas questões a serem apresentadas na sequência foram adaptadas de experimentos realizados por

Kahneman e Tversky (1979), ao desenvolverem a Teoria do Prospecto e devem ser analisadas em conjunto para atestar a presença do *framing effect*.

Na vigésima nona pergunta, os jovens foram interrogados sobre a sua preferência diante de dois cenários de resposta. O enunciado da problemática dizia: *o que você prefere? a) 90% de chance de conseguir R\$1.000,00; b) conseguir R\$900,00 com certeza.* As respostas obtidas para esta pergunta estão na Figura 32 e demonstra-se que 76% dos jovens escolheram a opção *b*, isto é, um ganho certo de R\$ 900,00, enquanto apenas 24% assinalaram a opção *a*.

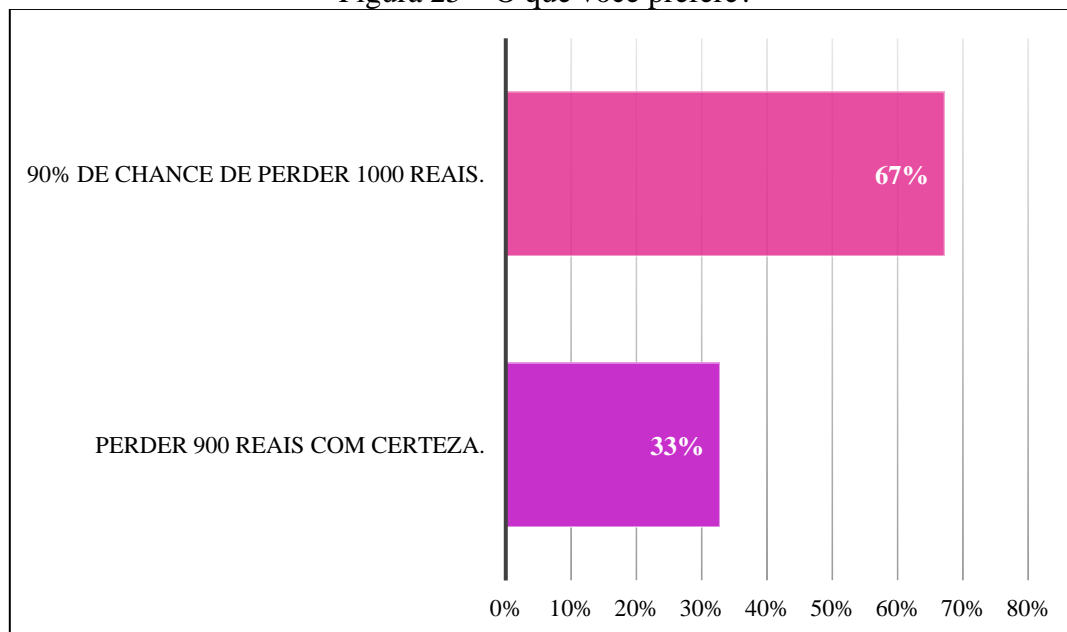
Figura 24 – O que você prefere?



Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

Na questão 30 o problema enfatizou a perda ao invés do ganho: *o que você prefere? a) 90% de chance de perder R\$1.000,00; b) perder R\$900,00 com certeza.* Conforme pode ser visto na Figura 25, as respostas inverteram-se e 67% dos pesquisados optou pela alternativa *b*, ou seja, escolheram ter 90% de chance de perder R\$1.000,00. Somente 33% dos respondentes assinalou a opção “perder R\$900,00 com certeza”.

Figura 25 – O que você prefere?



Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

Assim, fica clara a mudança de opção quando se altera o enquadramento da questão de *ganho* para *perda*. Enquanto na primeira questão um número maior de jovens optou pelo ganho certo, na segunda a resposta vencedora foi a que demonstrou uma probabilidade de perda. Com isso, evidencia-se outro aspecto importante dos estudos sobre a Teoria do Prospecto que é a *aversão à perda*, que está ligada ao *Framing Effect* e, de acordo com a qual os agentes econômicos atribuem pesos psicológicos diferentes para perdas e ganhos, sendo as primeiras muito mais significativas e impactantes.

5.3.2 A média de bem-estar financeiro dos jovens pesquisados de acordo com as *heurísticas e vieses comportamentais*

Conforme já informado neste estudo, as questões 23 e 26 do questionário aplicado aos jovens católicos da Diocese de Toledo retratam a *aversão à perda*. Para as duas perguntas, esperava-se identificar que um maior nível médio de bem-estar financeiro implica em uma probabilidade menor da presença deste viés comportamental.

Para a questão 23, *em um investimento arrisco (ou arriscaria) perder se existe uma chance maior de ganhar*, as respostas de discordância ao enunciado indicam maior incidência da aversão à perda. Os resultados do cruzamento entre o nível médio de BEF e a pergunta 23 estão descritos na Tabela 18.

Tabela 18 – Nível médio de bem-estar financeiro dos jovens e a *aversão à perda* identificada na questão 23

BEF e a Aversão à Perda	Média de BEF	Desvio-Padrão	Frequência
Discordo Totalmente	54	7,6991008	48
Discordo Razoavelmente	55	9,1291389	35
Discordo um pouco	55	7,3472376	52
Indiferente	56	8,0506402	29
Concordo um pouco	54	8,0054316	91
Concordo Razoavelmente	56	9,9968898	41
Concordo Totalmente	60	9,5301380	18

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

Os três maiores graus de BEF estão nas respostas “concordo totalmente”, “concordo razoavelmente” e “indiferente”, demonstrando que o alcance de uma pontuação maior na escala de bem-estar financeiro influenciou para escolhas menos enviesadas pelo medo da perda. Uma situação muito semelhante foi observada na segunda questão que trata do referido viés, conforme Tabela 19.

Tabela 19 - Nível médio de bem-estar financeiro dos jovens e a *aversão à perda* identificada na questão 26

BEF e a Aversão à Perda	Média de BEF	Desvio-Padrão	Frequência
Discordo Totalmente	54	8,6378177	32
Discordo Razoavelmente	55	8,8367567	42
Discordo um pouco	54	7,6296249	53
Indiferente	55	7,3526999	41
Concordo um pouco	55	7,4773434	71
Concordo Razoavelmente	55	11,022440	44
Concordo Totalmente	57	8,2814730	31

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

Na questão 26, *quanto maior o risco, maior é o retorno esperado de um investimento*, o maior nível de BEF também foi identificado na resposta em que menos predomina o viés: “concordo totalmente”. Diante destes resultados, pode-se inferir que, para a predominância do viés de aversão à perda nas decisões dos pesquisados, o nível de bem-estar financeiro é relevante.

Com relação à *heurística da representatividade*, na questão 24, o resultado que implica na não predominância desta regra de bolso são os que contém a opção “discordo”. As respostas decorrentes do problema *prefiro (preferiria) investimentos que já comprovaram ter rendimentos altos* estão na Tabela 20.

Tabela 20 - Nível médio de bem-estar financeiro dos jovens e a *heurística da representatividade* identificada na questão 24

BEF e a Representatividade	Média de BEF	Desvio-Padrão	Frequência
Discordo Totalmente	59	6,2716292	4
Discordo Razoavelmente	55	10,2024950	11
Discordo um pouco	58	6,8704159	18
Indiferente	56	7,8405156	20
Concordo um pouco	56	9,1717347	108
Concordo Razoavelmente	54	8,7232740	73
Concordo Totalmente	54	7,2266100	80

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

Assim como no caso do *viés* analisado anteriormente, a pontuação mais elevada foi a que indica a menor interferência da *representatividade*: “discordo totalmente” com média de BEF de 59 pontos.

Tendo em vista que a *heurística da representatividade* se trata da realização de julgamentos pelo que apresenta mais similaridade de com uma situação já ocorrida anteriormente, aqui pode-se verificar que um maior nível de bem-estar financeiro pode estar relacionado a maiores conhecimentos sobre finanças, o que implica na consideração de outros fatores na tomada na decisão e não simplesmente na crença de que o que ocorreu no passado irá se repetir no futuro.

Seguindo a análise do nível médio de BEF de acordo com os *vieses* ou *heurísticas* comportamentais observados, há o caso da questão 31, conhecida como “o caso Linda”. Nesta situação a investigação é realizada de uma forma diferente: a interferência da representatividade é expressa através da escolha da segunda opção de resposta. Os resultados identificados estão na Tabela 21.

Tabela 21 - Nível médio de bem-estar financeiro dos jovens e a *heurística da representatividade* identificada na questão 31

BEF e a Representatividade	Média de BEF	Desvio-Padrão	Frequência
Linda é caixa de um banco	54	7,6971055	73
Linda é caixa de um banco e participa ativamente do movimento feminista	55	8,6053495	241

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

Para o problema “Linda”, os níveis médios de BEF foram muito semelhantes, variando apenas em um ponto na escala. Nesta questão, o grau de bem-estar financeiro mais elevado não impediu na incorrência do *viés*, expresso pela segunda alternativa,

confirmando a forte influência da *representatividade* nas escolhas dos indivíduos pesquisados.

O *viés do autocontrole* nesta pesquisa foi expresso pela questão 27, *se eu não tiver uma prestação (se não for a prazo) não consigo comprar o que desejo*. Nesta situação as respostas de “discordo”, expressaram uma menor influência do autocontrole nos indivíduos estudados. Os resultados do nível médio de BEF e do referido viés estão na Tabela 22.

Tabela 22 - Nível médio de bem-estar financeiro dos jovens e o *viés do autocontrole* identificado na questão 27

BEF e o Autocontrole	Média de BEF	Desvio-Padrão	Frequência
Discordo Totalmente	58	7,6544929	90
Discordo Razoavelmente	58	7,4795402	43
Discordo um pouco	56	6,7527772	40
Indiferente	59	7,3633696	29
Concordo um pouco	52	6,2707402	72
Concordo Razoavelmente	47	7,8539296	20
Concordo Totalmente	43	6,2120426	20

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

As respostas indicaram um cenário positivo para a interferência do bem-estar financeiro na contribuição de um comportamento de autocontrole, com as maiores médias estando nas opções de respostas “discordo” e “indiferente”. Com isso, evidencia-se a importância de uma educação voltada às finanças pessoais para a adoção de boas escolhas financeiras e a manutenção de uma vida econômica equilibrada.

A afirmação *Se for para errar que seja com os outros* nesse estudo diz respeito a observação do *efeito manada*. A análise deste viés com o nível médio de bem-estar financeiro ilustra-se na Tabela 23.

Tabela 23 - Nível médio de bem-estar financeiro dos jovens e o *efeito manada* identificado na questão 25

BEF e o Efeito Manada	Média de BEF	Desvio-Padrão	Frequência
Discordo Totalmente	55	8,5757639	135
Discordo Razoavelmente	56	8,7403697	39
Discordo um pouco	55	8,2090343	53
Indiferente	55	7,8239953	51
Concordo um pouco	52	7,5340497	21
Concordo Razoavelmente	49	6,4512826	7
Concordo Totalmente	56	11,224972	8

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

A interferência do *efeito manada* na opção das respostas expressava-se principalmente nas respostas de “concordo”. A maior média de BEF foi observada tanto na alternativa “discordo razoavelmente” como na “concordo totalmente”. A segunda média mais alta – de 55 pontos – foi observada nas opções de “discordo”, indicando a tendência de uma relação inversa entre este viés e o BEF dos jovens pesquisados. Ou seja, para os jovens com um maior BEF, a chance de influência pelo *efeito manada* é menor.

Já o viés do *status quo* foi medido pela afirmação *demoro (ou demoraria) para cancelar serviços que eu não uso (usaria)*. A interposição do viés em questão foi indicada pelas alternativas de “concordo”. O cruzamento entre o nível médio de bem-estar das finanças e o *status quo* encontra-se na Tabela 24.

Tabela 24 - Nível médio de bem-estar financeiro dos jovens e o *status quo* identificado na questão 28 (continua)

BEF e o <i>Status quo</i>	Média de BEF	Desvio-Padrão	Frequência
Discordo Totalmente	55	8,1463832	98
Discordo Razoavelmente	57	8,9209916	56
Discordo um pouco	56	6,7587007	34
Indiferente	57	7,9848341	34
Concordo um pouco	54	7,6555457	58
Concordo Razoavelmente	47	9,2503201	20
Concordo Totalmente	55	7,8882999	14

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

O nível de BEF mais elevado foi observado para os jovens que responderam discordar “razoavelmente” e “um pouco”. Ainda que a pontuação 55 tenha sido identificada nos que disseram “discordar totalmente” e “concordar totalmente”, pode-se inferir que os altos índices de bem-estar financeiro contribuem para a diminuição do *status quo* nas decisões das juventudes estudadas.

Por fim, as questões 29 e 30 tinham o objetivo de identificar a presença do *efeito framing* ou enquadramento. A análise desse viés deve ser realizada conjuntamente a partir destas duas perguntas, cujos cruzamentos com o nível médio de BEF estão descritos nas Tabelas 25 e 26.

Tabela 25 - Nível médio de bem-estar financeiro dos jovens e o *efeito framing* identificado na questão 29

BEF e o Efeito <i>framing</i>	Média de BEF	Desvio-Padrão	Frequência
Conseguir 900 reais com certeza	55	8,0034516	239
90% de chance de conseguir 1000 reais	56	9,5549619	75

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

Tabela 26 - Nível médio de bem-estar financeiro dos jovens e o *efeito framing* identificado na questão 30

BEF e o Efeito <i>framing</i>	Média de BEF	Desvio-Padrão	Frequência
Perder 900 reais com certeza	56	8,4155133	103
90% de chance de perder 1000 reais	55	8,4038739	211

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

Nessa situação, o efeito enquadramento é destacado devido ao enfoque diferente nas duas questões. Na primeira pergunta, a maioria dos pesquisados opta pela alternativa de ganho certo, já na segunda, a aversão à perda induz os jovens a escolher a opção “90% de chance de perder R\$1000”. É justamente essa contraposição que deixa implícito o impacto do efeito enquadramento

Diante dos resultados expostos nas Tabelas 25 e 26 identifica-se um comportamento padrão com os níveis médios de BEF, alternando entre 55 e 56 pontos em ambas as questões. Tanto no problema 29, quanto no 30, o nível de bem-estar financeiro superior foi identificado na opção em que o *viés* não se expressa.

Em geral, observou-se a interferência das *heurísticas* e a presença dos *vieses* analisados neste estudo entre os jovens pesquisados, conforme era previsto. Da mesma maneira, as pesquisas seguem refletindo os resultados das pesquisas originais, demonstrando a utilização de *regras de bolso* e consequente série de escolhas enviesadas que delas podem incorrer. Tal fato evidencia e reforça a importância dos estudos da Economia Comportamental no campo das decisões econômicas, principalmente nas pesquisas que dizem respeito à educação voltadas às finanças pessoais.

Além disso, considerando as análises dos níveis médios de bem-estar financeiro com os *vieses* e as *heurísticas* comportamentais destacados neste estudo, percebeu-se que em sua maioria, os jovens com maiores graus de BEF tendem a tomar decisões menos enviesadas.

5.4 ASPECTOS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NOS GRUPOS DE JOVENS

Na presente pesquisa realizou-se uma entrevista semiestruturada para uma compreensão mais específica sobre a possibilidade de a temática referente à economia e finanças estar, ou não, sendo trabalhada nos grupos de jovens. Com estas entrevistas também se buscou verificar a existência de uma possível correlação entre a participação nos grupos de jovens e o seu nível de Educação Financeira. Os pesquisados foram

selecionados através da realização de um sorteio aleatório, conforme está descrito nos procedimentos metodológicos.

Com o intuito de preservar as identidades dos jovens entrevistados, eles serão identificados por códigos, como por exemplo “E1”. A letra “E” do termo significa “entrevistado” e o número representa a identificação escolhida para distinguir cada um dos entrevistados. Portanto “E1” significa “Entrevistado número 1” e assim por diante. A seguir tem-se a descrição de trechos das entrevistas relevantes para a pesquisa.

O primeiro questionamento da entrevista objetivou identificar qual a compreensão dos entrevistados sobre a significado do termo “Educação Financeira”. Em geral, as respostas assemelharam-se em vários aspectos, enfatizando mais precisamente o planejamento das finanças no presente, conforme o que diz o E3:

“Para mim Educação Financeira é você aprender a lidar da melhor forma com o seu dinheiro, com as tarefas que você tem a fazer diariamente com os seus compromissos, com as contas, conseguir organizar uma tabela financeira da sua vida da melhor maneira possível para você não sofrer no final do mês, essas coisas assim” (E3, Grupo Paroquial).

Alguns jovens disseram que entendem a Educação voltada às Finanças pessoais através de uma perspectiva que também envolve o longo prazo, como é o caso do E2:

A Educação Financeira é algo que vem da vida, da rotina, porque nos estudos a gente acaba não tendo muito esse conteúdo. A Educação Financeira é uma coisa simples, uma forma de você se organizar, uma organização com aquilo que você ganha, com aquilo que você planeja e aquilo que você almeja. Enfim, porque você conquista o que você almeja com aquilo que você ganha e com aquilo que você planeja ganhar (E2, Ministério Universidades Renovadas da RCC).

A preocupação com o futuro também é expressa na fala do E7, que foi o único a citar o termo “investir”:

Educação Financeira é a gente conseguir controlar os nossos gastos para ter algum dinheiro caso surja alguma emergência ou até para algo a longo prazo, algo que precise futuramente, mas não necessariamente emergência, como também investir em alguma coisa. Vai que mais para frente eu queira comprar um carro, queira comprar algo assim. Acho que Educação Financeira é isso, ter um comprometimento maior com o dinheiro (E7, Grupo Paroquial).

Em geral, os entrevistados demonstraram conhecimentos básicos sobre o conceito de Educação Financeira, compreendendo a sua importância para a gestão dos recursos financeiros, para a manutenção da qualidade de vida, bem como para o planejamento que envolve escolhas futuras.

O segundo questionamento da pesquisa foi acerca da realização da atividade “Projeto de Vida”, a fim de identificar se ele é realizado nos grupos correspondentes e quais as atividades por ele abrangidas. Alguns entrevistados relataram que atividades desta natureza são realizadas somente em encontros de coordenadores a nível de diocese, conforme relato do E5:

No grupo de base em si eu não lembro, mas durante as formações para coordenadores e nos encontros de decanato sim, principalmente no EDL⁴³, que fala muito sobre o projeto de vida. No grupo de base era muito pouco, mais superficialmente. Eu lembro que o meu projeto está aqui guardado na gaveta, a gente dividia o estudo dele em partes, tem a parte profissional, a parte da família, a parte financeira, educação, lazer, saúde, cultura, todos os eixos que estão relacionados com a vida da gente (E5, Pastoral da Juventude).

Outros pesquisados informaram que o “Projeto de Vida” foi construído nos encontros dos seus grupos, conforme cita o E3:

Já fizemos bastante desse. Abordamos principalmente o que nós vemos no nosso futuro sabe, o que nós queremos almejar no nosso futuro tanto na vida pessoal quanto na vida profissional. Também sobre a nossa vocação, como queremos ajudar nas comunidades, sobre a caridade (E3, Grupo Paroquial).

Alguns dos jovens entrevistados disseram realizar atividades semelhantes ao Projeto de Vida, as quais envolvem aspectos de planejamento, mas que não necessariamente utilizam esta nomenclatura.

Eu acho que a gente já fez algumas atividades assim. No começo quando eu entrei, eu ainda não pertencia a coordenação, mas os antigos coordenadores fizeram uma atividade bem parecida nesse sentido, sabe. Eles dividiram a gente em grupos e a gente foi montando uma casa, que representava a forma como a gente estaria no futuro, qual a profissão que a gente queria seguir, nesse sentido (E4, Pastoral da Juventude).

Por isso, no sentido de averiguar se nestes encontros dos grupos católicos ocorreram outras atividades que envolvem características do Projeto de Vida e possíveis trabalhos que envolvem o planejamento das finanças, os jovens foram questionados a respeito da realização de reflexões que envolvem o seu futuro. O E6, citou ter participado desse tipo de atividade:

A gente faz primeiro um momento de reflexão individual, de como é que a gente se vê no presente e como a gente se vê daqui a dez anos. Depois a gente

⁴³ EDL é a sigla para *Escola de Liderança Diocesana*, uma formação oferecida para as lideranças de grupos da Pastoral da Juventude e de outros movimentos juvenis da Diocese de Toledo.

conversa, a gente reflete, o que a gente precisa fazer para alcançar isso e essas coisas (E6, Pastoral da Juventude).

Em sequência, os jovens foram questionados sobre o conhecimento do evento “Economia de Francisco”. Dentre os nove pesquisados, apenas um já havia escutado relatos sobre o acontecimento deste encontro:

Já ouvi falar em um grupo da PJ (Pastoral da Juventude), alguém falou alguma coisa sobre isso, que alguém ia representar os jovens daqui (E5, Pastoral da Juventude).

A falta de conhecimento sobre a *Francesco Economy* justifica-se pela falta de divulgação deste evento em ambientes eclesiais e pela propagação da pandemia de COVID-19 que acabou por interromper e/ou modificar diversas atividades realizadas nas comunidades católicas, inclusive os grupos de juventude.

O quarto questionamento da entrevista, referia-se a estudos de documentos e subsídios da Igreja Católica, como a Doutrina Social da Igreja (DSI), o Catecismo da Igreja Católica e as Encíclicas do Papa, nos grupos de jovens. A respeito dessa temática, os entrevistados disseram que utilizavam frequentemente tais referências em suas discussões e trabalhos, conforme informou o E3:

Dentro do nosso grupo a cada quinze dias nós temos reservado uma data, cerca de vinte a trinta minutos, às vezes menos, às vezes mais, para a gente estudar principalmente o YouCar⁴⁴ e o Catecismo da Igreja Católica. E nós já estudamos também algumas Encíclicas sabe, só que assim, era a cada 15 dias mas agora com essa pandemia faz um ano que o grupo tá naquela instabilidade de volta, não volta e daí o grupo está meio online. Então faz um tempinho que a gente está nessa instabilidade, mas quando o grupo era 100% presencial nós tínhamos essa atividade sim, a cada quinze dias estudar pelo menos o YouCat (E3, Grupo Paroquial).

Em outras situações, os entrevistados disseram utilizar tais materiais apenas como apoio para a construção dos encontros, sem trabalhá-los de maneira direta com os demais participantes do grupo, conforme relatou o E4:

Normalmente trabalhar este conteúdo no grupo de jovens a gente não trabalha porque a gente tem uma dinâmica de grupo mais dinâmico e depois uma reflexão. Então colocar uma Doutrina ali dentro eu acho que não se encaixa,

⁴⁴ O YouCat é uma adaptação do Catecismo da Igreja Católica em uma versão para Adolescentes e Jovens, através de uma linguagem mais simples e com enfoque nos temas mais relevantes para os leitores desta faixa etária. Disponível em: <<https://www.youcat.org/pt/products/youcat/>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

mas estudar, pelo menos eu quando faço grupo, gosto de ficar a semana inteira em função daquilo, não gosto de fazer grupo faltando uma hora. Eu vou pesquisar, vou para a Bíblia, vou para site, vou para Catecismo (E4, Pastoral da Juventude).

Para outros jovens, como é o caso do oitavo entrevistado, a utilização dos referidos documentos ocorre de uma maneira mais direta, no intuito de embasar conteúdos, atividades e dinâmicas realizados nos encontros:

Então, especificamente assim no nosso grupo nós somos poucos e muitas vezes nós não chamamos pessoas de fora, principalmente agora né. Mas assim, tem algumas das participantes que já estão há bastante tempo no grupo e daí a gente vai pegando essa cultura delas de sempre quando vai fazer uma pregação alguma coisa, eu levo o Catecismo, levo o YouCat. A mesma coisa como eu comentei contigo antes, que a gente não faz coisas especificamente esse tipo de coisa, não temos por exemplo o grupo de estudo para estudar o Catecismo, documentos da Igreja e tudo o mais, só que quando é pertinente a algum tema que a gente está tratando, então a gente acaba se embasando nesses documentos principalmente o Catecismo e o YouCat (E8, Ministério Jovem da RCC).

A partir daí, os pesquisados também foram questionados a respeito da utilização de materiais voltados à juventude, mas que não fossem os documentos oficiais da Igreja, como subsídios extraídos da internet (blogs e sites), vídeos, filmes, revistas e outros. Para esta questão, a resposta foi unânime e todos os jovens afirmaram que em algum momento, ferramentas como as citadas foram empregadas.

Eu sei que a gente já estudou bastante filmes e essas coisas que não eram essencialmente católicos, mas que traziam uma mensagem católica. O nosso grupo, ele tinha a dinâmica de a cada semana um integrante do grupo conduzir o encontro da maneira que ele quiser e dentro do grupo tinha muitas pessoas que gostavam de séries e filmes. Por isso, a gente trazia para dentro do grupo a oportunidade de apresentar esse conteúdo e observar o lado católico de tudo isso (E3, Grupo Paroquial).

Em seguida, perguntou-se aos jovens sobre a realização de debates e reflexões a respeito de problemas sociais e econômicos nos encontros em que eles participavam. Apesar de a maioria das respostas indicarem que estes não são assuntos recorrentes nos encontros juvenis de maneira direta, em alguns encontros os questionamentos revertiam para estas temáticas, conforme cita o E3:

Como o nosso grupo é muito didático nós sempre tivemos assuntos muito variados. Mas o nosso foco geralmente não era esse de debater muito especificamente por exemplo assuntos como o desemprego sabe. Isso aí são coisas que eu debateria nas minhas aulas na Unioeste, mas tinha alguns grupos que sim, a gente acabava debatendo os problemas sociais que nós enfrentamos. Principalmente os que acabam representando uma certa dificuldade para nós jovens, como por exemplo, as dificuldades de se inserir

pela primeira vez no mercado de trabalho e tudo o mais, a gente comentava sim, só que não era o foco do grupo. O foco do grupo é falar da palavra de Deus e outros assuntos espirituais (E3, Grupo Paroquial).

Sobre esses temas socioeconômicos, é mais comum que os jovens dos grupos conversem entre si após as reuniões semanais, principalmente quando algum dos temas trabalhados acabavam por culminar nessa categoria de reflexão:

Trabalhar sobre esses temas nos encontros semanais não é comum, mas já fizemos alguns encontros específicos sobre isso e até em conversas fora do grupo acabamos comentando mais sobre essas questões (E5, Pastoral da Juventude).

Há, também, alguns grupos que debatem tais temáticas apenas quando a Igreja o faz de maneira oficial, como é o caso das Campanhas da Fraternidade⁴⁵, conforme identifica o E7:

Muitas vezes, a gente debate quando o tema ano é retratado na Campanha da Fraternidade, que ano passado por exemplo, tinha como tema políticas públicas, se eu não me engano. Muitas vezes isso foi levado até o grupo entendeu? Aí esse ano que estou meio que por fora, eu não consegui ver qual era o tema da Campanha da Fraternidade. Mas muito possivelmente se for algo relacionado ao meio econômico e social, a gente prepara um encontro só voltado para isso (E7, Grupo Paroquial).

Por fim, os entrevistados foram questionados sobre debates e atividades que envolvem aspectos da Educação Financeira. Em geral, as respostas apontaram para a não discussão sobre esses assuntos diretamente nas temáticas dos encontros, mas algumas atividades levaram a reflexões desta natureza, conforme declara o E3:

Nós fizemos já muitas reflexões pessoais assim dentro do grupo e reflexões também entre amigos. A gente às vezes se juntava em grupinhos para fazer uma reflexão e depois abrir para o grupo, sabe essas coisas assim, tipo como eu me vejo no futuro, como eu me vejo daqui a dez, vinte anos, como eu quero estar daqui a um tempo, que vida eu quero ter, onde eu quero estar morando, que emprego eu quero ter, todas essas coisas (E3, Grupo Paroquial).

Uma outra situação observada, foi a existência de uma extensão dessas conversas para encontros “pós-grupo de jovens” o que é muito frequente entre os participantes desses movimentos, conforme descreveu o E5:

⁴⁵ A Campanha da Fraternidade (CF) nasceu por iniciativa de Dom Eugênio de Araújo Sales, em Nísia Floresta, Arquidiocese de Natal, Rio Grande do Norte. Ela é realizada anualmente pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) durante o tempo da Quaresma. A cada cinco anos, a CF é ecumênica, elaborada com a colaboração de outras denominações cristãs. Disponível em: <<https://campanhas.cnbb.org.br/>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

Dentro do grupo de jovens a gente não fala sobre isso, dentro do Projeto de Vida bem pouco, mas fora do grupo de base com o pessoal que é do grupo de base, sim. Porque assim, o grupo de jovens que eu comecei [...] ele era um grupo muito novo com um pessoal bem jovem, então basicamente a gente não falava muito sobre a parte financeira. Mas aí com o passar do tempo, os participantes vão pegando uma certa idade e a gente começa a conversar sobre isso. Tem um outro exemplo, do grupo de jovens aqui do lado [...], que têm jovens um pouco mais velhos e lá a gente comentava um pouco mais sobre finanças, principalmente fora do grupo de jovens. Inclusive ontem, um amigo do grupo me mandou um PDF que é um ebook, falando sobre declaração de Imposto de Renda para quem investe em ações, um passo para auxiliar nessa declaração (E5, Pastoral da Juventude).

Entretanto, houve uma exceção dentre os respondentes. O jovem E7 alegou que são realizadas atividades específicas de Educação Financeira no grupo de jovens em que ele participa todos os anos. Segundo ele, isso ocorre através de uma parceria com uma Instituição Financeira Cooperativa, que voluntariamente transmite a estes jovens católicos conhecimentos voltados às finanças.

A respeito da Educação Financeira nós já tivemos algo relacionado. Todo ano, tem uma parceira com uma Cooperativa daqui, uma Cooperativa de Crédito, em que a gente traz o gerente para fazer uma palestra a respeito disso. Tanto é que nem é uma propaganda da Cooperativa, mas sim uma atividade para nos ensinar a nos programar, nos ensinar o nos questionar com o que nós gastamos o nosso dinheiro, se nós estamos preparados para o futuro, como estamos gastando sem ser necessário, é mais ou menos nessa base que nós trabalhamos (E7, Grupo Paroquial).

Este mesmo entrevistado forneceu outras informações relevantes sobre o debate desta temática em grupos de outros municípios:

Até aqui para a nossa região[...] eu conheço os grupos dessas cidades e sei que eles falam sobre Educação Financeira. [...] eu sei por que o antigo gerente da Cooperativa Financeira está aqui [...] e ele mesmo fala que todo ano ele realiza essas atividades nesses grupos (E7, Grupo Paroquial).

A partir do relato acima, pode-se perceber que mesmo de forma rara, algumas atividades voltadas exclusivamente à Educação Financeira estão sendo realizadas nos encontros dos grupos de jovens, entretanto tais iniciativas partem de outras Instituições. Ainda assim, conforme relato do entrevistado, o desenvolvimento destas dinâmicas no âmbito das finanças é recebido com muito ânimo por parte dos participantes, o que demonstra um ambiente favorável a este tipo de diálogo.

da Igreja Católica que abarcam temas sociais e econômicos e afirmaram ser comum apenas o uso do Catecismo e do *YouCat* como subsídios para os encontros.

Enfim, a partir das entrevistas evidenciou-se que os encontros de jovens católicos podem ser espaços saudáveis e importantes para realizar atividades, oficinas e projetos a respeito de economia e finanças.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo principal a analisar a percepção do tema Educação Financeira por parte de Jovens Católicos, participantes de grupos de jovens da Diocese de Toledo-PR. Como objetivos específicos, pretendeu-se: i) descrever as características socioeconômicas dos jovens católicos da Diocese de Toledo; ii) verificar o nível de bem-estar financeiro dos sujeitos da pesquisa; iii) identificar a presença de heurísticas e vieses comportamentais nas escolhas referentes às finanças dos jovens pesquisados; iv) investigar se jovens pesquisados têm realizado atividades relacionadas às finanças em seus encontros semanais.

Sendo assim, para alcançar tais objetivos este estudo utilizou dados primários coletados a partir de dois instrumentos: 1) aplicação de questionário; e 2) realização de entrevista semiestruturada. Assim, em um primeiro momento, os questionários foram respondidos por 314 jovens participantes de grupos católicos da Diocese de Toledo/PR. Em sequência, 10 destes indivíduos foram sorteados aleatoriamente para serem entrevistados.

O questionário foi dividido em três blocos de questões: 1) características socioeconômicas dos jovens pesquisados; 2) o nível de bem-estar financeiro das juventudes estudadas e 3) as heurísticas e vieses comportamentais observados nos participantes do estudo.

Com relação ao seu perfil socioeconômico a maior porcentagem dos pesquisados era composta por frequentadores de grupos da “Pastoral da Juventude” e participava dos encontros há mais de cinco anos. Um maior tempo de participação nos grupos juvenis demonstra a importância destes espaços de convivência para o desenvolvimento pessoal destes jovens.

Além disso, os jovens entrevistados tinham, em média, 21 anos e encontravam-se em idade universitária, fato este que justifica a renda de até um salário-mínimo ser predominante entre eles, pois nesta idade, os jovens encontram-se ocupados principalmente em programas de estágio e jovem aprendiz. A maioria dos pesquisados afirmou pertencer a famílias com renda de até três salários-mínimos e não ser o principal responsável pela geração de renda familiar. Tal constatação, permite vislumbrar uma abertura para a realização de programas de Educação Financeira voltados a estes jovens. Pelo fato de a maioria já ter iniciado a sua vida profissional e, ao mesmo tempo, não precisar arcar com despesas corriqueiras, estes jovens estão em condição favorável para

o desenvolvimento do planejamento de suas finanças, no intuito de bem viver o presente e organizar-se para alcançar seus projetos e sonhos.

No que diz respeito ao nível de bem-estar financeiro, observou-se que os jovens pesquisados atingiram uma média de 55 pontos. Apesar desta pontuação encontrar-se acima da média nacional de 47 pontos identificada em 2017 pela CNDL, o nível de BEF destes jovens apresenta potencialidade para se elevar. É nesse sentido que o desenvolvimento de programas de Educação Financeira pode colaborar.

Ainda sobre o nível de BEF, ele também foi analisado junto a cada uma das variáveis socioeconômicas deste estudo. O nível médio mais elevado de BEF foi identificado pelos membros do Movimento Cursilho Jovem. Com isso, evidenciou-se a necessidade de revisar e aprimorar os conteúdos do âmbito das finanças trabalhados entre as atividades realizadas para com as Juventudes.

Outro ponto a se destacar foi o fato de que os níveis mais elevados de BEF foram observados pelos jovens de 27 anos, que disseram serem casados e chefes de família, terem rendimento pessoal de sete a oito salários-mínimos e renda familiar maior que nove até dez salários-mínimos ou superior. Estes resultados podem ser explicados pelo fato de que, aos 27 anos, a renda tende a ser mais elevada do que no início da juventude. Além disso, entre os casados existe a possibilidade de que o/a cônjuge complemente a renda familiar. Constatou-se, ainda, uma alta média de BEF entre os jovens que estavam cursando o ensino médio. Uma explicação plausível para isso seria o início do ensino da Educação Financeira na rede estadual do Estado do Paraná no ano de 2020, a partir de um projeto desenvolvido em parceria com o Banco Central do Brasil.

No que diz respeito aos *vieses* e *heurísticas* da economia comportamental verificou-se a influência destas regras de bolso e as consequentes escolhas enviesadas que delas decorrem entre os jovens pesquisados. Tais comportamentos foram semelhantes ao que é debatido nos estudos seminiais sobre o tema. Ademais, evidenciou-se que os pesquisados com maiores graus de bem-estar financeiro foram menos influenciados pelas *heurísticas* destacadas neste estudo e, portanto, tendem a tomar decisões menos *enviesadas*. Essa relação reforça ainda mais a necessidade de uma Educação Financeira pessoal que considere os aspectos comportamentais em seu desenvolvimento.

Nas entrevistas semiestruturadas identificou-se que os aspectos relacionados à Educação Financeira são tratados de maneira indireta em algumas atividades e reuniões dos encontros juvenis e, informalmente, após os encontros principais. Sobre o tema em

questão, as Juventudes também relataram a sua importância e necessidade para os auxiliar no seu processo de desenvolvimento pessoal.

Considerando as orientações sociais da Igreja, justifica-se o desenvolvimento de atividades voltados às temáticas econômicas. Na Doutrina Social da Igreja (2008), salienta-se que a economia é um dos aspectos que forma a atividade humana; no número 376, justifica-se a adoção de práticas de Educação Financeira, pois o sistema econômico, por si só, não é capaz de fornecer ferramentas que auxiliem a tomada de decisão dos indivíduos. Entende-se, assim, que se faz necessária uma obra educativa voltada às juventudes para o uso responsável de seus recursos financeiros. Ademais, a partir das entrevistas pode-se inferir que os grupos de jovens católicos se configuram como espaços favoráveis para a discussões de temas relacionados às finanças, fato que está sendo reforçado pelo processo-evento “*The Economy of Francesco*”.

Isto posto, espera-se que este estudo contribua com as discussões sobre a temática, considerando que os seus resultados são a primeira iniciativa para a realização de um mapeamento das condições socioeconômicas e dos níveis de bem-estar financeiro das juventudes pesquisadas. Entende-se que é possível desenvolver atividades de Educação Financeira específicas à tais juventudes, dentre elas: trabalhos de conscientização, oficinas, palestras e cursos, acerca da gestão de suas finanças. Com isso, poder-se-á colaborar para o seu desenvolvimento integral.

Dentre as limitações desta pesquisa, destaca-se a coleta de dados, a qual foi realizada indiretamente devido à pandemia da COVID-19, que ocorreu durante o estudo. Os efeitos da pandemia deram-se por dois fatores importantes: 1) os encontros de jovens eram realizados presencialmente; 2) a frequência em tais grupos é facultativa. Com a pandemia, os encontros começaram a ser realizados virtualmente e ocorreu uma diminuição da participação dos jovens. Se a aplicação dos questionários tivesse sido realizada *in loco*, acredita-se que a taxa de retorno seria mais expressiva.

Levando-se em conta as orientações do próprio CFPB (2015), ao desenvolver a escala de medida do nível de bem-estar financeiro, sugere-se o desenvolvimento de mais pesquisas sobre a temática, utilizando-se este instrumento. Por exemplo, seria de grande valia a realização de estudos longitudinais, isto é, de acompanhamento de alguns indivíduos.

Sugere-se, também, para pesquisas futuras, a realização de atividades de Educação Financeira e uma nova avaliação do nível de bem-estar financeiro das juventudes. Além disso, podem ser estudados outros aspectos referentes às finanças dos jovens em questão,

tais como: comportamentos de consumo, poupança e investimentos. Ou, ainda, a investigação de outros aspectos que poderiam interferir em seu conhecimento financeiro citando-se: as experiências tanto familiares quanto culturais e outros *vieses* comportamentais.

REFERÊNCIAS

- ABEP – Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa. **Alterações na aplicação do Critério Brasil, válidas a partir de 01/06/2019**. Disponível em: <https://www.abep.org/criterioBr/01_cceb_2019.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2021.
- ABREU, Marcelo de Paiva. **A ordem do progresso**: dois séculos de política econômica no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- ABREU, Marcelo de Paiva; WERNECK, Rogério L.F. Estabilização, abertura e privatização, 1990-1994. In: ABREU, Marcelo de Paiva. **A ordem do progresso**: dois séculos de política econômica do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. p. 313-330.
- AEF-BRASIL, Associação de Educação Financeira do Brasil. **Relatório anual de 2018**. 2018. Disponível em: <<https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2019/09/relatorio-anual-aeffbrasil-2018.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2020.
- AGUIAR, Renato Aparecido; SALES, Roberto Moura; SOUSA, Lucy Aparecida de. Um modelo Fuzzy comportamental para análise de sobre-reação e sub-reação no mercado de ações brasileiro. **Revista de Administração de Empresas**, v. 48, n. 3, p. 8-22, 2008.
- ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- ANDRIETTA, Dom José Reginaldo. Doutrina Social da Igreja: história e conceitos fundamentais. **Cadernos de Fé e Cultura**, v. 2, n. 2, p. 107-116, 2017.
- ARAÚJO, Osnaldo. Por una epistemología para la contabilidad. **Investigación Contable**, v. 5, p. 4-21, 1987.
- ARAÚJO, Fernando Cosenza; CALIFE, Flavio Estevez. A história não contada da Educação Financeira no Brasil. In: ROQUE, José Roberto Romeu. **Otimização na Recuperação de Ativos Financeiros**. Volume IV. Poá-SP: IBeGI, 2014.
- AUSTRALIAN GOVERNMENT. **National Financial Literacy Strategy**. 2014. Disponível em: <http://www.financialliteracy.gov.au/media/546585/report-403_national-financial-literacy-strategy-2014-17.pdf>. Acesso em: 15 set. 2020.
- ÁVILA, Flávia; BIANCHI, Ana Maria. 2015. **Guia de Economia Comportamental e Experimental**. São Paulo: EconomiaComportamental.org. Disponível em: <www.economiacomportamental.org>. Acesso em: 20 jun. 2020.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. **Caderno de Educação Financeira**: gestão de finanças pessoais. Brasília, BCB, 2013. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2020
- BANDEIRA, Marina; RONCATO, Patricia Eveline Dos Santos. A economia estuda o comportamento? Uma revisão bibliográfica sobre a temática. In: Salão Internacional De

Ensino, Pesquisa E Extensão – SIEPE, 10, 2018, Santana do Livramento, RS. **Anais...** Santana do Livramento: Universidade Federal do Pampa, 2018.

BARRACHO, Carlos. **Lições de psicologia econômica**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

BARROS, Leonel Leite. As expectativas no pensamento dos autores marginalistas: Jevons, Menger e Walras. **Revista Economia Política do Desenvolvimento**, v. 6, n. 19, p. 1-29, 2014.

BENTHAM, Jeremy. **An introduction to the principles of morals and legislation**. McMaster University Archive for the History of Economic Thought, 1781.

BERMUDES, Wanderson Lyrio et al. Tipos de escalas utilizadas em pesquisas e suas aplicações. **Vértices**, Campos dos Goytacazes, v. 18, n. 2, p. 7-20, 2016.

BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de Filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BRASIL. **BRASIL: Implementando a Estratégia Nacional de Educação Financeira**. 2010. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educacao_Financeira_ENEF.pdf> Acesso em: 25 mai. 2020.

BRITO, Lucas da Silva et al. A importância da educação financeira nos contextos acadêmico e profissional: um levantamento de dados com alunos universitários. In: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 9., 2012, Rezende. RJ. **Anais...** Rezende: AEDB, 2016.

BRÜGGEN, Elisabeth. *et al.* Financial well-being: A conceptualization and research agenda. **Journal of Business Research**, v. 79, p. 228-237, 2017.

CABECINHAS, Rosa. Heurísticas e Enviesamentos Cognitivos no Processo de Negociação de Conflitos. **Cadernos do Noroeste**, v. 8, n. 2, p. 99-119, 1995.

CANER, Gerson. **Finanças comportamentais: efeito manada e o comovimento dos mercados acionários globais entre 2008 e 2017**. 2019. 74f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, Programa de Pós-graduação em Administração, São Paulo, 2019.

CASTRO, Eduardo Rodrigues; FIGUEIREDO, Adelson Martins; SANTOS, Maurinho Luiz dos. Funções de utilidade e demanda do consumidor. In: SANTOS, Maurinho Luiz dos; LÍRIO, Viviane Silva; VIEIRA, Wilson da Cruz. **Microeconomia Aplicada**. Visconde do Rio Branco, MG: Suprema, 2009. cap. 3, p. 93-132. Neuroeconomia.

CASTRO, Alex Sandro Rodrigues de. **Economia comportamental: caracterização e comentários críticos**. 2014. 132f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 2014.

CHAVAGLIA, José Neto; FILIPE, José António. : análise das decisões relativas a bens comuns. **Journal of Specialist**, v. 1, n. 1, p. 1-16, 2018.

CECHIN, Andrei. **A natureza como limite da economia:** a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen. São Paulo: Editora Senac, 2010

CELAM, Conselho Episcopal Latino-Americano. **Civilização do amor:** Tarefa e esperança. São Paulo: Paulinas, 1997.

CFPB (Consumer Financial Protection Bureau). **Measuring financial well-being:** A guide to using the CFPB financial well-being scale. Washington, DC: Consumer Financial Protection Bureau, 2015.

CFPB (Consumer Financial Protection Bureau). **Financial Well-Being Scale:** Scale Development Technical Report, Washington, DC: Consumer Financial Protection Bureau, 2017.

CHEROBIM, Alice Paludo; ESPEJO, Márcia Maria dos Santos. **Finanças pessoais:** conhecer para enriquecer. São Paulo: Atlas, 2010.

CUSINATO, Rafael Tiecher. **Teoria da decisão sob incerteza e a hipótese da utilidade esperada:** conceitos analíticos e paradoxos. 2003. 181f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-graduação em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003

CVM, Comissão de Valores Mobiliários. **Indicador de bem-estar financeiro.** 2017. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2019/09/Indicador-de-Bem-Estar-Financeiro.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2021.

DE ALMEIDA, Felipe Mateus. A Renovação Carismática e o GOU: uma análise do Grupo de Oração Universitário da Paróquia São João Evangelista em Goiânia. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 16, n. 185, p. 129-141, 2016.

DEBALD, Blasius Silvano. A educação informal da juventude na diocese de Santa Cruz do Sul – 1959/1986. **Educação (UFSM)**, v. 26, n.2, p.111-119, 2007.

DELANEY, Liam; LADES, Leonhard. Present bias and everyday self-control failures. **Stirling Economics Discussion Paper**, University of Stirling, 2015. Disponível em: <<http://www.stir.ac.uk/management/research/economics/workingpapers/>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

DICK, Hilário. **JEC no Brasil:** uma proposta que não morreu. Centro de Capacitação da Juventude, Porto Alegre: CCJ, 1992.

DICK, Hilário. **O caminho se faz:** história da pastoral da juventude do Brasil. Porto Alegre: Evangraf, 1999.

DO SACRAMENTO, Sônia Regina Valério et al. O efeito da consciência ecológica e do framing de perda e ganho no comportamento do consumidor. **Revista de Administração da UNIMEP**, v. 12, n. 3, p. 184-206, 2014.

DSI - PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. **Compêndio da Doutrina Social da Igreja.** 4. ed. São Paulo: Paulinas, 2008.

DUARTE, José Fernando. **A Pastoral da Juventude em Goiânia: trajetória, experiência e atuação.** 2019. 128f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, Goiás, 2019.

ENEF (Estratégia Nacional de Educação Financeira). **Governança da Estratégia Nacional de Educação Financeira.** 2010. Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/pagina-37-governanaa.html>>. Acesso em: 03 dez. 2019

ENEF (Estratégia Nacional de Educação Financeira). **Mapa da Educação Financeira do Brasil.** 2013. Disponível em: <www.vidaedinheiro.gov.br/docs/RelatorioAnaliticoENEF.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2019.

ESTEVEZ, Alejandra. **A Igreja e os Trabalhadores Católicos: um estudo sobre a Juventude Operária Católica e a Ação Católica Operária (1940-1980).** 2008. 157f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Vera Rita de Mello. **Psicologia econômica: estudo do comportamento econômico e tomada de decisão.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

FERREIRA, Vera Rita de Mello. **Decisões econômicas: você já parou para pensar?** São Paulo: Évora, 2011.

FGV, 2020. Verbete temático. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/atos-institucionais>>. Acesso em 20 fev. 2020

FUNDOS PUC. **Juventude independente Católica do Brasil, JICB.** Disponível em: <http://www4.pucsp.br/cedic/semui/fundos/juventude_independente.html>. Acesso em: 10 fev. 2020.

GEOMAPAS. **Mapa dos municípios do Estado do Paraná.** Disponível em: <<http://www.geomapas.com.br/nossos-produtos/estado-do-parana-1.17x0.89m-517-com..html>> Acesso em: 15 abr. 2020.

GIANETTI, Eduardo. **O valor do amanhã.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Atlas metodologia do ensino superior.** São Paulo: Atlas, 2010.

GIROTTO, Cássia; ALVES, Ana Carolina Fernandes; SAMBATTI, Andreia Polezi. Limites à Educação Financeira: uma análise da subjetividade no uso do dinheiro. In: Congresso Brasileiro em Gestão De Negócios: sustentabilidade em empreendimentos locais, 4., 2016, Cascavel, PR. **Anais...** Cascavel: UNIOESTE, 2016.

- GREGORIO, Maria de Fátima Araújo. **Com lenço e sem documento: identidades, ideário e relações familiares na luta e repressão política à Juventude Universitária Católica**. 2011. 322f. Tese (Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea) - Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea, Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2011.
- GREGORIO, Maria de Fátima Araújo. O movimento social da Juventude Universitária Católica na América Latina. In: Seminário Internacional História do Tempo Presente, 1., 2014, Florianópolis, SC. **Anais...** Florianópolis: UDESC, 2014.
- GUEDES, Terezinha Aparecida, et al. **Projeto de Ensino: aprender fazendo estatística**. 2015. Disponível em: <https://www.ime.usp.br/~rvicente/Guedes_et al_Estatistica_Descritiva.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2020.
- HALFELD, Mauro; TORRES, Fábio De Freitas Leitão. Finanças comportamentais: a aplicações no contexto brasileiro. **Revista de Administração de Empresas**, v. 41, n. 2, p. 64-71, 2001.
- HASTINGS, Justine; MADRIAN, Brigitte; SKIMMYHORN, William. Financial literacy, financial education, and economic outcomes. **Annual Review of Economics**. v. 5, n. 1, p. 347-373, abr. 2013.
- IHU, Instituto Humanitas Unisinos. **Papa lança um pacto global para mudar o modelo da economia**. 2019. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/589067-papa-lanca-um-pacto-global-para-mudar-o-modelo-de-economia>>. Acesso em: 25 mai. 2020.
- INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Resultados gerais do Censo 2010 (Micro dados)**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3572>>. Acesso em: 20 jul. 2020.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Mapa das Regiões Turísticas do Estado do Paraná**. 2019. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/Imagem/baseturisticaparana26022020jpg>>. Acesso em 23 abr. 2020.
- JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- JEVONS, Willian Stanley. **A Teoria da Economia Política**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996.
- JOSAPHAT, Carlos. **Fogo amigo sobre o velho frade**. São Paulo: Parábola, 2016.
- KAHNEMAN, Daniel; TVERSKY, Amos. Judgment under uncertainty: Heuristics and biases. **Science**, v. 185, n. 4157, p. 1124-1131, 1974.
- KAHNEMAN, Daniel; TVERSKY, Amos. Prospect Theory: An Analysis of Decision Under Risk. **Econometrica**, v. 47, n. 2, p. 263-291, 1979.

- KAHNEMAN, Daniel; KNETSCH, Jack; THALER, Richard. Anomalies: The endowment effect, loss aversion, and status quo bias. **Journal of Economic perspectives**, v. 5, n. 1, p. 193-206, 1991.
- KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e devagar**: duas formas de pensar. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- KAUARK, Fabiana da Silva; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa**: um guia prático. Ita-buna: Via Litterarum, 2010.
- KIYOSAKI, Robert. **O poder da educação financeira**: lições sobre dinheiro que não se aprendem na escola. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- KLING, Marco Antônio Bittencourt. **Finanças comportamentais**: a influência das heurísticas e vieses cognitivos no processo de análise técnica de ações. 2019. 97 f., Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia de Produção) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- KOCHER, Martin; LUCKS, Konstantin; SCHINDLER, David. Unleashing animal spirits: Self-control and overpricing in experimental asset markets. **The Review of Financial Studies**, v. 32, n. 6, p. 2149-2178, 2019.
- LAGO, Luiz Aranha Correa. A retomada do crescimento e as distorções do “milagre”, 1967-1974. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org). **A ordem do progresso**: dois séculos de política econômica no Brasil. São Paulo: Elsevier, 2014. p. 213-239.
- LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. Problema e problemática. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto alegre: Artmed, 1999
- LAZZAROTTO, Joeslio José; COSTA, Thiago de Melo Teixeira da; SANTOS, Maurinho Luiz dos. Risco e incerteza. In: SANTOS, Maurinho Luiz dos; LÍRIO, Viviane Silva; VIEIRA, Wilson da Cruz. **Microeconomia Aplicada**. Visconde do Rio Branco, MG: Suprema, 2009. cap. 6, p. 193-234.
- LEITÃO, Miriam. **Saga brasileira**: a longa luta de um povo por sua moeda. 11. ed, Rio de Janeiro: Editora Record, 2016.
- LIMA, Ricardo Chaves. Modelos de respostas binárias: especificação, estimação e inferência. **Agricultura em São Paulo**, v. 43, p. 19-26, 1996.
- LOBO, Bruna Guera, et al. A influência do viés aversão à perda e do significado do dinheiro sobre o processo decisório de empreendedores brasileiros. In: Seminários em Administração, 14., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: SEMEAD, 2011.
- LUNET, Nuno; SEVERO, Milton; BARROS, Henrique. Desvio-Padrão ou erro padrão. **Arquivos de Medicina**, v. 20, n. 1-2, p. 55-59, 2006.
- LUPPE, Marcos Roberto. **A Heurística da Ancoragem e seus Efeitos no Julgamento**: Decisões de Consumo. 2006. 126 f. Dissertação (Mestrado em Administração) -

Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MACEDO JÚNIOR, Jurandir Sell. **Teoria do prospecto**: uma investigação utilizando simulação de investimentos. 2003. 218f. Tese (Doutorado em Finanças Comportamentais) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas da Universidade de Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003;

MACEDO, Jurandir Sell; IGLESIAS, Martin; HILLS, Denise. **4 Dimensões de uma vida em equilíbrio**. Florianópolis: Insular, 2014.

MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva; DANTAS, Manuela Moura; OLIVEIRA, Rafael Fernandes da Silva de. Análise do Comportamento Decisório de Profissionais de Contabilidade sob a perspectiva da Racionalidade Limitada: Um Estudo sobre os Impactos da Teoria dos Prospectos e das Heurísticas de Julgamento. **Revista Ambiente Contábil Universidade Federal do Rio Grande do Norte**, v. 4, n. 1, p. 1-16, 2012.

MAIA, Katy et al. Diferenças salariais e discriminação por gênero e cor no mercado de trabalho da região sul do Brasil. **Revista Estudo & Debate**, v. 25, n. 1, 2018.

MAIA, César Portantiolo; SALES, Lilian Maria Pinto. Ação Católica e Modernidade Religiosa: um debate sobre a autonomia do leigo. **Debates do NER**, v.2, n.34, p. 155-182, ago./dez. 2018.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil, 1916-1985**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MANFREDINI, Andreza Maria Neves. **Pais e filhos**: um estudo da educação financeira em famílias na fase de aquisição. 2007. 218 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MANOEL, Ivan Aparecido. A Ação Católica Brasileira: notas para estudo. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 21, p. 207-215, 1999.

MARTINS, Suely Aparecida. **Caminhos e descaminhos da socialização política na Pastoral da Juventude**: o caso de Londrina. 2000. 146f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2000.

MARTINS, José Pio. **Educação financeira ao alcance de todos**. São Paulo: Fundamento Educacional, 2004.

MARTINS, Ana Quitéria Nunes. **A formação da Estratégia de Educação Financeira do Governo Brasileiro**. 2013. 98 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde) – Programa de Mestrado Profissional em Saúde Pública, Brasília, 2013.

MAYER, Verônica Feder; AVILA, Marcos Gonçalves. A influência da estruturação da mensagem em comportamentos relacionados à saúde: um teste experimental. **Saúde e Sociedade**, v. 19, n. 3, p. 685-697, 2010.

MEINBERG, Daniel. *et al.* **Educando seu bolso**. Belo Horizonte: Gutenberg, 2017.

MENGER, Carl. **Princípios de Economia Política**. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1983.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **O que é COVID-19?** 2020. Disponível em <<https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid>> Acesso em: 10 jun. 2020.

MIRANDA, Rhayane Aparecida Ferreira; LEAL, Edvalda Araújo; ARAÚJO, Tamires Sousa. Finanças pessoais: um estudo das associações entre o conhecimento sobre finanças e as características dos estudantes universitários da área de negócios. In: CONGRESSO ANPCONT. 11., 2017. Belo Horizonte, MG. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2017.

MORAES, José Diniz de; TABAK, Benjamin Miranda. As heurísticas e vieses da decisão judicial: análise econômico-comportamental do direito. **Revista Direito GV**, v. 14, n. 2, p. 618-653, 2018.

MOREIRA, Bruno César de Melo. **Três ensaios sobre finanças comportamentais e neuroeconomia**: testando o efeito dotação, efeito overconfidence e efeito gratificação instantânea em crianças. 2012. 170f. Tese (Doutorado em Administração) - Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

MORGENSTERN, Oskar; VON NEUMANN, John. **Theory of games and economic behavior**. Princeton university press, 1945

MOSCA, Aquiles. **Finanças comportamentais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

MURARO, Valmir Francisco. **JOC: uma utopia operária?** 1983. 223f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.

MURARO, Valmir Francisco. **Juventude operária católica (JOC)**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

NANZIRI, Elizabeth Lwanga. **Financial literacy, use of finance and welfare in post-apartheid South Africa**. 2016. 206 f. Tese (Doutorado em Filosofia). School Economics. University of Cape Town, South Africa, 2016

NANZIRI, Elizabeth Lwanga.; LEIBBRANDT, Murray. Measuring and profiling financial literacy in South Africa. Tradução livre. **South African Journal of Economic and Management Sciences**, v. 21, n. 1, p. 1-17, 2018.

NOBRE, Fábio Chaves et al. Contabilidade mental: Levantamento e desenvolvimento recente. **Revista Espacios**, v. 37, n.34, p. 6, 2016.

NOVAES, Regina et al. **Agenda Juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças**. Rio de Janeiro: Unirio, 2016.

NUNES, Bernardo; ROGERS, Pablo; CUNHA, Gustavo. O papel do autocontrole nas decisões financeiras. *In: ÁVILA, Flávia; BIANCHI, Ana Maria. Guia de Economia comportamental e experimental*, 1.ed. São Paulo: Economiacomportamental.org, 2015. cap. 3 p. 190-199.

NUNES, Ginete Cavalcante; NASCIMENTO, Maria Cristina Delmondes; LUZ, Maria Aparecida Carvalho Alencar. Pesquisa científica: conceitos básicos. **Id on Line Revista de Psicologia**, v. 10, n. 29, p. 144-151, 2016.

O'DONOGHUE, Ted; RABIN, Matthew. Present bias: Lessons learned and to be learned. **American Economic Review**, v. 105, n. 5, p. 273-79, 2015.

OCDE. **Recommendation on principles and good practices for financial education and awareness**. 2005. Disponível em: <<https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/35108560.pdf>>. Acesso em: 20 mai 2020.

OCDE. **International Network on Financial Education (INFE). Financial Education and the Crisis: Policy Paper and Guidance**. 2009. Disponível em: <<https://www.oecd.org/finance/financial-education/50264221.pdf>>. Acesso em: 20 mai 2019.

OCDE. **Core competencies framework on financial literacy for youth**. 2015. Disponível em: <<http://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/Core-Competencies-Framework-Youth.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

OCDE. **PISA 2018 Results (Volume IV): Are Students Smart about Money?**, PISA, OECD Publishing, Paris, 2020. Disponível em; <<https://doi.org/10.1787/48ebd1ba-en>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração**. Catalão: UFG, 2011.

OLIVEIRA, Luciana Vargas Netto; COLOGNESE, Silvio Antônio. Juventude e gênero: educação, trabalho e renda na microrregião de Toledo, pr. **Tempo da Ciência**, v. 21, n. 42, p. 85-93, 2014.

OLIVEIRA, Elton Parente de. **Qualidade de vida no trabalho: relações com literacia financeira, bem-estar financeiro e desempenho no trabalho**. 2018. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

ORLANDO, Florisvaldo S. **Pastoral da Juventude no Brasil: uma proposta atual.** Vida Pastoral, São Paulo, p. 5-10, mar./abr., 1992.

PAPA FRANCISCO. **Mensagem do Santo Padre Francisco para o encontro “Economia de Francisco”.** 2019. Disponível em: <<http://press.vatican.va/content/salastampa/it/bollettino/pubblico/2019/05/11/0399/00815.html>>. Acesso em: 25 mai. 2020.

PAULA, Eder Coelho. **Leigos engajados na política: um olhar interdisciplinar sobre a Juventude Estudantil Católica enquanto movimento social (1958-1966).** 2007. 153f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Ibéricas e Americanas) – Programa de Pós-graduação em História das Sociedades Ibéricas e Americanas, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PETERS, Edgar. Simple and complex market inefficiencies: integrating efficient markets, behavioral finance, and complexity. **The Journal of Behavioral Finance**, v. 4, n. 4, p. 225-233, 2003.

PINDYCK, Robert; RUBINFELD, Daniel; **Microeconomia.** Pearson, 2010.

POSSAS, Silvia. Notas acerca da racionalidade econômica. **Economia e Sociedade**, v. 4, n. 2, p. 181-187, 1995.

PRADO, Antônio Ramos. **Estudo de representações, valores, normas e estilos dos jovens da cultura emo.** 2012. 143f. Dissertação (Mestrado em Pastoral Juvenil). Universidade Politécnica Salesiana. Quito, 2012.

PRADO, André Brisola Brito; FAMÁ, Rubens. O Consumo e a importância da Educação Financeira para o Brasil. **Revista da Faculdade de Administração e Economia**, v. 8, n. 1, p. 02-12, 2016.

PRADO, Antônio Ramos. Movimentos eclesiais de jovens do Brasil. **Studium**, v. 3, n. 4, p. 1-106, 2017.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1979.

RAMALHO, Thiago Borges. **Finanças comportamentais no Brasil: uma aplicação da teoria da perspectiva em potenciais investidores.** 2013. 108 f. Dissertação (Mestrado em Administração estratégica) - FECAP - Faculdade Escola de Comércio Álvares Penteado, São Paulo, 2013.

RAMOS, Antônio da Conceição. **Movimento estudantil: a JUC em Sergipe (1958-1964).** 2000. 163f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2000.

ROCHA, Taís Lara Gimenes de Deus. **Finanças pessoais: teste de conhecimento e aplicação em alunos concluintes do curso de Ciências Contábeis da Universidade de Brasília.** 2013. 28 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

ROGERS, Pablo; FAVATO, Verônica; SECURATO, José Roberto. Efeito educação financeira no processo de tomada de decisões em investimentos: um estudo a luz das finanças comportamentais. In: **II Congresso ANPCONT-Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Salvador/BA**, 2008. p. 3.

SÁ, Karolina Kneip de. **Ação Popular do Brasil: Da JUC ao Racha de 1968**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SAMSON, Alain. Introdução à economia comportamental e experimental. In: ÁVILA, Flávia; BIANCHI, Ana Maria. (org). **Guia de economia comportamental e experimental**. São Paulo: EconomiaComportamental.org, 2015, p. 26.

SAMUELSON, William; ZECKHAUSER, Richard. Status quo bias in decision making. **Journal of risk and uncertainty**, v. 1, n. 1, p. 7-59, 1988.

SAUER, Paula. **Heurísticas e vieses comportamentais em decisões financeiras pessoais: um estudo com profissionais da comunidade médica**. 2016. 102 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Administração, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

SAUER, Paula Gonçalves; NARDY, André; JUNQUEIRA, Luciano Antonio Prates. Como homens e mulheres em idade adulta tomam decisões financeiras em cenário de incerteza? In: 3º Encontro Brasileiro de Economia e Finanças Comportamentais. São Paulo. **Anais...** Encontro Brasileiro de Economia e Finanças Comportamentais, 3. FGV EAESP. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/18893>>. Acesso em: 04 abr. 2021.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 41, n. 6, 2007.

SBICCA, Adriana. Heurísticas no estudo das decisões econômicas: contribuições de Herbert Simon, Daniel Kahneman e Amos Tversky. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 44, n. 3, p. 579-603, 2014.

SHILLER, Robert. Irrational exuberance. **Philosophy and Public Policy Quarterly**, v. 20, n. 1, p. 18-23, 2000.

SIGNORELLI, Patrícia Fernanda Correa Lima; CAMILO-DA-SILVA, Eduardo.; BARBEDO, Claudio Henrique da Silveira. Uma análise do Efeito Manada no Mercado de Ações Brasileiro. **Brazilian Business Review**, Vitória, v. 18, n. 3, p. 236-254, mai. 2021.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração da dissertação**. 4.ed. Florianópolis: UFSC, 2005. 138 p.

SILVA, Victória Gambetta. **Juventude operatória católica em Santa Catarina (1948-1970): trajetória, memórias e experiências**. 2008. 176f. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SILVA, Joaquim Alberto Andrade; VIEIRA, Luiz Duarte; SILVA, Roberta Augustinho da. **Pastoral da Juventude: um jeito de ser e fazer. Somos Igreja jovem.** São Paulo: FTD, 2012.

SILVA, Rogério. Chaves. da. **A juventude agrária católica em Alagoa Grande - PB (1954-1964).** 2017. 48f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2017.

SILVA, Maria Luiza Falcão. Plano Real e âncora cambial. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 22, p. 387-407, 2020.

SIMON, Herbert. Rational decision-making in business organizations. **Economic Sciences (1968-1980). The Sveriges Riksbank (Bank of Sweden) Prize in Economic Sciences in Memory of Alfred Nobel**, v. 1, p. 343-371, 1978.

SKDIMORE, Thomas. **Uma história do Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

SOARES, Tufi Machado. Utilização da teoria da resposta ao item na produção de indicadores socioeconômicos. **Pesquisa operacional**, v. 25, n. 1, p. 83-112, 2005.

SOARES, Fabrício Pereira.; MARCHITO, Emmanuely Ferreira Bonoto. Educação financeira no Brasil: uma análise da estratégia nacional para a educação financeira (ENEF) sob a ótica do processo de elaboração de políticas públicas. **Revista Vianna Sapiens**, v. 10, n. 2, p. 34, 29 out. 2019.

SOFIATI, Flávio Munhoz. **Jovens em movimento: o processo de formação da Pastoral da Juventude do Brasil.** 2004. 200f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

SOFIATI, Flávio Munhoz. A juventude no Brasil: história e organização. **Passages de Paris**, v. 3, n. 1, p. 1-14, 2008.

SOFIATI, Flávio Munhoz. **Religião e juventude: os jovens carismáticos.** 2009. 225f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SOFIATI, Flávio Munhoz. Renovação carismática e teologia da libertação: elementos para uma sociologia da juventude católica. *In: Novas leituras do campo religioso brasileiro.* Aparecida: Ideias&letras, 2014.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula.** São Paulo: Atlas SA, 2007.

SPC – Serviço de Proteção ao Crédito. **Geração Z: Gestão das Finanças Pessoais.** 2019. Disponível em:

<<http://www.cndi.org.br/upload/comunicacao/0519/SPC%20Analise%20Gera%C3%A7%C3%A3o%20Z.%20Gest%C3%A3o%20das%20Finan%C3%A7as%20Pessoais.pdf>>.

Acesso em: 20 nov 2019a.

SPC – Serviço de Proteção ao Crédito. **68% dos brasileiros não estão preparados para lidar com imprevistos, aponta indicador de bem-estar financeiro CNDL/SPC Brasil**. 2019. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/indice/6696>>. Acesso em: 02 abr. 2021b.

TAVARES, Marcelo. Estatística aplicada à administração. **Sistema Universidade Aberta do Brasil**, 2007.

TEIXEIRA, Carmen Lucia. **O grupo de jovens: espaço de formação da identidade política**. 2006. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, Universidade Católica de Goiás, Goiânia-GO, Brasil, 2006

THALER, Richard; SHEFRIN, Hersh. An economic theory of self-control. **Journal of Political Economy**, v. 89, n. 2, p. 392-406, 1981.

THALER, Richard; SUNSTEIN, Cass. **Nudge: como tomar melhores decisões sobre saúde e felicidade**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. A economia moral da utilidade. **Revista de Administração Pública**, v. 36, n. 2, p. 293-317, 2002.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. In: **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. São Paulo: EDUSC, 2004. p. 67-77

TVERSKY, Amos; KAHNEMAN, Daniel. Availability: A heuristic for judging frequency and probability. **Cognitive psychology**, v. 5, n. 2, p. 207-232, 1973.

VALOR ECONÔMICO. **Dupla jornada de estudo e trabalho ganha força entre jovens brasileiros**. 2020. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/02/05/dupla-jornada-de-estudo-e-trabalho-ganha-forca-entre-jovens-brasileiros.ghtml>>. Acesso em: 22 jun. 2020.

VATICAN. **Site oficial do Vaticano**. 2020. Disponível em: <<http://www.vatican.va/content/vatican/pt.html>>. Acesso: 20 jun. 2020.

WAGNER, Sergio Artur Luz. **Novas e velhas abordagens da teoria da escolha e da utilidade**. 2009. 179f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-graduação da Faculdade de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

WALRAS, Léon. **Compêndio dos elementos de economia política pura**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

WERNERCK, Rogério L.F. Consolidação da estabilização e reconstrução institucional, 1995-2003. In: ABREU, Marcelo de Paiva. **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. p. 331-356.

WISNIEWSKI, Eliseu. Doutrina social: economia, trabalho e política. **Horizonte-Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**. Belo Horizonte. v. 17, n. 53 p. 1369-1369. mai./ago. 2019.

YOSHINAGA, Claudia Emiko; RAMALHO, Thiago Borges. Finanças Comportamentais no Brasil: uma aplicação da teoria da perspectiva em potenciais investidores. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 16, n. 53, p. 594-615, 2014.

ANEXOS

ANEXO I – QUESTIONÁRIO

BLOCO 1: CARACTERÍSTICAS SOCIOECÔNOMICAS

Neste primeiro bloco do questionário peço que você responda algumas questões que irão contribuir para a caracterização do perfil socioeconômico dos jovens pesquisados.

1. Qual é a espiritualidade do grupo de jovens em que você participa?

- 1 - Cursinho Jovem.
- 2 - Juventude Mariana Vicentina (JMV).
- 3 - Ministério Jovem da RCC.
- 4 - Ministério Universidades Renovadas da RCC.
- 5 - Pastoral da Juventude.
- 6 - Pastoral da Juventude Marista.
- 7 - Pastoral da Juventude Lassalista (PAJULA).
- 8 - Grupo paroquial.

2. Há quanto tempo você participa do seu grupo de jovens?

- 1 - Há menos de um ano.
- 2 - De um ano a menos de dois anos.
- 3 - De dois anos a menos de três anos.
- 4 - De três anos a menos de cinco anos.
- 5 - Cinco anos ou mais.

3. Qual a sua idade: (RESPONDA APENAS COM NÚMEROS).

4. Sexo:

- 1 - Masculino.
- 2 - Feminino.

5. Estado civil:

- 1 - Solteiro/a.
- 2 - Casado/a.
- 3 - Divorciado/a.
- 4 - Viúvo/a.

6. Com relação à sua cor ou raça, você se considera:

- 1 - Branco/a.
- 2 - Preto/a.
- 3 - Amarelo/a.
- 4 - Pardo/a.
- 5 - Indígena.

7. Qual a cidade em que você reside?

- 1 - Toledo.
- 2 - Guaíra.
- 3 - Terra Roxa.
- 4 - Palotina.
- 5 - Maripá.

- 6 - Mercedes.
- 7 - Nova Santa Rosa.
- 8 - Marechal Cândido Rondon.
- 9 - Quatro Pontes.
- 10 - Pato Bragado.
- 11 - Entre Rios do Oeste.
- 12 - Ouro Verde do Oeste
- 13 - São Pedro do Iguaçu.
- 14 - Assis Chateaubriand.
- 15 - Tupãssi.
- 16 - Nova Aurora.
- 17 - Jesuítas.
- 18 - Formosa do Oeste.
- 19 - Iracema do Oeste.

8. Qual a sua Escolaridade?

- 1 - Ensino fundamental incompleto.
- 2 - Ensino fundamental completo.
- 3 - Ensino médio incompleto.
- 4 - Ensino médio completo.
- 5 - Ensino superior incompleto.
- 6 - Ensino superior completo.
- 7 - Especialização.
- 8 - Mestrado.
- 9 - Doutorado.

9. Qual a sua condição em relação à família?

- 1 - Responsável pela família (pai ou mãe).
- 2 - Cônjuge da pessoa responsável pela família (pai ou mãe).
- 3 - Filho/a.
- 4 - Irmão/ã.
- 5 - Moro sozinho/a
- 6 - Outro. Especifique:

10. Fonte de renda pessoal (de onde vem o seu dinheiro):

- 1 - Não possui renda.
- 2 - Mesada/semanada.
- 3 - Exerce atividade remunerada com carteira assinada (ou contrato).
- 4 - Exerce atividade remunerada sem carteira assinada.

11. Renda pessoal (quanto você ganha por mês):

- 1 - Não possui renda.
- 2 - Até um salário-mínimo (R\$ 1.100).
- 3 - Mais que um até dois salários-mínimos (R\$1.101 - R\$ 2.200).
- 4 - Mais que dois até três salários-mínimos (R\$ 2.201 – R\$ 3.300).
- 5 - Mais que três até quatro salários-mínimos (R\$ 3.301 – R\$ 4.400).
- 6 - Mais que quatro até cinco salários-mínimos (R\$ 4.401 – R\$ 5.500).
- 7 - Mais que cinco até seis salários-mínimos (R\$ 5.501 – R\$ 6.600).

- 8 - Mais que seis até sete salários-mínimos (R\$ 6.601 – R\$ 7.700).
- 9 - Mais que sete até oito salários-mínimos (R\$ 7.701 – R\$ 8.800).
- 10 - Mais que oito até nove salários-mínimos (R\$ 8.801 – R\$ 9.900).
- 11 - Mais que nove até dez salários-mínimos (R\$ 9.901 – R\$ 11.000).
- 12 - Mais que dez salários-mínimos (Mais do que 11.000).

12. Renda familiar mensal (quanto a sua família incluindo VOCÊ ganha por mês):

- 1- Minha família não possui renda.
- 2 - Até um salário-mínimo (R\$ 1.100).
- 3 - Mais que um até dois salários-mínimos (R\$1.101 - R\$ 2.200).
- 4 - Mais que dois até três salários-mínimos (R\$ 2.201 – R\$ 3.300).
- 5 - Mais que três até quatro salários-mínimos (R\$ 3.301 – R\$ 4.400).
- 6 - Mais que quatro até cinco salários-mínimos (R\$ 4.401 – R\$ 5.500).
- 7 - Mais que cinco até seis salários-mínimos (R\$ 5.501 – R\$ 6.600).
- 8 - Mais que seis até sete salários-mínimos (R\$ 6.601 – R\$ 7.700).
- 9 - Mais que sete até oito salários-mínimos (R\$ 7.701 – R\$ 8.800).
- 10 - Mais que oito até nove salários-mínimos (R\$ 8.801 – R\$ 9.900).
- 11 - Mais que nove até dez salários-mínimos (R\$ 9.901 – R\$ 11.000).
- 12 - Mais que dez salários-mínimos (Mais do que 11.000).

BLOCO 2: ESCALA DO BEM-ESTAR FINANCEIRO

O Indicador de Bem-estar financeiro baseia-se em modelo desenvolvido pelo "Consumer Financial Protection Bureau (CFPB)", órgão americano de proteção ao consumidor, e foi traduzido para a realidade brasileira. Por bem-estar financeiro entende-se o estado em que o indivíduo tem capacidade de honrar as suas obrigações financeiras; sente-se seguro com relação ao futuro financeiro; e pode fazer escolhas que lhe permitam aproveitar a vida. Para construir a escala de bem-estar financeiro dos jovens participantes de grupos de jovens, peço que você responda o bloco de questões colocadas abaixo.

Para cada questão, verifique como a afirmação descreve a sua realidade financeira, sendo que a resposta "nada" significa nenhuma relação com a sua realidade e a resposta "completamente" indica uma descrição perfeita da sua realidade.

13. Eu conseguiria dar conta de um gasto inesperado.

- 0 - Nada
- 1 - Muito pouco.
- 2 - Mais ou menos.
- 3 - Muito bem.
- 4 - Completamente.

14. Eu estou guardando dinheiro para garantir meu futuro financeiro.

- 0 - Nada
- 1 - Muito pouco.
- 2 - Mais ou menos.
- 3 - Muito bem.
- 4 - Completamente.

15. Por causa da minha situação financeira, eu sinto que nunca terei as coisas que eu gostaria na vida.

- 0 - Nada
- 1 - Muito pouco.
- 2 - Mais ou menos.
- 3 - Muito bem.
- 4 - Completamente.

16. Eu consigo viver bem só por causa da maneira como administro meu dinheiro.

- 0 - Nada
- 1 - Muito pouco.
- 2 - Mais ou menos.
- 3 - Muito bem.
- 4 - Completamente.

17. Eu estou só sobrevivendo financeiramente.

- 0 - Nada
- 1 - Muito pouco.
- 2 - Mais ou menos.
- 3 - Muito bem.
- 4 - Completamente.

18. Estou preocupado/a porque o dinheiro que eu tenho ou virei a guardar pode não ser suficiente.

- 0 - Nada
- 1 - Muito pouco.
- 2 - Mais ou menos.
- 3 - Muito bem.
- 4 - Completamente.

19. Dar um presente de casamento, aniversário ou outra ocasião imporá um estresse sobre as minhas finanças naquele mês.

- 0 - Nada
- 1 - Muito pouco.
- 2 - Mais ou menos.
- 3 - Muito bem.
- 4 - Completamente.

20. Eu tenho dinheiro disponível no fim do mês.

- 0 - Nada
- 1 - Muito pouco.
- 2 - Mais ou menos.
- 3 - Muito bem.
- 4 - Completamente.

21. Eu estou com dívidas.

- 0 - Nada

- 1 - Muito pouco.
- 2 - Mais ou menos.
- 3 - Muito bem.
- 4 - Completamente.

22. Minhas finanças controlam a minha vida.

- 0 - Nada
- 1 - Muito pouco.
- 2 - Mais ou menos.
- 3 - Muito bem.
- 4 - Completamente.

BLOCO 3: ECONOMIA COMPORTAMENTAL E CONHECIMENTO FINANCEIRO

As questões do Bloco 3 têm por objetivo identificar as principais heurísticas e vieses do indivíduo em relação às suas finanças. As heurísticas são comumente definidas como atalhos cognitivos ou regras práticas que simplificam as decisões, representando um processo de substituição de uma questão difícil por uma mais fácil (Kahneman, 2003). Já os vieses cognitivos são erros que cometemos baseados em nossas heurísticas. São decisões ilógicas, não pensadas e não refletidas que tomamos automaticamente, muitas vezes sem nos darmos conta. As heurísticas e os vieses são objetos de estudo da Economia Comportamental, um ramo da Ciência Econômica que procura estudar o comportamento financeiro das pessoas. Para responder as questões do Bloco 3, solicito que você seja espontâneo/a.

Nas perguntas 23 a 28, verifique o quanto você concorda com cada afirmação dentre as alternativas disponíveis.

23. Em um investimento arrisco (ou arriscaria) perder se existe uma chance maior de ganhar:

- 0 - Discordo Totalmente
- 1 - Discordo Razoavelmente
- 2 - Discordo um pouco
- 3 - Indiferente
- 4 - Concordo um pouco
- 5 - Concordo Razoavelmente
- 6 - Concordo Totalmente

24. Prefiro (preferiria) investimentos que já comprovaram ter rendimentos altos:

- 0 - Discordo Totalmente
- 1 - Discordo Razoavelmente
- 2 - Discordo um pouco
- 3 - Indiferente
- 4 - Concordo um pouco
- 5 - Concordo Razoavelmente
- 6 - Concordo Totalmente

25. Sobre a afirmação “Se for para errar que seja com os outros”, você:

- 0 - Discordo Totalmente
- 1 - Discordo Razoavelmente
- 2 - Discordo um pouco
- 3 - Indiferente
- 4 - Concordo um pouco
- 5 - Concordo Razoavelmente
- 6 - Concordo Totalmente

26. Quanto maior o risco, maior é o retorno esperado de um investimento:

- 0 - Discordo Totalmente
- 1 - Discordo Razoavelmente
- 2 - Discordo um pouco
- 3 - Indiferente
- 4 - Concordo um pouco
- 5 - Concordo Razoavelmente
- 6 - Concordo Totalmente

27. Se eu não tiver uma prestação (se não for a prazo) não consigo comprar o que desejo:

- 0 - Discordo Totalmente
- 1 - Discordo Razoavelmente
- 2 - Discordo um pouco
- 3 - Indiferente
- 4 - Concordo um pouco
- 5 - Concordo Razoavelmente
- 6 - Concordo Totalmente

28. Demoro (ou demoraria) para cancelar serviços que eu não uso (usaria):

- 0 - Discordo Totalmente
- 1 - Discordo Razoavelmente
- 2 - Discordo um pouco
- 3 - Indiferente
- 4 - Concordo um pouco
- 5 - Concordo Razoavelmente
- 6 - Concordo Totalmente

29. O que você prefere:

- 1 - Conseguir 900 reais com certeza.
- 2 - 90% de chance de conseguir 1000 reais.

30. O que você prefere:

- 1 - Perder 900 reais com certeza.
- 2 - 90% de chance de perder 1000 reais.

31. Linda tem 31 anos, é solteira, ativa, falante e muito inteligente. Ela se formou em Filosofia e, como estudante, preocupava-se bastante com questões ligadas à discriminação e justiça social, além de participar de passeatas e movimentos por direitos políticos e civis. Qual descrição é mais provável de estar correta com relação à Linda:

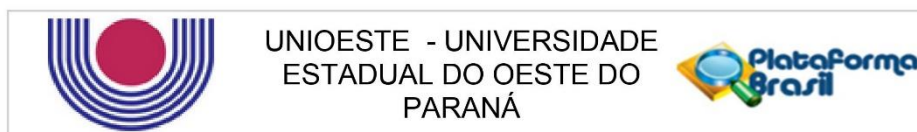
1 - Linda é caixa de um banco.

2 - Linda é caixa de um banco e participa ativamente do movimento feminista.

ANEXO II – ROTEIRO DA ENTREVISTA

- 1) Para você, o que é a Educação Financeira?
- 2) No grupo em que você participa, você faz a atividade de projeto de vida? De que modo ele é trabalhado? Quais são os assuntos abordados dentro deste projeto?
 - Caso a resposta seja não: vocês pensam no futuro? Vocês falam sobre Sonhos profissionais e financeiros? Vocês debatem projeções para o futuro?
- 3) Você sabe o que Economia de Francisco?
 - Caso a resposta seja não: explicar o que é este movimento (insistir se este assunto já foi abordado em seu grupo).
- 4) Você conhece/estuda em seu grupo, os documentos da Igreja como o Catecismo da Igreja Católica, a Doutrina Social da Igreja, as Encíclicas do Papa ou outros documentos?
 - Caso a resposta seja não: explicação breve sobre os documentos.
- 5) Você conhece/estudo em seu grupo documentos voltados para a juventude escritos por setores da juventude católica (revistas/materiais).
 - Caso a resposta seja não: explicação breve sobre estes documentos.
- 6) Em algum momento ou atividade realizada no seu grupo de jovens, você refletiu/conversou sobre assuntos relacionados à problemas econômicos e sociais? Quais foram os principais assuntos?
- 7) Em algum momento ou atividade vocês abordarem questões relacionadas à Educação Financeira, planejamento, renda? Exemplo: Campanha da Fraternidade, Documentos da Igreja, Doutrina Social da Igreja.

ANEXO III – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: UM ESTUDO SOBRE OS JOVENS CATÓLICOS DA DIOCESE DE TOLEDO E SUAS DECISÕES FINANCEIRAS.

Pesquisador: Ana Carolina Fernandes Alves

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 33806020.7.0000.0107

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.159.569

Apresentação do Projeto:

Título da Pesquisa: UM ESTUDO SOBRE OS JOVENS CATÓLICOS DA DIOCESE DE TOLEDO E SUAS DECISÕES FINANCEIRAS.

Pesquisador Responsável: Ana Carolina Fernandes Alves

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 33806020.7.0000.0107

Submetido em: 16/07/2020

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA

Situação da Versão do Projeto: Em relatoria

Objetivo da Pesquisa:

Documento saneador de pendências

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Já foi descrito anteriormente.

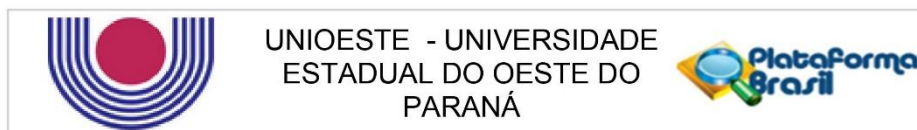
Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Já foi descrito anteriormente.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Já foi descrito anteriormente.

Endereço: RUA UNIVERSITARIA 2069
Bairro: UNIVERSITARIO **CEP:** 85.819-110
UF: PR **Município:** CASCAVEL
Telefone: (45)3220-3092 **E-mail:** cep.prppg@unioeste.br



Continuação do Parecer: 4.159.569

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CASCADEL, 17 de Julho de 2020

Assinado por:
Dartel Ferrari de Lima
(Coordenador(a))

Endereço: RUA UNIVERSITARIA 2069
Bairro: UNIVERSITARIO **CEP:** 85.819-110
UF: PR **Município:** CASCADEL
Telefone: (45)3220-3092 **E-mail:** cep.prppg@unioeste.br